

DENNIS DE OLIVEIRA

Jornalismo e emancipação

*Uma prática jornalista baseada
em Paulo Freire*

Prefácio

O texto deste livro “Jornalismo e ação cultural pela emancipação” da autoria do intelectual Dennis de Oliveira, que tenho o prazer e a honra de prefaciá-lo, aborda uma das questões candentes do jornalismo contemporâneo no Brasil e no mundo. O autor coloca em discussão e debate, a importante questão de saber como o jornalismo tal como praticado hoje, poderia se libertar das amarras do capital global e sua perversidade para voltar ao que era tradicionalmente, ou seja, um jornalismo ao serviço da verdadeira democracia no sentido do poder do povo pelo povo e para o povo.

Numa narrativa densa, fundamentada teoricamente em diálogo com pensamentos altamente elaborados de estudiosos clássicos e contemporâneos tais como Louis Althusser, Terry Eagleton, Carole Pateman, Charles Mills, Annibal Queijano, Sigmund Freud, Eric Hobsbawm, Michel Foucault, Zygmund Bauman, Noam Chomsky, entre outros, o autor refaz o longo caminho do processo da evolução do jornalismo para chegar até o ponto em que ele se encontra hoje.

Além do pensamento teórico, o autor reúne exemplos documentados de acontecimentos na história recente da humanidade, notadamente a evolução das relações capitalistas depois da guerra fria que vêm se somando para entender as relações de cumplicidade existentes hoje entre o jornalismo e o capital global numa democracia neoliberal.

Este texto foi laborado antes dos acontecimentos que marcaram a recente história política do Brasil, mas a sua leitura ajuda para entender o papel coadjuvante desempenhado pelas mídias brasileiras no golpe militar de 64 e no chamado Impeachment ou melhor Golpe de 2016 cujo processo está em andamento.

Porém, o autor deste livro não apenas tenta explicar numa visão realista o que aconteceu com os meios de comunicação e informação, em especial o jornalismo, por ter se colocado aos serviços das grandes corporações capitalistas globalizadas, em vez de estarem como antigamente ao serviço do povo e das populações, mas ele discute também as possibilidades de reconstruir não de modo utópico, mas de fato, o modelo de jornalismo emancipatório na perspectiva de uma verdadeira emancipação cultural.

Afinal, o papel de um intelectual que milita para transformar a sociedade não é apenas o de fazer críticas, embora essas fossem necessárias, mas também o de apontar algumas pistas ou caminhos de mudanças. Aqui estaria um dos objetivos do presente livro. Seguindo o pensamento de Paulo Freire e dos intelectuais próximos dele como Martin Baro e Oscar Jara, Dennis de Oliveira acredita na construção de um modelo de jornalismo engajado como ação cultural para emancipação, ou seja, um jornal que “toma posição contra todas as formas de opressão estabelecidas, o que significa tomar o lado dos segmentos sociais oprimidos (trabalhadores, negros, mulheres, homossexuais, etc.)”.

Os fenômenos sociais são produtos da ação humana e não naturais e neste sentido só podem ser mudados e transformados pelo esforço da própria ação humana não isolada, mas em combinação com outras ações engajadas numa relação dialógica entre as categorias do coletivo. A convicção de que as sociedades humanas só existem em relação com as outras com que mantêm relações dialógicas, levou a UNESCO a defender o diálogo intercultural necessário para a construção de uma cultura de paz entre as diferenças.

Para transformar a sociedade através de um jornalismo engajado é preciso também transformar os homens e as mulheres que são seus agentes transformadores. Questão que o autor do livro aborda ao chamar a atenção sobre a importância de dar uma sólida formação humanista aos futuros e jovens jornalistas. Uma formação que abarca ao mesmo tempo o campo do político-ideológico e da educação. A ação do capital global deslocou o eixo do poder transportando-o do campo político para o campo da economia globalizada dominada pelas corporações multinacionais ou transnacionais, fazendo do jornalismo e dos meios de comunicação em geral uma voz potente ao serviço do capital e não mais ao serviço da opinião pública no sentido tradicional da democracia. As notícias se tornaram mercadorias e são ideologicamente filtradas e selecionadas antes de ser impostas à uma opinião pública distorcida e corrompida pela propaganda transportadora de uma mensagem consumista.

Finalmente, creio que o “Jornalismo e ação cultural pela emancipação” de Dennis de Oliveira transporta seus leitores e críticos numa longa viagem no tempo em três

dimensões: o passado, o presente e o futuro. No passado, ele refaz todo o caminho percorrido dentro das condições históricas que marcaram as transformações capitalistas pós-guerras, em especial depois da queda do Muro de Berlim e da Guerra Fria quando o capital se globalizou sem barreira e quando paralelamente os progressos científicos e tecnológicos impulsionaram os meios de comunicação e informação, globalizando-os e colocando-os ao serviço das corporações multinacionais. A partir desse momento, o jornal se torna um poder que se conjuga com o poder financeiro simbolizado pelo dinheiro, e com o poder das armas cuja fabricação serve de combustível para impulsionar a economia ao mesmo tempo que garante a circulação das mercadorias pela dominação. Daí o tripé de um poder que se deslocou da estrutura política para se alojar como se fosse natural na estrutura econômica globalizada: o poder da grana, o poder das armas e o poder da voz que simboliza o jornalismo. No presente, ele mostra com exemplos documentados em apoio como esse novo poder apoiado nos três poderes age, domina, explora, massacre, estupra, corrompe e desvia o sentido e significado dos verdadeiros acontecimentos que ele transforma em mercadorias. Mostra como a imprensa adquiriu novo poder que tradicionalmente não possuía e como este novo poder é colocado ao serviço do capital global e dos partidos políticos que pela voz da imprensa manipula a opinião pública popular para chegar ao poder e controla-lo, mais para os interesses do capital do que para os interesses das populações.

No futuro, ele projeta a possibilidade de recuperar o jornalismo como tradicionalmente, fazendo dele um fiel transmissor da opinião pública em sua autenticidade e não de uma opinião pública distorcida e corrupta ideologicamente como se viu nos acontecimentos e movimentos públicos de ruas em trono do chamado impeachment, ou melhor do golpe de 2016. Uma tal possibilidade transformadora supõe um jornalismo engajado que exigiria uma reciclagem política da função e da missão jornalística e uma formação humanística baseada numa educação multicultural e não monocultural que até então servia de modelo tanto na educação do cidadão quanto na formação profissional.

Kabengele Munanga

Professor Titular do Departamento de Antropologia Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Introdução

As inquietações presentes na sociedade contemporânea tangenciam direta ou indiretamente a presença marcante do discurso midiático. Não é à toa.

O capitalismo contemporâneo se articula, como modo de produção, por meio de uma rede de células produtivas distribuídas em todo o planeta. As grandes corporações transnacionais se organizam como centros de gerenciamento destas várias unidades produtivas, nas quais as mercadorias são montadas. As condições oferecidas por cada nação – mais ou menos favoráveis – é que definem os locais em que cada uma destas unidades produtivas será sediada. E esta rede de produção global tem como eixo articulador o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.

Diante desta nova forma de organização, tem-se que o capital pressiona os poderes públicos para que estes desregulem os fluxos internacionais de capital e as relações de trabalho. Com isto, toda a ação do capital fica sem freios e impõe lógicas organizativas de acordo com os seus interesses. Esta nova lógica produtiva é a base material para o chamado “neoliberalismo”, doutrina que ganhou força nos anos 1980, principalmente após a queda dos regimes do leste europeu e a avalanche ideológica conservadora que pôs a esquerda mundial na defensiva.

O conceito que se utiliza neste trabalho para esta nova lógica do capitalismo é *Ação Direta do Capital*, emprestando o conceito de “ação direta” do movimento anarquista que pregava o uso de métodos de força para impedir ou constranger atitudes indesejáveis. A “ação direta do capital” constrange Estados, Poder Público, esfera pública e todas as instituições mediadoras constituídas no bojo da sociedade liberal para que os interesses do capital não sejam contrariados ou regulados. Há um *ativismo* do capital na sociedade a tal ponto que há uma separação e iminente divórcio do Poder e da Política. Enquanto o poder se concentra cada vez mais nas estruturas privadas do capital, a política se desfoca e se transforma em mero espetáculo cênico.

Com isto, os mecanismos de controle social se modificam, embora os objetivos (de manutenção da ordem vigente) permaneçam os mesmos. Este histórico dos mecanismos de controle social será abordado no primeiro capítulo, onde se recorre aos conceitos de autores clássicos como Freud, Marx, Foucault e Bauman, este último escolhido por ter se debruçado sobre as novas formas de poder na sociedade contemporânea.

A escolha destes autores foi feita em função dos mesmos se debruçarem sobre as formas de poder no capitalismo, as inquietações da civilização humana e sinalizarem para as possibilidades de superação. Apesar dos diferentes enfoques teóricos de tais autores, a importância dos seus textos é inegável tanto é que são referências até hoje na discussão dos dilemas da sociedade contemporânea.

No segundo capítulo, a mídia é enfocada como parte do “triplo poder” global, composto também pelo monopólio do capital e da indústria de armamentos. Chama-se este triplo poder de monopólios globais do dinheiro, das armas e da voz. O poder concentrado destes três setores praticamente impede possibilidades de construção de alternativas no campo da política. O monopólio midiático constrói um cenário político de legitimação de tal poder, o monopólio do capital exerce uma pressão econômica global principalmente sobre países de economia periférica e frágil e o monopólio das armas atua como elemento de dissuasão em casos de tentativas de furar o bloqueio.

Neste capítulo, demonstra-se que este triplo poder foi fruto da forma que o mundo se organizou no pós-guerra, em especial os embates geopolíticos da Guerra Fria e as resultantes disto. Entre outras coisas, a geopolítica da Guerra Fria disseminou armamentos por todo o mundo e também foi exercida por meio de embates ideológicos por meio da indústria cultural e midiática. Não é coincidência que a superpotência vencedora da Guerra Fria, os Estados Unidos da América, tem entre os seus principais itens de exportação, armamentos e bens simbólicos.

No terceiro capítulo, são apresentados e discutidos resultados de duas pesquisas empíricas coordenadas pelo autor no Celacc (Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação) e Neinb (Núcleo de Apoio à Pesquisa e Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro). Os estudos empíricos do Celacc trataram da cobertura das eleições presidenciais de 2010 por periódicos brasileiros e latino-americanos, demonstrando que os interesses corporativos do capital foram importantes para os posicionamentos dos periódicos, apesar de distintos (os periódicos brasileiros foram abertamente favoráveis ao candidato de oposição e os latino-americanos, ao de situação).

Já as pesquisas realizadas no Neinb trataram de como periódicos segmentados de comportamento sedimentam estereótipos racistas nas suas matérias de estética, beleza,

comportamento e outros, tanto pela pequena presença de negros e negras como também pela forma preconceituosa em que os poucos negros e negras aparecem em suas páginas.

No quarto capítulo, os resultados destas pesquisas são refletidos a luz do papel do jornalismo na civilização capitalista. Utiliza-se aqui o conceito de “civilização capitalista” proposto por Fabio Konder Comparato, uma vez que o capitalismo não se limita apenas e tão somente ao modo de produção, mas também as formas de sociabilidades, valores e estruturas de poder. Com isto, procura-se desvendar os princípios éticos existentes em tal civilização e como o jornalismo, enquanto atividade surgida no capitalismo, se coloca em relação a isto, desvendando os seus limites, potencialidades e dilemas contemporâneos.

Entretanto, esta pesquisa não se limita apenas e tão somente a detectar os dilemas, mas também a apontar perspectivas. Por isto, no quinto capítulo, com base nas teorias de Paulo Freire, Ignacio Martín Baró e Oscar Jara, propõe-se o conceito de “jornalismo como ação cultural emancipatória” ou “jornalismo emancipatório” a partir dos paradigmas de ação cultural pela liberdade de Freire.

Se nos quatro primeiros capítulos houve a preocupação de explicitar os mecanismos de poder no capitalismo contemporâneo e demonstrar a sua magnitude, o objetivo não é demonstrar que não há saída possível ou tal poder é insuperável. Pelo contrário, o que quer se demonstrar que é necessário se repensar os caminhos para superação de tal sistema. A derrota do chamado “socialismo real” na Europa do leste não significa o “fim da história”, pois o ser humano é sempre inconcluso e sempre está em “fazimento” para utilizar um jargão de Darcy Ribeiro.

Além disto, as mazelas do capitalismo contemporâneo se intensificam: a pobreza atinge mais de 1,1 bilhão de pessoas no mundo, destas, 630 milhões são extremamente pobres, com renda per capita anual menor que 275 dólares; cerca de 100 milhões de pessoas estão sem teto; existem 1 bilhão de analfabetos; 1,5 bilhão de pessoas sem água potável; 1 bilhão de pessoas passando fome; 150 milhões de crianças subnutridas com menos de 5 anos (uma para cada três no mundo); 12,9 milhões de crianças morrem a cada ano antes dos seus 5 anos de vida. Os dados são das agências internacionais da ONU de 2011.

Assim, não há como considerar que este sistema satisfaz a todos, pelo contrário. Ele desumaniza as relações sociais. Por trás da sofisticação das mercadorias produzidas e da vida de uma pequena minoria, esconde-se esta verdadeira tragédia. E há relação entre eles pelo simples fato de que a rede de produção global do capitalismo engloba cenários de alta sofisticação tecnológica com lugares de extrema degradação ambiental, social e humana. Não é demais lembrar que crianças escravizadas na África extraem matérias primas para a produção de telas de cristal líquido de celulares e tablets.

Utopia, como afirma Zigmunt Bauman, é produto tanto da insatisfação com o mundo vivido como também na crença da possibilidade do ser humano, coletivamente, construir outro mundo. Por isto, as teorias de Paulo Freire que apontam para uma mudança nas relações humanas – de opressor/oprimido para seres em diálogo – é a referência utilizada para o jornalismo como ação cultural de emancipação.

Os teóricos utilizados para a construção desta proposta não são da área de comunicação e jornalismo. Paulo Freire e Oscar Jara são educadores e Martin Baró, da psicologia social. Mas tem em comum a preocupação de construir teorias e conceitos que apontem para uma práxis libertadora.

O jornalismo surgiu como uma atividade de consolidação da democracia. Cumpriu e cumpre um papel importante neste sentido. Entretanto, à medida que a atividade foi sendo colonizada pela indústria midiática, inserida no tripé do poder global, com o esvaziamento da esfera pública da política, com a configuração nova do capitalismo na “Ação Direta do Capital” esvaziando as estruturas mediadoras, ele vai perdendo o sentido.

Como empresa capitalista, busca desesperadamente um nicho de sobrevivência se adequando às novas estruturas de poder. Avoca para si a condição de representante dos interesses de um cidadão cujo conteúdo foi transfigurado para a de consumidor. Contribui para a espetacularização de uma esfera pública cada vez mais esvaziada. Ou então se direciona para a consolidação de comportamentos de consumo por meio do chamado jornalismo de serviços e de entretenimento.

Mas existe um desejo de busca do novo, de uma relação dialógica, fora das estruturas de opressão. Um movimento que ocorre, muitas vezes, por fora das estruturas institucionais e que mobiliza personagens, ambientes e cotidianos distintos. É este

movimento que um jornalismo como ação cultural emancipatória deve captar. E é justamente aí que a proposta casa com a tradição do pensamento de Paulo Freire, Martin Baró e Oscar Jara, teóricos que nos anos 1970 colocaram a sua produção intelectual articulada com os movimentos de emancipação das classes subalternas.

Isto porque, como diz Paulo Freire, a emancipação do oprimido liberta também o opressor, pois transforma a relação humana e este movimento de emancipação é uma tarefa coletiva, ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão. Principalmente se quando ao olhar o outro, seja ele uma criança faminta na periferia, um operário na indústria, um camponês na terra ou uma faxineira limpando as salas de aula, não ter pena, mas enxergar um ser humano com tanto direito a uma vida digna como qualquer outro.

1 – Controle social e modo de produção capitalista

1.1 – Definição de controle social

Todas as sociedades, agrupamentos humanos e coletivos têm mecanismos sistemáticos e assistemáticos de controle social. Entende-se por controle social o conjunto de medidas normativas, institucionais ou não, que limitam as possibilidades de ação humana individual e criam uma coesão grupal por meio de uma regularidade esperada de comportamentos.

Por meio do controle social, as sociedades estabelecem um padrão de identidades e reconhecimento ao qual os indivíduos constroem seus sentidos de pertencimento.

Para se estabelecer socialmente, o controle social necessita de mecanismos de disseminação e dissuasão. Os mecanismos de disseminação se encontram, principalmente, nas narrativas culturais e de caráter transgeracionais. Para tanto, os agrupamentos sociais constroem sistemas distintos de poder em que tais mecanismos de disseminação variam ou são estabelecidos a partir da legitimidade de determinadas pessoas ou instituições, construídas por critérios distintos.

Nas sociedades capitalistas modernas, em que o discurso da razão emerge como o elemento referência explicativa e legitimadora, a *escola*, como lugar em que o discurso racional é transmitido, insere-se como um lugar de legítimo controle social. Por isto, não obstante a vigência dos ideais de democracia e liberdade nas sociedades modernas liberais, o *ambiente escolar* é marcado por rígidas hierarquias, em boa parte delas oriundas de uma concepção arcaica de educação, medieval e cristã. Tais hierarquias se legitimam pelo domínio maior ou menor de repertórios informativos (como na relação professor e aluno ou de professores mais titulados e professores menos titulados).

Já os mecanismos de dissuasão se encontram também nas narrativas culturais e se expressam pelas formas de punição e premiação. A narrativa da disseminação estabelece trajetórias aceitáveis pelos sistemas de controle social e articulam tipologias desejáveis que, miticamente, obtêm a promessa de determinadas premiações (no caso da escola, se dar “bem”, “tirar o diploma”, ser alguém na vida).

O desvio das trajetórias aceitáveis aponta para tipologias não desejáveis, classificadas e normatizadas como tais (no exemplo da escola, o “mau” aluno, o indisciplinado, etc.). É

a partir destas interpelações, conforme afirma Althusser, que os mecanismos de controle social assujeitam os indivíduos¹.

O controle social tem uma lógica. Por isto, é uma narrativa mítica – mítico no sentido dado por Roland Barthes, um texto que se fecha em si próprio e tem uma característica trans-histórica². A sua disseminação como narrativa mítica do cotidiano é o processo de alienação do mesmo. Assujeitando-se a determinadas normativas, os sujeitos não percebem a sua atuação heterônoma e sim como natural. O controle social insere-se, assim, em uma relação com a praticidade da vida cotidiana.

Para Althusser, a ideologia de fato representa - mas aquilo que ela representa é o modo como eu “vivencio” minhas relações com o conjunto da sociedade, o que não pode ser considerado uma questão de verdade ou falsidade. A ideologia, para Althusser, é uma organização específica de práticas significantes que vão constituir os seres humanos como sujeitos sociais e que produzem as relações vivenciadas mediante as quais tais sujeitos vinculam-se às relações de produção dominantes em uma sociedade. Enquanto termo, abrange todas as diversas modalidades políticas de tais relações, desde a identificação com o poder dominante até a atitude de oposição a ele. Embora Althusser adote o sentido mais amplo de ideologia, sua reflexão sobre o tema, como veremos mais adiante, é tolhida por uma consideração do sentido mais restrito de ideologia como uma formação dominante.³

A origem da palavra controle vem do latim *contrarotulum* (contra-lista). Na Idade Média, os mercadores venezianos criaram o método de registrar as perdas e os ganhos, o ativo e o passivo em uma lista. O devedor era chamado de *rotulum* e o credor, de *contrarotulum*, que era a lista de verificação. Esta palavra passou para o francês *contrerolle* e daí a palavra em português, controle ou controlo.

Da origem etimológica da palavra temos a ideia de “dívida”. O controle existe quando o controlado sente-se na obrigação de fazer algo a outro ainda que não seja de acordo com a sua vontade. Neste sentido, a ideia de controle social difere-se da ideia de “falsa consciência” no sentido de um mascaramento da realidade na qual o sujeito realizaria determinadas ações contra os seus próprios interesses ou vontades, *sem ter consciência de tal coisa*. A ideia de controle social está diretamente ligada ao atendimento de demandas heterônomas. Portanto, está muito mais na perspectiva de “naturalizar” tal relação.

¹ ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Petrópolis Vozes, 2001

² BARTHES, R. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

³ EAGLETON, 1997: pp. 21-22

A ideia de controle social sempre se articula com um “devir”: fazer isto para ter algo no futuro, ainda que seja a redenção de algo praticado antes. O controle está vinculado a um futuro planejado e desejado, seja nesta vida ou numa possível vida após a morte.

Terry Eagleton defende a ideia de que o poder nas sociedades capitalistas se assenta muito mais em mecanismos de controle social do que por ideologias (vistas estas como mecanismos de mascaramento ou inversão da realidade).

Nas sociedades capitalistas avançadas, os meios de comunicação frequentemente são considerados um possante veículo através do qual a ideologia dominante é disseminada; mas essa suposição não deve permanecer irrefutada. E verdade que boa parte da classe trabalhadora britânica lê os jornais do partido conservador, da ala direita; mas pesquisas indicam que um grande número desses leitores é indiferente ou ativamente hostil à política desses periódicos. Muitas pessoas passam a maior parte de suas horas de lazer vendo televisão; mas se ver televisão de fato beneficia a classe governante, não é porque ela contribui para transmitir a ideologia dessa classe a um bando de gente dócil. O fato politicamente importante acerca da televisão é, provavelmente, o ato de assistir a ela, mais do que o seu conteúdo ideológico. Passar longos períodos na frente da televisão firma os indivíduos em papéis passivos, isolados, privatizados, além de consumir uma boa quantidade de tempo que poderia ser dedicada a propósitos políticos produtivos. E mais uma forma de controle social que um aparato ideológico.⁴

Mais adiante, enfatizando ainda um papel reduzido da ideologia como elemento de coesão social. Eagleton afirma que:

Essa visão cética da centralidade da ideologia na sociedade moderna encontra expressão em *The Dominant Ideology Thesis (1980)*, de autoria dos sociólogos N. Abercrombie, S. Hill e B. S. Turner. Abercrombie e seus colegas não pretendem negar a existência das ideologias dominantes, apenas duvidam que estas sejam um meio importante para conferir coesão a uma sociedade. Tais ideologias podem, com efeito, unificar a classe dominante, mas em geral obtêm muito menos êxito, segundo os autores, em infiltrar-se na consciência de seus subordinados. Nas sociedades feudais e capitalistas primitivas, por exemplo, os mecanismos de transmissão de tais ideologias às massas eram notavelmente insuficientes; não havia meios de comunicação ou instituições de educação popular, e grande parte das pessoas era analfabeta. Esses canais de transmissão sem dúvida floresceram na fase posterior do capitalismo, mas a conclusão de que as classes subalternas incorporaram maciçamente a visão de mundo de seus governantes é desafiada por Abercrombie, Hill e Turner. Por um lado, argumentam eles, a ideologia dominante nas sociedades capitalistas avançadas apresenta fissuras e contradições internas e não oferece nenhum tipo de unidade inconsútil que as massas possam internalizar; por outro, a cultura dos grupos e classes dominados preserva uma boa margem de autonomia. O discurso cotidiano dessas classes, segundo afirmam os autores, forma-se em grande parte

⁴ Idem, p. 42

fora do controle da classe dominante, reunindo crenças e valores que estão em desacordo com ela.⁵

O controle social é uma característica das relações sociais. Em sociedades marcadas pelas relações contratuais, os mecanismos de controle social tendem à institucionalização – via normas estabelecidas contratualmente – mas isto não significa que o controle social se restrinja aos aspectos sistemáticos.

As sociedades modernas regidas pelo contrato social originaram-se de modelos de sociabilidades onde determinados valores eram consolidados. Para a pensadora norte-americana Carole Pateman, não se pode deixar de considerar que a ideia de contrato social surge a partir de um “grau zero” dos sujeitos, como se os seres humanos do período do Iluminismo não fossem oriundos de determinados contextos singulares.⁶

Pateman lembra que a ideia de contrato social, fundante na ideia de sociedade liberal burguesa, surge em uma Europa marcada pelo patriarcalismo. Assim, a tipologia ideal que emerge de cidadão da sociedade liberal do período é masculina, colocando para a mulher a condição de subalternidade e, portanto, de subcontratante. É por esta razão que a opressão da mulher vai além das características normativas – que podem, em tese, serem visibilizadas, contestadas e modificadas – para se inserirem em mecanismos assistemáticos de controle social. Em outras palavras, nesta nova ordem, a mulher é tida como uma “devedora” e, portanto, submetida a processos de controle social masculino. Devedora de que? Na narrativa mítica desta sociedade liberal, devedora da racionalidade fundante da ideia de contrato social.

Outro pensador que trabalhou com Pateman foi Charles Mills. Ele acrescenta a dimensão étnica ao contrato social, em função desta mesma Europa patriarcal ser também colonialista. A tipologia do contratante é, assim, eurocêntrica. Os demais grupos étnicos são subcontratantes ou não contratantes. Devedores, portanto.⁷

Estes mecanismos de controle social que inserem na dinâmica do contrato social, portanto vigindo de forma sistêmica e não sistêmica em uma sociedade que se propõe fundar-se na liberdade e autonomia individuais, tem ressignificações que precisam ser levadas em consideração na América Latina.

⁵ idem, p. 43

⁶ PATEMAN, C; MILLS, C.. Contract and domination. NY: Paperback, 2007

⁷ idem

Nas sociedades da periferia do capitalismo, a brutal concentração de renda e a tradição histórica socialmente consolidada de vínculo do trabalho com a desumanização por conta do grande período da escravidão, transforma a troca da mercadoria da força de trabalho não como uma “troca de mercadorias”, mas como uma submissão resignada a um sistema onde a exclusão é a regra central.

Esta situação se reflete na configuração da esfera pública burguesa de nações construídas por processos extremamente violentos, de genocídios de povos. Anibal Quijano afirma que

a produção histórica da América Latina começa com a destruição de todo um mundo histórico, provavelmente a maior destruição sociocultural e demográfica da história que chegou ao nosso conhecimento.⁸

Se ideologicamente, esta esfera pública busca se legitimar por um conjunto de competências que se afastam das tradições e são negadas a sua socialização entre a maioria da população – neste sentido, a frase “este povo não sabe votar” sintetiza este pensamento – os seus resultados práticos levam a uma situação de intensa precariedade do ponto de vista da sua sustentação. É por esta razão que o elemento repressor físico (“o Estado-polícia”) acaba tomando dimensões muito maiores na configuração destas sociedades.

1.2 – Controle e civilização

É difícil escapar à impressão de que em geral as pessoas usam medidas falsas, de que buscam poder, sucesso e riqueza para si mesmas e admiram aqueles que os têm, subestimando os autênticos valores da vida. E, no entanto, corremos o risco, num julgamento assim genérico, de esquecer a variedade do mundo humano e de sua vida psíquica. Existem homens que não deixam de ser venerados pelos contemporâneos, embora sua grandeza repouse em qualidades e realizações inteiramente alheias aos objetivos e ideais da multidão. Provavelmente se há de supor que apenas uma minoria reconhecer esses grandes homens, enquanto a maioria os ignora. Mas a coisa pode não ser tão simples, devido à incongruência entre as ideias e os atos das pessoas e à diversidade dos seus desejos⁹

Este é o início de uma das obras clássicas da modernidade, *O mal estar na civilização*, de Freud. Nesta obra, o pensador aponta as bases para o que ele considera como um dos elementos centrais da condição humana: o *mal estar*, que deve ser considerado, segundo

⁸ QUIJANO, 2005

⁹ FREUD, 2011: p. 7

o pensamento freudiano, não como um elemento conjuntural, mas *estrutural*, inerente à condição humana.

Para Freud, o ser humano tem na busca pela felicidade e pelo prazer um elemento potencial da sua vida, entretanto tal busca é interditada por este sofrimento que vem de três fontes:

... do próprio corpo que, fadado ao declínio e à dissolução, não pode sequer dispensar a dor e o medo, como sinais de advertência; do mundo externo, que pode se bater sobre nós com forças poderosíssimas, inexoráveis, destruidoras; e, por fim, das relações com outros seres humanos.¹⁰

Diante de tal situação colocada, a tendência dos seres humanos é colocar a cautela a frente do gozo da felicidade, o que significa que a busca pela felicidade se submete a evitar o sofrimento. Por isto, Freud considera que as ações humanas se deslocam para o enfrentamento desta condição do mal estar estrutural que podem acontecer de diversas maneiras, entre as quais ele enumera:

1º. – A fantasia – o deslocamento da satisfação dos desejos para ilusões que podem ser realizadas, por exemplo, pela “fruição de obras de arte que, por intermédio do artista, se torna acessível também aos que não são eles mesmos criadores” (idem, p. 25)

2º. – O isolamento: “mais enérgico e mais radical é um outro procedimento que enxerga na realidade o único inimigo, a fonte de todo sofrimento, com a qual é impossível viver e com a qual, portanto, devem romper-se todos os laços” (idem, p. 25). No caso do isolamento, Freud associa também o que ele chama de uma “delirante mudança da realidade”, ajustando-a de acordo com os seus desejos e tal comportamento delirante pode ser coletivo como ocorre em determinadas concepções religiosas. “Naturalmente, quem partilha o delírio jamais o percebe”¹¹

Para além delas, Freud ainda cita outras que são produtos da combinação destas duas, como a “orientação da vida centrada no amor”¹² cuja felicidade se expressa na possibilidade da fruição do amor sexual; e o gozo da beleza – a beleza das formas e dos gestos humanos, dos objetos naturais e das paisagens que funciona não como uma proteção contra o sofrimento da condição humana, mas sim como uma *compensação*.

¹⁰ idem, p. 20

¹¹ Idem, p. 26

¹² Idem, p. 26

Esta compensação dá-se por conta de que a busca pela beleza é um deslocamento próximo da procura pela atração sexual. Atrair-se pelo belo ou pelo que desperta o prazer sexual são parentes próximos, mas distintos.

É digno de nota que os genitais mesmos, cuja visão tem efeito excitador, quase nunca sejam tido como belos, enquanto a qualidade da beleza parece ligada a certas características sexuais secundárias.¹³

Um dos momentos mais instigantes desta obra de Freud é quando ele discute as posturas humanas diante da terceira fonte da infelicidade que é de ordem social (a relação com os outros seres humanos). Retomando a idéia inicial das três fontes do mal estar humano – a força da natureza, a fragilidade do corpo humano e a as relações com outros seres humanos – Freud afirma que as formas de defesa da condição humana em relação as duas primeiras fontes da infelicidade vai no sentido de uma resignação ante a inevitabilidade das mesmas e, portanto, da mitigação ou deslocamento dos sofrimentos.

Porém, em relação à terceira fonte, o mal estar adquire um outro sentido pois as instituições reguladoras das relações humanas são criadas pelos próprios seres humanos. Por esta razão, há uma narrativa que coloca que a fonte das infelicidades humanas é a própria civilização humana. Ou, como diz o próprio Freud, “que tudo aquilo com que nos protegemos da ameaça das fontes do sofrer é parte da civilização”¹⁴

Esta condenação *in limine* da civilização foi se consolidando em três momentos históricos destacados por Freud: a vitória do cristianismo sobre as religiões chamadas de “pagãs” impondo uma visão depreciativa da vida terrena; a colonização de povos da América Latina e África cujas vidas eram narradas como “pré-civilizatórias” e mais próximas ao “natural”, idílicas, em que a ausência de exigências culturais mais complexas permitia uma vida mais articulada com as dimensões da natureza; e, finalmente, os conhecimentos sobre as neuroses humanas que apontam que o foco do comportamento neurótico reside na privação imposta pela sociedade.

Além disso, há também a contradição expressa com o progresso da ciência e da técnica que possibilitou um maior controle das forças da natureza e o não impedimento de que ela (a natureza) continuasse impiedosamente a se apresentar com uma das fontes do mal estar da condição humana.¹⁵

¹³ Idem, p. 27

¹⁴ Idem, p. 31

¹⁵ Idem, pp. 31-32

Nesta discussão, Freud conceitua civilização como

“a inteira soma das realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais e que servem para dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si.”¹⁶

Como características da civilização, Freud cita, entre elas, a busca pelo belo (que não tem uma funcionalidade civilizatória, visto como uma “coisa inútil” mas buscada pelo homem civilizado), a limpeza e a ordem e a estima e o cultivo das atividades psíquicas mais elevadas (o papel dominante reservado as atividades intelectuais) e a regulação das relações entre os seres humanos.

A busca pela beleza – sentido “estético” da civilização – é apresentado por Freud como a “coisa inútil” no sentido que transcende a mera funcionalidade das atividades da civilização.

Reconhecemos o alto nível cultural de um país quando vemos que nele se cultiva e adequadamente se providencia tudo o que serve para a exploração da Terra pelo homem e para a proteção dele frente as forças da natureza; em suma, tudo o que lhe é proveitoso. Em tal país, os rios que ameaçam inundar as terras têm seus cursos regulados e suas águas são conduzidas por canais até os lugares que delas necessitam. O solo é cuidadosamente trabalhado e plantado com a vegetação que lhe for apropriada, os tesouros minerais das profundezas são extraídos com diligência e usados na fabricação dos instrumentos e aparelhos necessitados. Os meios de transporte são abundantes, rápidos e confiáveis, os animais selvagens e perigosos se encontram exterminados, e prospera a criação daqueles domesticados. Mas nós requeremos ainda outras coisas da civilização e é digno de nota que esperemos vê-las realizadas nos mesmos países. Como se estivéssemos negando a exigência feita em primeiro lugar, saudamos também como civilizado o fato das pessoas se preocuparem com coisas que absolutamente não são úteis, que antes parecem inúteis; por exemplo, quando numa cidade os parques necessários como áreas de lazer e reservatórios de ar, possuem também canteiros de flores ou quando as janelas de casa são adornadas com vasos de flores.¹⁷

Civilizado, assim, transcende meramente a ideia funcional de “domínio sobre as forças da natureza” ou a transformação da mesma em benefício próprio, mas também uma veneração ao que é belo que pode ser obtido tanto pelo culto a objetos da própria natureza cuja “utilidade” é meramente o ser belo ou ainda buscar a beleza nos objetos produzidos.

¹⁶ Idem, p. 34

¹⁷ idem, p. 37

Esta transcendência funcional da busca pela beleza de que fala Freud dialoga com o ensaio de Hobsbawm sobre o papel das mulheres na consolidação da cultura burguesa europeia entre o final do século XIX e início do XX. Segundo Hobsbawm, as mulheres burguesas foram as principais agentes da disseminação e consolidação da cultura burguesa neste período.

... o papel das mulheres na cultura foi favorecido, basicamente, por dois motivos: primeiro porque a maior parte dos homens adultos burgueses esperava ganhar a vida e, supostamente, dispunha de menos tempo para se dedicar a atividades culturais durante o dia do que as mulheres casadas burguesas que, na maioria, não tinha emprego; e segundo, como já sugerido, porque a casa burguesa se tornava cada vez mais estetizada e a mulher era (e por tradição continua a *ser*) a principal administradora e mobiliadora da casa, grandemente incentivada pela indústria da publicidade em rápido crescimento.¹⁸

Nesta passagem de Hobsbawm, observa-se uma complementariedade entre a funcionalidade da busca pela acumulação de riquezas e a busca não funcional pela beleza, executada por quem estava com tempo livre. Em outra passagem, nesta mesma obra, Hobsbawm coloca que a ampliação das atividades artísticas e culturais burguesas vai se dando à medida que os capitais acumulados precisam ser *gastos*, principalmente após a consolidação de posição de classe burguesa.¹⁹

É com base nesta situação que civilização também tem como característica, segundo Freud, a valorização das atividades psíquicas mais elevadas. Freud chama de atividades psíquicas elevadas os sistemas religiosos e filosóficos que apontam para uma dimensão cosmológica de sentido do próprio ser humano e todas as realizações intelectuais, artísticas e científicas realizadas.

Se admitirmos, de maneira bem geral, que o móvel de toda a atividade humana é o empenho visando as duas metas confluentes, utilidade e obtenção de prazer, temos que aceitar isto como válido também para as manifestações culturais aqui mencionadas, embora seja facilmente visível apenas na atividade científica e artística.²⁰

O que interessa nesta passagem é que Freud enxerga nas atividades intelectuais e científicas outra dimensão que não apenas a utilitária (a ciência para o “progresso” no sentido de domínio da natureza e maior conforto para o ser humano) mas também o prazer. O mesmo pode ser aplicado aos sistemas filosóficos e religiosos, que não tem

¹⁸ HOBBSAWM, 2013: p. 139

¹⁹ Idem, pp. 134 e seguintes

²⁰ FREUD, op cit: p. 39

apenas a “função” de apresentar explicações a determinados incômodos, mas também uma dimensão prazerosa e de estima.

Entretanto, dois traços distintivos da civilização no pensamento freudiano merecem destaque: a ideia de “limpeza e ordem” e “regulação entre os seres humanos”. Ambos os traços estão diretamente ligados a mecanismos de controle.

Limpeza e ordem são processos interdependentes. O que se considera como limpeza é estar no seu devido lugar. O contrário de limpeza – *sujeira* – está diretamente vinculado ao contrário de ordem – *desordem*. A limpeza implica que as coisas devem estar no seu lugar. O lixo doméstico só é sujeira se estiver fora do seu lugar – o saco de lixo ou a lixeira – por exemplo, espalhado pelo chão da casa. Desta forma, a *ordem* é condição imprescindível para a limpeza.

Para se chegar a ordem, é necessário uma estrutura *ordenadora* – que implica em normas, regras e a consolidação de uma ideia que se torna previsível, de forma que se dissemine socialmente uma rejeição à desordem (e, portanto, à *sujeira*). Freud enumera os benefícios da ordem para o ser humano:

A ordem é uma espécie de compulsão de repetição que, uma vez estabelecida, resolve quando, onde e como algo deve ser feito de modo a evitar oscilações e hesitações em cada caso idêntico. O benefício da ordem é inegável: ela permite ao ser humano o melhor aproveitamento de espaço e tempo enquanto poupa suas energias psíquicas.²¹

Nesta passagem, Freud destaca o aspecto *funcional* da ordem no sentido de facilitar as atividades humanas necessárias na edificação da civilização. Pouco aprofunda como a construção desta ordem implica em determinadas escolhas e construção de processos que inibem o questionamento. Entretanto, esta dimensão do controle aparece em *O mal estar na civilização* no que ele chama de “o modo como são reguladas as relações dos homens entre si”, o que para ele é o mais marcante e a principal fonte dos incômodos humanos com a civilização.

Para Freud, o elemento cultural é o regulamentador destas relações e se expressa primeiramente pelo poder da comunidade (como ente coletivo) sobre o indivíduo. “A vida humana em comum se torna possível apenas quando há uma maioria que é mais

²¹ FREUD, op cit: p. 38

forte que qualquer indivíduo e se conserva diante de qualquer indivíduo”²². O poder do indivíduo é classificado como “força bruta” e da coletividade como “Direito”.

Esta substituição do individual pelo coletivo é o primeiro passo decisivo para a consolidação da cultura da civilização. Por isto, o elemento cultural seguinte é o da justiça – que significa a garantia de que a ordem legal não será violada em prol de qualquer um dos indivíduos. O resultado esperado de tudo isso é que todos os membros da comunidade contribuam para a consolidação desta ordem legal por meio do “sacrifício” dos seus instintos para que ninguém se torne vítima da força bruta. “A liberdade individual não é um bem cultural”, afirma Freud²³

E não é um bem cultural porque

O ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor que, no máximo, pode se defender quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre seus dotes institucionais, também um forte quinhão de agressividade. (...) Para ele, o próximo não constitui apenas um possível colaborador e objeto sexual, mas também uma tentação ávida para satisfazer a tendência a agressão, para explorar o seu trabalho sem recompensá-lo, para dele se utilizar sexualmente contra a sua vontade, para usurpar seu patrimônio, para humilhá-lo, para infligir-lhe dor, para torturá-lo e matá-lo.²⁴

E é por isto que a civilização necessita de mecanismos de controle desta tendência humana à agressividade que para Freud, transcende meramente a questão da propriedade privada. Para ele, ainda que se suprima a propriedade privada e se estabeleça um desfrute comum de todos os bens disponíveis por todos os seres humanos, sobrevivem como fontes dos conflitos

o privilégio no âmbito das relações sexuais, que se torna fonte do mais vivo desgosto e da mais violenta inimizade entre seres que de outro modo se acham em pé de igualdade.²⁵

Entretanto, Freud argumenta que suprimindo todos estes controles – do pendor agressivo, dos impulsos à sexualidade,

fica impossível prever que novos caminhos a evolução cultural pode encetar, mas uma coisa é lícito esperar: que esse indestrutível traço da natureza humana (a agressividade) também a acompanhe por onde vá.²⁶

²² Idem, p. 40

²³ Idem, p. 41

²⁴ Idem, p. 57

²⁵ Idem, p. 60

²⁶ Idem, p. 60

Por isto, a civilização implica necessariamente em mecanismos de controle e esta é a origem dos incômodos.

Se a cultura impõe tais sacrifícios não apenas à sexualidade mas também ao pendor agressivo do homem, compreendemos melhor por que para ele é difícil ser feliz nela.²⁷

1.3 – Controle e disciplina

Em outra perspectiva teórica, Michel Foucault considera que a sociedade humana moderna se organiza pela estruturação de poderes disciplinares. Para o pensador francês, estes poderes disciplinares se articulam como uma rede de dispositivos que transpassam a esfera institucional, entram na dimensão não institucional e se expressam discursivamente. Como resultado, tem-se o que ele chama de um “esquadrinhamento” dos corpos humanos, isto é, a sua colocação em determinados lugares em certo ordenamento.

O que mais é instigante no pensamento de Foucault é que ele entende os dispositivos de poder não apenas na perspectiva de uma interdição ou controle de uma natureza humana “pura”, mas produtor de uma tipologia humana. Neste sentido, não haveria um incômodo necessário – o abrir mão de uma liberdade total para ter segurança, como se depreende do texto de Freud – mas a constituição de um tipo de ser humano. O poder tem, assim, um caráter produtivo e positivo e não apenas negativo, pois “o poder longe de impedir o saber, o produz”²⁸

Estes pontos de partida epistêmicos de Foucault são importantes:

O poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo. (...) Na realidade, a impressão que o poder vacila é falsa porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares. E a batalha continua (...)²⁹

O enraizamento do poder, as dificuldades que se enfrenta para se desprender dele vem de todos estes vínculos. É por isso que a repressão a qual geralmente se reduzem os mecanismos de poder me parece muito insuficiente e até perigosa.³⁰

²⁷ Idem, p. 61

²⁸ FOUCAULT, 1984: p. 148

²⁹ Idem, p. 146

³⁰ idem, pp. 148-149

O poder não está localizado no aparelho de Estado e nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano.³¹

É com base neles que Foucault desenvolve o seu projeto de estudos, apresentado em uma entrevista publicada na obra *Microfísica do poder*, em que ele enumera as seguintes precauções metodológicas:

- 1º. Captar o poder nas suas extremidades, no que é capilar, no seu exercício concreto, na sua materialidade.
- 2º. Estudar o poder na sua relação com o objeto, o seu alvo, saber como foram constituídos os súditos, a instância material de sujeição.
- 3º. O indivíduo é objeto do poder, entender o poder não na relação linear de um sobre o outro.
- 4º. Fazer uma análise ascendente do poder não do centro para onde se prolonga.

Examinar, historicamente, partindo de baixo, a maneira como os mecanismos de controle puderam funcionar, por exemplo, quanto à exclusão da loucura ou à repressão e proibição da sexualidade, ver como ao nível efetivo da família, da vizinhança, das células ou dos níveis mais elementares da sociedade esses fenômenos de repressão ou exclusão se dotaram de instrumentos próprios, de uma lógica própria, responderam a determinadas necessidades; mostram quais foram os seus agentes sem procurá-los na burguesia em geral e sim nos agentes reais (famílias, médicos, pais, vizinhos) e como estes mecanismos de poder, em dado momento, em uma conjuntura precisa e por meio de determinado número de transformações começaram a se tornar *economicamente vantajosos* e *politicamente úteis*.³²(grifos meus)

5º. – O poder para se exercer nestes mecanismos sutis é obrigado a formar, organizar e por em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas.³³

Historicamente, Foucault destaca dois momentos de constituição desta tipologia de poder. Primeiro, o poder centrado no “soberano” – encarnado na figura do *monarca* – em que todo o discurso do poder se legitima pela sua figura. Nesta configuração, a mecânica do poder se apoia na terra e nos seus produtos. O exercício do poder se centra no controle da posse da terra e no confisco de parte ou totalidade dos produtos dela. A

³¹ idem, pp. 149-150

³² idem, p. 185

³³ Idem, p. 165 e seguintes

soberania é exercida, nesta tipologia, pelo controle da posse da terra e dos seus produtos.

O segundo momento destacado por Foucault e que para ele simboliza uma mudança significativa no exercício do poder é a mecânica da *dominação* que substitui a da *soberania*. Neste caso, a mecânica de poder se exerce sobre os corpos e seus atos. Isto porque permite extrair dos corpos controlados tempo e trabalho (mais que bens e riqueza) e o exercício do poder se exerce pela vigilância (continuamente) diferentemente das taxações (descontinuidade) como na fase da soberania.³⁴

É desta nova configuração do poder centrada nos controles dos corpos que forma o que Foucault chama de “disciplina”.

As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra natural, quer dizer da norma; definimos um código que não será o da lei, mas o da “normalização”, referir-se-ão a um horizonte teórico que não pode ser de maneira alguma o edifício do direito, mas o domínio das ciências humanas, a sua jurisprudência, será a de um saber clínico.³⁵

Isto ocorre, segundo o pensador francês, porque a síntese entre o discurso do direito da soberania e do mecanismo da soberania será feito pelo discurso da medicalização – este se exerce no encontro dos dois discursos. Com isto, há uma “naturalização” de comportamentos estabelecidos socialmente.

Foucault desenvolve esta ideia com mais profundidade quando vai discutir a sexualidade. Na sua grande obra, *História da Sexualidade*, o pensador francês retoma a sua ideia de se pensar os mecanismos de poder não no seu aspecto da interdição, mas da produção.

Não se trata de negar a miséria sexual, nem de explicá-las negativamente pela repressão. O problema está em apreender quais são os mecanismos positivos que, produzindo a sexualidade desta ou daquela maneira, acarretam efeitos de miséria.³⁶

A partir desta ideia, observa-se de que forma o discurso do poder ao estabelecer categorias normativas aplicadas a determinados sujeitos, os fixa em determinados lugares e campos discursivos. As mulheres, por exemplo, segundo Foucault³⁷, foram

³⁴ Idem, p. 187

³⁵ Idem, p. 189

³⁶ Idem, p. 232

³⁷ Idem, p. 233

fixadas a sua sexualidade, a mulher é apenas sexo foi o discurso do poder durante tempos. E este sexo foi caracterizado como “frágil” pelo discurso médico, quase sempre doente e indutor de doenças. A partir disto, o corpo da mulher é totalmente patologizado tornando-se objeto médico por excelência.

Observa-se esta perspectiva foucaultiana quando se verifica como os temas “sexo” e “sexualidade” nos periódicos voltados ao público feminino são tratados na perspectiva de “conselhos técnicos” fornecidos por especialistas médicos ou “sexólogos” (interessante notar que este campo de saber recente – a “sexologia” – tem a sua narrativa voltada principalmente para a sexualidade feminina, como se esta necessitasse de um saber científico para ser orientada, enquanto que no domínio masculino, a sexualidade é sinônima apenas da realização do ato em si).

Entretanto, nesta parte, Foucault aponta as possibilidades de contestação à narrativa da dominação. Diz ele:

Os movimentos feministas aceitaram o desafio. Somos sexo por natureza? Muito bem, sejamos sexo, mas em sua singularidade e especificidade irreduzíveis. Tiremos disto as consequências e reinventemos nosso próprio tipo de existência política, econômica, cultural. Sempre o mesmo movimento – partir da sexualidade na qual procura colonizá-las e atravessá-la para ir em direção a outras afirmações.³⁸

Por isto, Foucault considera que a sexualidade é aquilo que o poder tem medo, mas é a através dela que ele se exerce. E também sempre o existe poder, existe resistência, pois “jamais somos aprisionados pelo poder; podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e seguindo uma estratégia precisa”.³⁹

Isto ocorre porque o poder se exerce pelos “dispositivos” que são definidos pelo pensador francês como:

- a) Um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, enfim *o dito e o não dito*, uma rede que pode se estabelecer entre todos estes elementos.
- b) Um tipo de jogo produzido a partir das relações entre estes elementos discursivos que pode estabelecer mudanças de posições e funções.

³⁸ Idem, p. 234

³⁹ Idem, p. 241

c) Um tipo de formação que teve como objetivo responder a uma demanda urgente em determinado momento histórico.

O sistema de dominação na forma que foi definido por Foucault atende a demanda exposta pelo modo de produção capitalista industrial – as riquezas produzidas pela exploração dos corpos dos trabalhadores em um ritual de rígida disciplina imposta pelos sistemas de linhas de montagem (ritmicidade de trabalho controlada por exigir um tempo unificado e imposto a determinada coletividade). Os dispositivos de poder se expressam, e isto é fundamental no pensamento foucaultiano, por meio de ações institucionais e não institucionais, sistêmicas e não sistêmicas, por discursos expressos no dito e no não dito. E o elemento que legitima isto é o discurso cientificista pelo fato de estabelecer o que Foucault chama de “efeito de verdade”.

Por exemplo, quando trata do racismo, Foucault afirma que:

O racismo não foi inicialmente uma ideologia política. Era uma ideologia científica que podia ser encontrada em toda a parte em Morel como em outros. E foi usada politicamente primeiro pelos socialistas, por pessoas de esquerda, antes de ser pelos de direita.⁴⁰

A apropriação do racismo como discurso científico utilizado pela “esquerda” deveu-se à construção do discurso racionalizador de superação do capitalismo em função de uma “decadência” das classes dominantes. A ideia de decadência, inferioridade, superioridade e outros termos que se articulam com uma dimensão valorativa e evolucionista casam com o chamado “racismo científico”. Por isto, o discurso racista científico se baseia nas teorias evolucionistas, marcadamente positivistas e, com isto, tem uma dimensão científica. O poder do racismo aqui se dá pelo cientificismo, pelo efeito de verdade gerado pela razão.

É por esta razão que Foucault dá um especial destaque ao aspecto do discurso que, para ele, é ordenado por três procedimentos de controle.

O primeiro são os procedimentos de exclusão manifestados pela “grelha” da interdição que significa que nem tudo pode ser dito, nem tudo pode ser dito em determinadas circunstâncias ou momentos e nem tudo pode ser dito por qualquer sujeito (tabu do objeto, ritual da circunstância e direito/privilégios do sujeito que fala). Para Foucault,

⁴⁰ Idem, p. 271

esta grelha da interdição se manifesta principalmente nas áreas da sexualidade e da política, pois é no discurso que os poderes e os desejos são controlados.⁴¹

Além da grelha da interdição, outro procedimento de exclusão citado é o da separação/rejeição – o da razão e da loucura.

Desde a Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade, nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um contrato ou um ato, não podendo nem mesmo no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo (...)⁴²

E o outro procedimento de exclusão é o do verdadeiro/falso. Para Foucault, a verdade se deslocou do ato ritualizado ou no que ele fazia para o *próprio enunciado*, seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência.⁴³

Isto significa que a ideia de verdade está na forma em que o discurso se apresenta, na sua lógica interna. Os procedimentos organizativos do discurso é que dão o tom de veracidade ao discurso. Aplicando esta ideia a do jornalismo informativo, tem-se que os procedimentos impostos à narrativa informativa do discurso nos aspectos metódicos – *ouvir os dois lados, equidistância dos atores em cena* – bem como formais - *função referencial da linguagem, pirâmide invertida* – dão o “efeito de verdade” legitimador deste discurso.

Foucault dá especial destaque a este terceiro procedimento de exclusão por considerar que ele ganha status com o que ele chama de “vontade de verdade” que é uma potência produzida a partir dos procedimentos de exclusão. A “vontade de verdade” exclui o discurso do louco, interdita determinados discursos e separa o que é “verdadeiro” e “falso”. Consolida-se, assim, a grelha da exclusão.

A segunda ordem de procedimentos de controle do discurso refere-se às características internas do próprio discurso. Aqui, Foucault destaca o papel desempenhado pelo *comentário*, pelo *autor* e pela *disciplina*.

Os comentários são os discursos que se remetem a outros discursos, deslocando-os a partir do momento que repisam o que já foi dito no texto primeiro e acrescentam novos

⁴¹ FOUCAULT, 2009

⁴² Idem, p. 11

⁴³ Idem, p. 15

sentidos, deslocando-os. Com isto, estabelece-se um jogo de construção de sentidos. Um jogo de uma identidade que tem a forma da repetição do mesmo.

Já o autor refere-se à identidade que tem a forma de uma individualidade. Não se trata apenas e tão somente do autor físico do discurso, do falante, mas “como princípio de agrupamento do discurso, como unidade ou origem de suas significações, como foco de sua coerência”⁴⁴. Autor aqui é um arquétipo construído pelo campo de sentidos construído pelo autor, como um lugar de fala construído pelos sentidos da fala.

Finalmente, Foucault fala da *disciplina* como terceiro procedimento interno de controle do discurso. Uma disciplina consiste em

... um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isso constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, se que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor.⁴⁵

É no campo da disciplina que se possibilita a construção indefinida de novos discursos desde que articulados com a rede de procedimentos pré-definidos que atendem a chamada “vontade de verdade” e a vontade de saber citados anteriormente.⁴⁶

Junto com o *comentário* (identidade pela repetição) e o *autor* (identidade pela individualização), a *disciplina* (identidade pelos procedimentos metódicos e funcionais) forma-se a segunda grande de controle discursivo relativa as suas características internas.

Apesar das suas diferenças, de forma articulada elas exercem um determinado tipo de controle. Por exemplo, em um jornal impresso, os aspectos metódicos e formais da narrativa do texto informativo obedecem a uma *disciplina* de procedimentos que o caracterizam como tal, e com isto *permitem* a convivência com o texto do articulista que mesmo não seguindo os procedimentos da disciplina do texto informativo, se coloca no campo *autoral* (identifica-se com determinado lugar de fala, da fala autorizada, do autor do comentário) como também do *comentário* (ao referir-se a outros textos informativos produzidos na disciplina metódica do jornalismo). É desta forma que jornalismo

⁴⁴ Idem, p. 26

⁴⁵ Idem, p. 30

⁴⁶ Idem, p. 30

informativo e opinativo se articulam e combinam dentro de uma mesma ordem discursiva.

Finalmente, Foucault apresenta a terceira ordem de procedimentos de controle dos discursos que se referem a determinação das condições do seu funcionamento, “de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles”⁴⁷. Desta forma, a *entrada* na ordem do discurso só se dá se forem atendidas determinadas exigências ou qualificações.

Os dispositivos de poder de Foucault existem e ocorrem *no* discurso e não são meramente expressos por ele. O discurso se configura, na visão foucaultiana, em uma estrutura na qual se realizam os dispositivos de poder. Os mecanismos de controle têm, assim, uma funcionalidade e uma lógica e produzem determinadas tipologias de seres humanos. Não se trata apenas e tão somente de um *incômodo* ou um *mal estar necessário* como se pode depreender do texto de Freud ou ainda de uma estrutura paralela a uma natureza humana “pura”, mas algo intrínseco ao próprio ser humano na forma que ele se apresenta, pensa, fala e se relaciona.

Há aqui a indicação da concepção de ser humano na perspectiva relacional e de interação com o outro, a formação da condição humana como algo articulado com a dimensão da vida em coletividade e não apenas e tão somente como mecanismos de repressão e de incômodos por conta de uma natureza “agressiva” que necessita ser controlada. Aqui, em Foucault, o poder e o controle é produtor de um tipo humano e de um tipo (ou tipos) de agrupamentos humanos.

1.4 – Controle e modo de produção capitalista

Marx desenvolveu o mais complexo e sofisticado estudo das relações de produção no capitalismo na contemporaneidade. Ainda que muitos contestem as suas conclusões, principalmente as resultantes políticas como as experiências do socialismo nos países da antiga “Cortina de Ferro”, é inegável que o marxismo tenha virado uma referência teórica nas análises dos fenômenos contemporâneos.

⁴⁷ idem, pp. 36-37

Uma das ideias mais importantes de Marx está em que a consciência social é a expressão de relações sociais *determinadas pelas formas em que os seres humanos constroem de produção social*. Ele afirma que:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência.⁴⁸

Há, aqui, uma concepção de natureza filosófica de ser humano para Marx. A condição humana se distingue da dos demais animais pelo fato do ser humano modificar a natureza e produzir, a partir do *trabalho*, os instrumentos materiais para a sua sobrevivência. Por isto, as necessidades humanas são *históricas* e vão se modificando ao longo do percurso de transformação da natureza pela ação humana.

Esta intervenção humana na natureza é de caráter social, coletivo. Para tanto, os seres humanos desenvolvem determinadas formas de relação entre si para a constituição deste trabalho coletivo e é este o ponto de partida do que Marx chama de relações sociais determinadas e “independentes da sua vontade”.

Assim, a consciência humana é produto deste panorama de relações sociais determinadas. O ser humano é, assim, produto das formas em que ele estabelece tais relações.

Entretanto, o pensamento marxista vai muito além de um determinismo como alguns chegam a criticá-lo apressadamente. Nesta concepção, Marx destaca que tais relações são históricas e marcadas por antagonismos e lutas. As relações entre seres humanos não são harmônicas e sim antagônicas. Por isto que Marx considera que tais antagonismos é que movem a historicidade da condição humana.

É com base nisto que o método marxista se caracteriza pela construção de uma categoria teórica fundante – *o modo de produção*. Entretanto, conforme o próprio Marx afirma na introdução à “Contribuição da Crítica a Economia Política”, a categoria modo de

⁴⁸ MARX, 2001: p. 31

produção no seu estado “puro” é vazia. Ele tem uma historicidade que lhe confere singularidades – *modo de produção capitalista, feudal, escravista* entre outros.

(...) quando falamos de produção, trata-se da produção num determinado nível de desenvolvimento social, trata-se da produção de indivíduos que vivem em sociedade. Assim poderia parecer que, para falarmos de produção, seria necessário: ou descrever o processo de desenvolvimento histórico nas suas diferentes fases; ou então declarar de início que nos referimos a uma determinada época histórica bem definida, como por exemplo à produção burguesa moderna, que é na realidade o nosso tema específico. Não obstante, todas as épocas da produção têm certos traços e certas determinações comuns. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração que possui um sentido, na medida em que realça os elementos comuns, os fixa e assim nos poupa repetições. Contudo, esses caracteres gerais ou esses elementos comuns, destacados por comparação, articulam-se de maneira muito diversa e desdobram-se em determinações distintas.⁴⁹

Por isto, as categorias precisam ser historicizadas dentro da perspectiva dos antagonismos que as singularizam.

Indivíduos que produzem em sociedade, ou seja a produção de indivíduos socialmente determinada: eis naturalmente o ponto de partida. O caçador e o pescador individuais e isolados, com que começam Smith e Ricardo, fazem parte das ficções pobremente imaginadas do século XVIII; são robinsonadas que, pese embora aos historiadores da civilização, não exprimem de modo nenhum uma simples reação contra um refinamento excessivo e um regresso aquilo que muito erradamente se entende como vida natural. O "contrato social" de Rousseau, que estabelece conexões e laços entre sujeitos independentes por natureza, tampouco se baseia em tal naturalismo.⁵⁰ (idem, p. 36)

Desta forma, Marx rejeita a ideia de um estado “natural”, “puro” no qual sistemas constroem determinadas formas de complexidade ou sofisticação. Para ele, a condição humana inicia-se justamente nas relações sociais nas quais são estabelecidas formas de produção material. A fantasia de “Robinson Crusoé”, como um indivíduo que solitariamente produz todos os seus meios de subsistência é utilizada como uma metáfora sarcástica por Marx para criticar tal perspectiva. Por isto, ele diz que a própria “individualização” só é possível por conta do ser humano ser socializado. E que a ideia de um ser humano que se desenvolva por fora das relações com os outros é um absurdo.

O homem é, no sentido mais literal, um *zoon politikon* (animal político); não é simplesmente um animal social, é também um animal que só na sociedade se pode individualizar. A produção realizada por um indivíduo isolado, fora do âmbito da sociedade - fato excepcional, mas que pode acontecer, por exemplo, quando um indivíduo civilizado, que potencialmente possui já em si as forças próprias da sociedade, se extravia num lugar deserto - é um absurdo tão grande

⁴⁹ Idem, p. 35

⁵⁰ Idem, p. 36

como a idéia de que a linguagem se pode desenvolver sem a presença de indivíduos que vivam juntos e falem uns com os outros.⁵¹ (idem, p. 37)

Desta forma, para Marx, as categorias concretas são produtos de múltiplas determinações dadas por outras e se articulam mutuamente. Nos estudos que ele faz de produção, distribuição e consumo, o pensador alemão demonstra como consumo é também produção à medida que o consumo indica a necessidade de produção dos objetos consumidos e que o consumo se organiza a partir da forma que a produção se organiza.

O consumo produz produção, segundo Marx, porque, primeiro, somente no consumo, o produto torna-se produto (“um terno só se torna um terno se for vestido; uma casa só é uma casa se for habitada”); e segundo porque o consumo **motiva** a produção e lhe dá significado e sentido, sem necessidade não há produção. Porém, a produção também é consumo a medida que, primeiro, fornece o objeto do consumo; e segundo, dá-lhe o seu caráter específico, o seu toque final:

(...) tal como o consumo dá ao produto o toque final que converte uma vez por todas em produto. Em suma, o objeto não é um objeto em geral, mas sim, um objeto bem determinado e que tem de ser consumido de uma maneira determinada, a qual, por sua vez, tem que ser media-da pela própria produção. A fome é a fome, mas a fome que é saciada com carne cozida e consumida com faca e garfo é diferente da fome do que devora carne crua e a come com a mão, com unhas e dentes. Por conseguinte, o que a produção produz objetiva e subjetivamente não é só o objeto do consumo; é também o modo de consumo. A produção cria, pois, o consumidor.⁵²

E, finalmente, a produção cria um “sujeito” para o consumo ao determinar as necessidades subjetivas para o consumo de tal produto.

Por isto, a relação entre produção e consumo, segundo Marx, dá-se pela identidade imediata (a produção é consumo; o consumo é produção); pelas relações mediadas entre ambos (a produção cria objeto para o consumo, o consumo cria o sujeito consumidor para a produção) e pelas identidades construídas a partir de um polo ou outro:

A produção não é apenas imediatamente consumo, nem o consumo é apenas imediatamente produção; mais: a produção não é simplesmente um meio para o consumo, nem o consumo, simplesmente um fim para a produção - o mesmo é dizer, tão pouco é suficiente o fato de cada um proporcionar ao outro o seu objeto: a produção, o objeto exterior, material, do consumo; o consumo, o objeto ideal da produção. Cada um dos termos não se limita a ser imediatamente

⁵¹ Idem, p. 37

⁵² Idem, p. 39

o outro, nem o mediador do outro: mais do que isso, ao realizar-se, cria o outro, realiza-se sob a forma do outro. O consumo consome o ato de produção, dando ao produto o seu caráter acabado de produto, dissolvendo-o, absorvendo a sua forma autônoma e material, e desenvolvendo - através da necessidade da repetição - a aptidão para produzir surgida no primeiro ato da produção. O consumo não é pois, apenas, o ato final pelo qual o produto se torna realmente produto: é também o ato pelo qual o produtor se torna realmente produtor. A produção, pelo seu lado, gera o consumo, criando um modo determinado de consumo, originando - sob a forma de necessidade - o desejo e a capacidade de consumo.⁵³

Este mesmo raciocínio de Marx na relação produção e consumo, ele o faz na relação produção e distribuição. Marx afirma que a estrutura da distribuição é determinada pela estrutura de produção. “Um indivíduo que contribui para a produção com o seu trabalho assalariado, sob a forma de salário, na repartição dos produtos criados pela produção”. (idem) Isto porque Marx considera que a distribuição, antes de ser de produtos, é de instrumentos de produção.

E, finalmente, Marx demonstra as relações entre as categorias produção e troca, afirmando que

não existe troca sem divisão de trabalho quer esta seja natural, quer esta seja produto de um processo histórico; a troca privada pressupõe a produção privada e a intensidade da troca, assim como a sua extensão e a sua estrutura são determinadas pelo desenvolvimento e pela estrutura da produção.⁵⁴

Estas considerações de Marx explicitam o seu método de análise que é a articulação de diversas categorias tendo uma como base central e que é fundante na definição conceitual da condição humana, que é a produção e o modo de produção. Em outras palavras, que o ser humano se constrói a partir da relação que estabelece com outros seres humanos com o objetivo de produção material (ou intervenção coletiva na natureza para a produção das suas necessidades) e que isto se articula sistemicamente no que se chama de “modo de produção”. E que este modo de produção estabelece relações tensas e marcadas por antagonismos e contradições. A consciência humana se forma a partir da percepção destes fenômenos e percursos.

Com isto, Marx se afasta de uma caracterização a priori da condição humana como a “tendência à agressividade” vista em Freud. A própria caracterização das estruturas disciplinares de Foucault demonstra que elas são produto de uma determinada forma de organização da produção – o que, aliás, é também reconhecido pelo próprio pensador

⁵³ Idem, p. 41

⁵⁴ Idem, p. 41

francês quando demonstra que ela atende as exigências de um tipo de trabalho que se organiza sob rígida disciplina.

O capitalismo nos últimos tempos teve modificações importantes na sua forma de produção. A mais importante delas foi a transfiguração das linhas de montagem para as cadeias produtivas globais nas quais se estabeleceu uma rede com nós produtivos espalhados por todo o mundo. Ao lado disso, houve modificações na forma de consumo – “a produção cria o sujeito para o consumo” conforme diz Marx – com a constituição de um modelo customizado (e não massivo ou de larga escala) do consumo e dos significados dos produtos.

Assim, percebe-se uma mudança na caracterização do controle social. De qualquer forma, incorporando a metodologia marxista, o controle social está articulado com o modo de produção. Ele é determinado pela forma que os seres humanos estabeleceram relações sociais de produção material em determinado momento histórico. Por isto que Marx vincula o poder e o controle social aos conflitos de classes sociais, entendidas estas como agrupamentos coletivos que se definem pela posição que ocupam na estrutura de produção.

1.5 – Do poder disciplinador ao poder flexível: os novos fundamentalismos e a ação direta do capital

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman caracteriza o momento atual como a fase da “modernidade líquida”. Segundo ele, a modernidade líquida pode ser definida pelas seguintes características:

- Organizações sociais não podem mais manter sua forma por muito tempo pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que para moldá-las
- Separação e divórcio entre Poder e Política
- Retração da segurança comunal garantida pelo Estado
- Colapso do pensamento e do planejamento a longo prazo
- Responsabilização do indivíduo⁵⁵

⁵⁵ BAUMAN, Z. *Tempos líquidos*

Estes processos apontados por Bauman obrigam a redefinição dos elementos constantes nos enquadramentos institucionais, principalmente no que tange a evanescência das organizações sociais. A aparente “tolerância” no campo político a transgressão de determinadas normas sociais é resultante tanto de uma incorporação sistêmica das demandas do movimento contracultural dos anos 1960 como também o esvaziamento do seu conteúdo de conflito de posições. Por isto, determinadas bandeiras – principalmente as referentes a comportamentos tidos como “desviantes” dos padrões morais – são ressignificadas como práticas possíveis dissociadas de um viés político.

Um problema decorrente disto é que normas sociais mais fluídas dificultam relações baseadas nas expectativas de comportamentos. Intensificam o que Bauman chama de “estranhamentos”. Também problematizam as internalizações de papéis.

É por esta razão que esta liquefação de que fala Bauman tem como resultado uma fragilização das relações humanas⁵⁶ a medida que os sujeitos são atravessados por uma gama maior de possibilidades de ação – deslocando-o de uma perspectiva autocentrada e linear – e gerando temores quanto as incertezas nas relações com outros sujeitos.

Estes temores da incerteza levam tanto a uma tipologia de relações marcadas pela descartabilidade (o “aqui-agora”) e/ou pela metáfora da conexão (expressa, principalmente, pelas possibilidades de contato pessoal disponíveis pelas tecnologias de informação). As conectividades permitem – ao contrário das relações contratuais – performances pontuais expressas por sujeitos esquizoides. Os papéis são construídos, assim, não por mecanismos de internalização marcados por um enquadramento macroinstitucional, mas sim por desejos expressos pontualmente.

No filme “Todas as cores do amor!” (*Goldfish memory*, de Elizabeth Grill, 2003), os temores das incertezas de uma relação que implica contratos com expectativa de longo prazo são expressos pela excessiva mobilidade e instabilidade de vontades e de desejos de parceiros, até mesmo na variação das orientações sexuais. Uma frase de duas personagens lésbicas traduz este pensamento: “*Você topa ser minha namorada fixa por uma semana com possibilidade de renovarmos por mais uma semana?*” A tese de um dos personagens, um professor universitário conquistador, é que a memória dos

⁵⁶ BAUMAN, Z. Amor líquido

peixinhos dourados de um aquário tem duração de apenas três segundos: a cada volta no aquário quando ele reencontra a parceira(o) é como se fosse uma pessoa nova.

As subjetividades que emergem deste processo são, assim, fragmentadas, temerosas, descartáveis, esquizoides e tendentes a não relação com o outro. O estranhamento deixa de ser algo distante – tanto espacial, como temporalmente – para se tornar um fantasma que ronda o espaço relacional.

O medo da incerteza é refletido por Bauman quando faz uma releitura da obra clássica de Freud, *O mal estar da civilização*. Nesta obra, Freud fala do dilema humano entre a certeza da segurança e a incerteza da liberdade que Bauman afirma ter sido solucionado com a privatização da liberdade. A incerteza é, então, afastada do domínio da liberdade a medida que esta é exercida não a partir da busca de um espaço para a sua manifestação pública, mas sim da retração da sua expressão na segurança do domínio privado e de suas conexões.⁵⁷

Esta situação leva a, também se referindo a Freud, o que Marilena Chauí chama de “infantilização da sociedade”. Para ela, a transformação dos desejos em impulsos fortalecidos pela sociedade de consumo, via os meios de comunicação de massa, faz desaparecer a diferença temporal entre o desejo e a sua satisfação – definição freudiana de infantilidade. Assim, querer ter passa a ter o mesmo significado de ter, perdendo-se a referência das ações necessárias – com as devidas conseqüências – para a satisfação deste desejo. A idéia de trabalho, no sentido de uma ação construtora e potencialmente viabilizadora de satisfação de desejos, perde sentido.

Uma sociedade marcada pelo esvaziamento e fragilidade das relações e seu deslocamento para as conexões descartáveis, pela emergência de performances esquizóides e pela infantilização praticamente destrói qualquer possibilidade de emergência de uma esfera pública, ainda que mediada por uma racionalidade instrumental. Entretanto, esta permanece existindo mas não mais como um arcabouço legitimador da esfera pública. Ela é totalmente deslocada e fica confinada para o domínio dos sistemas de ação racional e teleológica na *esfera privada do capital* e, por esta razão, há também um deslocamento do poder que deixa a esfera política.

⁵⁷ BAUMAN, Z. *O mal estar da pós modernidade*

A separação e o iminente divórcio entre poder e política de que fala Bauman é percebido empiricamente com o poder decisório, até em termos mundiais, dos grandes conglomerados transnacionais. Os faturamentos de vários destes conglomerados superam, e muito, os PIBs (Produtos Internos Brutos, medida de riqueza de uma nação) de muitos países. Mais que isto, a concentração de riquezas e o enfraquecimento das estruturas políticas praticamente colocam determinados Estados nacionais como reféns das estruturas decisórias destes grandes conglomerados.

Este poder decisório não se restringe apenas à política. Os problemas sociais decorrentes deste sistema são deslocados de uma perspectiva de direitos não atendidos para “carências”. Os segmentos sociais atingidos por estas “carências” tornam-se potenciais *atendidos* por projetos de assistência social e não *cidadãos* com direitos desrespeitados. Há, desta forma, um deslocamento deste campo de debates da esfera política para a esfera privada.

Na esfera política, a ideia de direitos não atendidos gera os conflitos políticos cujos protagonistas são os movimentos sociais, entendidos estes como sujeitos coletivos formados para a busca de mudanças e transformações no contrato social – portanto, a esfera do *dissenso*. Na esfera privada, a ideia de carências gera a demanda por projetos pontuais de atendimento cujos protagonistas são organizações privadas – não na sua caracterização institucional necessariamente, mas sobretudo na sua perspectiva organizacional – na qual os elementos constantes da dimensão de um sistema de ação racional com determinadas finalidades. Assim, o problema sai de uma possibilidade de reflexão crítica e intervenção transformadora para uma ação eficiente e resolutive.

Com tudo isto, consolida-se o que se pode chamar de uma *ação direta do capital*, isto é, o esvaziamento das estruturas de intermediação e legitimação do poder do capital perante a sociedade. Reserva ao Estado o poder único da repressão física ou da reserva da repressão em casos de ameaça.

A ideia de “ação direta” vem da ideologia do anarcossindicalismo que previa que a classe operária prescindia de organizações mediadoras e poderia agir autonomamente contra o capital por meio de ações insurrecionais. A teoria da ação direta, segundo William Mellor⁵⁸ (1970), pode ser definida como o uso de algumas formas de poder

⁵⁸ MELLOR, W., 1970

econômico para garantir os objetivos pretendidos. Na proposta do ativismo de inspiração anarquista, a ação direta se compõe de métodos imediatos com a finalidade de produzir mudanças ou impedir práticas indesejáveis. A ação direta tem como uma de suas principais características o imediatismo que significa a negação da *mediação*, por isto as lutas operárias de inspiração anarquista se desenvolviam única e exclusivamente por ações como greves, passeatas, boicotes, insurreições e não por ações dentro do espaço político-institucional.

O conceito que aqui se propõe de *ação direta do capital* tem uma proximidade discursiva com a proposta anarquista, de *crítica e negação do Estado*, mas se distancia para outra ponta a medida que propõe a total desintermediação e desregulação nas ações do capital. Não se trata apenas e tão somente do projeto do “Estado mínimo”, embora este o componha, mas de uma privatização radical de todas as esferas da vida. Tal perspectiva se expressa ideologicamente no discurso midiático por meio da deslegitimação das instituições de Estado, de uma crítica de caráter moral da política e da oposição qualitativa entre a *eficiência* da “sociedade civil” e *ineficiência* da “sociedade política”.

Estes conceitos, presentes no pensamento de Gramsci, são transfigurações. Gramsci considera que sociedade civil e sociedade política são apenas dimensões distintas de operação do poder capitalista e não estruturas antitéticas, tanto é que chama a sociedade civil de “Estado ampliado” e sociedade política de “Estado stricto-sensu”. Percebe-se, assim, que o discurso hegemônico do capitalismo contemporâneo ressignifica conceitos revolucionários, como a ação direta (dos anarquistas) e de sociedade civil (da tradição marxista gramsciana) dentro de outros parâmetros.⁵⁹

A *realpolitik* se transforma em mero jogo cênico nem tanto para ser apenas um processo de referendo de situações já consolidadas pela razão instrumental como afirma Habermas⁶⁰ mas em uma performance de debate político no qual interesses privados se escondem de um palavrório com pouca substância.

É por esta razão que o processo civilizatório da globalização neoliberal combina uma concentração brutal de poderes com a consolidação de um modelo de democracia

⁵⁹ Este pode ser um dos motivos da mobilização de determinada parcela da intelectualidade de “esquerda” para o projeto neoliberal.

⁶⁰ HABERMAS, J. 1987

liberal. A necessidade de regimes repressivos fisicamente para a imposição desta nova ordem mundial é relativa. Ela pode fluir tranquilamente por dentro de mecanismos aparentemente liberais e democráticos. Isto porque ele implica na destruição da esfera pública.

A revista *The Economist* publicou em setembro de 2011 uma reportagem especial sobre o futuro do emprego no mundo capitalista. Mathew Bishop, em um dos artigos da reportagem, constata que a globalização atingiu em cheio os empregos do setor manufatureiro nas economias ricas, em função das indústrias transferirem parcelas significativas da linha de produção para os países da periferia, onde há uma mão de obra em maior abundância e mais barata. Ficaram concentradas nos países centrais as atividades administrativas e de cunho de planejamento e direção, que exigem um melhor preparo intelectual.

Entretanto, Bishop observa que já há também um deslocamento de parte das atividades de cunho administrativo para os países periféricos por meio de um processo de terceirização mais agressivo.

Para entender por que essas mudanças são tão excitantes para algumas pessoas e tão assustadoras para outras, um bom lugar para começar é a seção oConny do site oDesk, um dos vários vibrantes mercados on line para trabalhadores free lance. Em julho deste ano, cerca de 250 mil empresas contrataram em torno de 1,3 milhão de autônomos registrados que oferecem seus serviços lá para, aproximadamente, 1,8 milhão de horas de trabalho, quase que o dobro que no ano anterior. O oDesk, fundado no Vale do Silício em 2003 mudou o jogo, diz Gary Swart, executivo-chefe. Seu site leva a terceirização, adotada amplamente pelas grandes empresas na última década, para o nível do trabalhador individual. De acordo com Swart, esta mão de obra como serviço satisfaz tanto os empregadores, que dispõem de trabalhadores de reserva sempre que necessário, como os empregados que ganham dinheiro sem todos os inconvenientes de trabalhar para uma grande empresa ou até mesmo sem ter de sair de casa.⁶¹

Efetivamente, o impacto que esta organização da produção tem é grande em termos de percepção grupal e até mesmo como pertencimento de classe. Fragmentado, isolado e colocado dentro de uma situação em que se oferece – ou *se vende* – para obter trabalho, dentro de uma lógica de concorrência acirrada, as estruturas de solidariedade e de pertencimento de classe social se evanescem. A fragmentação da ocupação faz com que este sujeito-trabalhador volte a si próprio e quando colocado dentro de um circuito de produção transnacional, até mesmo a sua percepção identitária nacional sofre impactos.

⁶¹ The Economist, 2011 – T. do A.

O jogo colocado em termos de mercado profissional chega ao nível de uma disputa cruel, em que o colega é visto como potencial inimigo. Com a tendência à desregulação e o esvaziamento do espaço público, consolida-se a transfiguração da sociedade em mercado, como afirma Otávio Ianni⁶², porém, além do que ele afirma de que o cidadão se transforma em consumidor, percebe-se também uma transfiguração do sujeito em *mercadoria* – fetichizada na perspectiva teórica apontada por Marx.

O sujeito-mercadoria-fetice passa a desenvolver estratégias de conexão e de representação perante um espaço coletivo em que a lógica do mercado impera e que as estruturas de solidariedade coletiva se enfraquecem. Fechado em si próprio e diante da responsabilização individual dos problemas, há um deslocamento da contradição heteronomia/autonomia para a autarquização do indivíduo.

A busca pela autonomia do sujeito é parte das discussões pós-período Iluminista, da passagem de uma humanidade teocêntrica para antropocêntrica. A razão esclarecedora, a medida que possibilita ao ser humano poder desvendar a realidade sem a necessidade de recorrer a explicações divinas ou extra-naturais, garantiria esta autonomia. Adorno e Horkheimer discordaram desta utopia iluminista com a demonstração de que uma razão colonizada pelo capitalismo e dissociada de uma ética – a razão *instrumental* – ao contrário de garantir a emancipação, aperfeiçoa os mecanismos de opressão.⁶³

Entretanto, o que se observa atualmente não é mais o dilema autonomia/heteronomia. A transfiguração dos espaços de relações humanas implementou um ser humano autárquico, fechado em si mesmo e que se apresenta socialmente na mesma perspectiva de uma mercadoria fetichizada e que se expressa não mais racionalmente (ainda que em uma razão instrumental) mas sim *sedutoramente*. É por esta razão que a proliferação da chamada “auto-ajuda” se direciona para a forma de representação destes sujeitos e se aproximam cada vez mais do chamado *marketing pessoal*.

Desta forma, os seres humanos se autarquizam e se expressam publicamente por meio de representações imagéticas que ganham autonomia perante as referências, na mesma perspectiva que Jean Baudrillard chama de *simulacros*. A este respeito, Marilena Chauí afirma o seguinte:

⁶² IANNI, O. *Enigmas da modernidade mundo*

⁶³ Ver ADORNO, Th; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

Simulacrum é uma palavra latina que vem de *similis*, que significa o semelhante. De *similis* vêm as palavras *simul*, fazer junto, mas também competir, rivalizar, e *similitudo*, semelhante, analogia, comparação. De *similis* vem o verbo *simulare*, que significa representar exatamente, copiar, tomar a aparência de; este último significado leva o verbo a significar também fingir, simular. Ou seja, *simulacrum* tanto pode significar uma representação ou cópia exata como um fingimento, uma simulação”⁶⁴

O simulacro não é apenas uma representação, mas se legitima pela sua iconicidade e a relação com o referente é mimética. Por mimese, entendem-se as experiências estéticas catárticas e alienantes centradas apenas na imitação ou repetição, limitando ou negando as possibilidades criativas.⁶⁵

Diante disto, o simulacro vira uma reserva estratégica que potencializa a ação humana autárquica em um espaço coletivo marcado pela conexão e pela emergência das sensibilidades.

As configurações dos espaços urbanos das grandes metrópoles são produtos desta nova tipologia de ser humano que emerge – e não o contrário como alguns supõem, de que esta configuração urbana que cria tais sujeitos. O isolamento na vida cotidiana e a transformação dos espaços privados da casa em lugares de trabalho e de construção das estratégias de expressão são produtos disto.

No tocante aos meios de comunicação de massa, é notável o papel cada vez maior que vem ocupando os programas de entretenimento, de shows e outros, bem mais que os produtos voltados para a informação jornalística. Em todo o mundo, nos últimos anos há uma queda significativa em termos relativos do consumo de produtos noticiosos, ao mesmo passo em que há um crescimento da absorção de produtos midiáticos. Não é a informação jornalística que coloniza a esfera pública hoje, mas o discurso midiático nas vertentes do show, do espetáculo, da publicidade, discursos estes que se legitimam socialmente pela sedução. Mesmo os produtos aparentemente noticiosos são contaminados por esta nova forma de discurso hegemônico. Não há mais *persuasão* e sim *sedução*.

Este cenário acontece, porém, dentro de um sistema de produção e consumo que se sustenta por mecanismos de exclusão. A brutal concentração de riquezas, consequência

⁶⁴ CHAUI, 2006, p. 82

⁶⁵ LANDOWSKY, 1997

deste paradigma de produção e consumo, é visível *per si* e também pelo fato das riquezas concentradas manifestarem-se publicamente pela midiatização da sociedade.

Bauman lembra o mito grego de Tântalo, em que um mortal descobre um segredo dos deuses do Olimpo e o dissemina entre os seres humanos. Irado com isto, os deuses do Olimpo castigam Tântalo da seguinte forma: amarram-no em um lago com água até o umbigo e com uma árvore com frutas na altura da sua cabeça. Quando Tântalo tem fome e tenta alcançar os frutos da árvore, um vento balança os seus galhos e levam as frutas para fora do alcance da boca do castigado. Quando ele tem sede e tenta beber a água do lago, esta abaixa e fica fora do alcance da sua boca. A moral deste mito é que existem coisas que se pode ver e saber que existem mas o seu usufruto é um privilégio – mais que isto, a fruição seletiva deles é que criam as hierarquias. Por Tântalo quebrar esta fruição seletiva ao disseminar um conhecimento privativo dos deuses, quebrou a hierarquia entre deuses e mortais, daí este castigo ser simbólico.⁶⁶

Em uma sociedade imagética, de disseminação desenfreada de mercadorias associada a um consumo extremamente seletivo delas, a agonia de Tântalo é a metáfora mais adequada para visualizar a situação da sociedade contemporânea.

Um indivíduo autarquizado colocado dentro de uma estrutura de agonia de Tântalo, e ainda impulsionado por uma relação de infantilização na qual se evanesce a diferença entre desejo e satisfação, o resultado disto é uma angústia permanente e crescente que leva, em vários momentos, a explosões de revoltas. Tais explosões e revoltas, embora originárias de um sistema marcado pela forte injustiça social, em nada se assemelha a uma revolta política, uma crítica sistêmica, mas sim a uma ação de “turbas”.

O Estado, assim, se transforma única e exclusivamente em espaço de polícia e não de política. Os discursos na esfera da *realpolitik* se transformam cada vez mais em narrativas assertivas que pouca margem dá a discussão pública. Enfim, embora a democracia liberal representativa se consolide como mecanismo societário na esmagadora maioria dos países do mundo, os processos de opressão social não só se aperfeiçoam, mas também se legitimam por uma demanda por autoritarismo que contamina o cotidiano. Em outras palavras, há um esgotamento das possibilidades civilizatórias do capitalismo.

⁶⁶ BAUMAN, Z. *Comunidade*

2 – Mídia e o triplo poder

2.1 – Nova e velha ordem mundial

Nas últimas décadas do século passado, o sistema de mundo bipolar construído após a II Guerra Mundial, com a confrontação do chamado bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos e o bloco “socialista”, liderado pela extinta União Soviética termina com a vitória do primeiro. O marco simbólico deste final do mundo bipolar foi a queda do Muro de Berlim, em 1989.

As características da Guerra Fria ajudam a entender o seu desfecho e a construção do que se convencionou chamar de “nova ordem mundial”. Para o pensador Noam Chomsky, a guerra fria não passou de uma retórica utilizada pelas duas superpotências com o objetivo dos poderes instituídos, cada um a sua maneira, manter uma ordem em que as nações mais ricas comandam o cenário internacional e, dentro de todas as nações, os mais ricos em cada uma delas comandam o cenário nacional.

Os homens ricos das sociedades ricas são os que dirigem o mundo, competindo entre si por uma maior porção de riquezas e poder e impiedosamente suprimindo aqueles que ficam em seu caminho, auxiliados pelos homens ricos das nações famintas que dão o seu lance. Os outros servem e sofrem.⁶⁷

Para tanto, Chomsky considera que “a Guerra Fria forneceu pretextos e não razões”⁶⁸ mudando “a estrutura em que as políticas de longo alcance eram executadas.”⁶⁹ Assim, Chomsky considera que não há uma mudança significativa na ordem mundial pós-guerra fria, uma vez que os interesses permanecem os mesmos, apenas e tão somente os pretextos e discursos de legitimação se modificam.

Na perspectiva econômica, o capitalismo pós-guerra se assentou sob a base do crescimento da indústria bélica. Chomsky afirma a este respeito que

Os líderes empresariais reconheceram que os gastos sociais poderiam estimular a economia, mas muitos preferiram a alternativa militar keynessiana – por razões que tem a ver com o privilégio e o poder, não com a racionalidade econômica. Essa abordagem foi adotada rapidamente, a Guerra Fria servindo como justificativa. Em 1948, com a economia afundando na recessão, os ‘gastos com a Guerra Fria de Truman foram vistos pela imprensa comercial como uma fórmula mágica para os bons tempos sem fim.’⁷⁰

⁶⁷ CHOMSKY, 1996: p. 16

⁶⁸ Idem, p. 91

⁶⁹ Idem, p. 91

⁷⁰ Idem, p. 129

A abordagem chomskyana aponta que os gastos militares não foram apenas produto de uma corrida armamentista dada por um conflito geopolítico, mas uma opção de crescimento econômico, de reprodução do capital. De forma mais profunda, ele afirma em seguida que:

O sistema do Pentágono foi considerado ideal para esses propósitos [reconstruir as sociedades capitalistas externamente e dispor a base para a expansão das corporações transnacionais norte-americanas]. Ele se estendeu para muito além do *establishment* militar, incorporando também o Departamento de Energia, que produz armas nucleares, e a agência espacial NASA convertida pela administração Kennedy em um componente importante do subsídio público direcionado pelo Estado à indústria avançada. Esses arranjos impõem ao público um grande encargo sobre os custos da indústria (pesquisa e desenvolvimento) e fornecem um mercado garantido para o excesso de produção, um amortecedor útil para as decisões de gerenciamento. Além disso, esta forma de política industrial não tem os efeitos colaterais indesejáveis dos gastos sociais direcionados às necessidades humanas.⁷¹

Chomsky considera que uma política econômica centrada na redistribuição de renda, embora tecnicamente pudesse ser interessante para alavancar o crescimento do capitalismo à medida que constrói um mercado consumidor potente e estável, traria problemas por que “as políticas posteriores (a medidas redistributivas) tendem a interferir nas prerrogativas de gerenciamento”, como por exemplo, regulamentações das relações de trabalho e do próprio mercado. Além disto, gastos sociais, segundo Chomsky, podem “suscitar o interesse público e a participação, acentuando desta forma a ameaça à democracia; o público se preocupa com hospitais, estradas, vizinhança, mas não tem nenhuma opinião acerca da escolha de mísseis ou de tecnologia nuclear”.⁷²

Por estas razões, a preferência pelos investimentos na indústria bélica não decorrem de uma “deformação” moral ou ética, mas sim de uma opção política calculada tanto em termos econômicos (expansão do capital) como políticos (contenção das demandas das classes subalternas).

Nesta conjuntura, destaca-se como se deram as relações entre o centro e a periferia do sistema capitalista global para que se compreendam os dilemas que o continente latino-americano passou e passa atualmente.

Em sua obra “Era dos Extremos”, Eric Hobsbawm mostra como o mundo se organizou após as duas guerras mundiais. Segundo ele, as duas guerras entre 1914 e 1945 marcam

⁷¹ CHOMSKY, 196, P. 130

⁷² Idem, p. 130

o início do que ele chama “breve século XX” que se caracteriza pela decadência dos grandes impérios europeus do século XIX e a constituição de um equilíbrio “instável” entre os blocos liderados pelos EUA e pela União Soviética. Mas para além da questão da bipolaridade do mundo, Hobsbawm apresenta outras questões importantes que tem reflexos na configuração do mundo hoje.

A primeira ordem de coisas é relativa ao que resultou da Guerra Fria. Este conflito geopolítico que opôs as duas grandes superpotências marcou o debate ideológico do período, fazendo com que as superpotências líderes investissem pesado nas suas estratégias políticas de manutenção das suas áreas de influência. Deste conflito, Hobsbawm apresenta as seguintes consequências: primeiro, a eliminação dos conflitos entre as potências europeias que eram marcantes antes das guerras mundiais e são dirimidos devido à filiação das mesmas a um dos lados (o norte-americano ou o soviético). Hobsbawm afirma que

Poucos no Ocidente se preocuparam seriamente com o sensacional retorno a status de grande potência da Alemanha e Japão, armados, embora não com artefatos nucleares, uma vez que os dois eram aliados subordinados da aliança americana. Mesmo a URSS e aliados, embora denunciassem o perigo alemão, do qual tinham amarga experiência, o faziam mais por propaganda do que por medo de fato. O que Moscou temia não eram as Forças Armadas alemãs, mas os mísseis da OTAN em solo alemão.⁷³

Assim, antigas divergências foram mascaradas e unificadas sob o conflito geopolítico central “capitalismo versus comunismo”. A filiação a um ou outro bloco unificava as diferentes nações e diferentes povos “por cima”. Os conflitos ficaram obliterados pela bipolaridade.

A segunda consequência apontada por Hobsbawm da Guerra Fria foi o “congelamento” da situação internacional de forma que eventuais mudanças de alianças de blocos eram combatidas com vigor pelas superpotências, como as ações dos EUA em Cuba e em países da América Latina ou o envio de tropas por parte da URSS à Tchecoslováquia.

A terceira consequência foi encher o mundo de armas. Para Hobsbawm:

Era o resultado natural de quarenta anos de competição constante entre grandes Estados industriais para armar-se com vistas a uma guerra que podia estourar a qualquer momento; quarenta anos de competição das superpotências para fazer

⁷³ HOBBSAWM, 1995: pp. 248-249

amigos e influenciar pessoas distribuindo armas por todo o globo, para não falar de guerras de baixa intensidade com ocasionais irrupções de grande conflito.⁷⁴

Esta disseminação do armamento pelo mundo afora é o encontro dos interesses geopolíticos com a alavanca de desenvolvimento econômico no pós-guerra já demonstrado anteriormente por Chomsky.

A segunda ordem de coisas que ficaram da ordem mundial pós-guerra é o surgimento de novos Estados nacionais com a emancipação política das antigas colônias dos impérios europeus, principalmente na África e na Ásia. Além destes novos estados nacionais, Hobsbawm destaca o fato de que o crescimento demográfico nestas nações era superior ao dos países da Europa e EUA.

O número de Estados internacionalmente reconhecidos como independentes na Ásia quintuplicou. Na África, onde havia um em 1939, agora eram cerca de cinquenta. Mesmo nas Américas, onde a descolonização do início do século XIX deixara atrás umas vinte repúblicas latinas, a de então acrescentou mais uma dúzia. Contudo, o importante nelas não era o seu número, mas seu enorme e crescente peso demográfico e a pressão que representavam coletivamente.⁷⁵

O surgimento destes novos Estados colocava para as elites políticas locais o dilema de como eles deveriam ser formatados. Muitos deles simplesmente adotaram sistemas políticos derivados dos antigos senhores imperiais, outros, em função de serem produtos de revoluções sociais, adotaram o modelo do Estado soviético. Estas formatações indicavam a que bloco tais novos Estados gostariam de se filiar.

Entretanto, o crescimento demográfico e a necessidade de se afirmar internacionalmente colocava para as elites políticas destes novos Estados o desafio de se implementar políticas de desenvolvimento. E a condução destes projetos desenvolvimentistas foi realizado, a princípio, de forma centralizada e fortemente controlada por grupos militares que, na ausência de uma elite capitalista fortalecida ou mesmo de instituições burocráticas sólidas que permitissem tais nações entrarem no jogo do capitalismo mundial, ocuparam os espaços de liderança política e econômica.

As condições para a intervenção militar no Terceiro Mundo eram muito mais convidativas, sobretudo nos novos, fracos e muitas vezes minúsculos Estados onde umas poucas centenas de homens armados, reforçados ou às vezes até substituídos por estrangeiros, podiam ter peso decisivo e onde era provável que

⁷⁴ Idem, p. 250

⁷⁵ Idem, p. 337

governos inexperientes ou incompetentes produzissem recorrentes estados de caos, corrupção e confusão.⁷⁶

Para Hobsbawm, a inspiração dos modelos desenvolvimentistas tocados por governos militares era a experiência da URSS que, saída bastante fragilizada da primeira guerra mundial e cercada na construção do seu projeto “socialista”, viu-se obrigada, primeiramente, a implementar uma verdadeira economia de guerra na primeira fase da revolução bolchevique e, posteriormente, implantar um modelo de “capitalismo de estado” com a Nova Política Econômica, de 1921.

Quando ficou claro que a Rússia ia ser por algum tempo, que certamente não seria curto, o único país onde a revolução proletária triunfara, a política lógica, na verdade a única convincente para os bolcheviques, era transformar sua economia e sua sociedade atrasadas em avançadas o mais breve possível. (...) O comunismo soviético passou então a ser um programa voltado para a transformação de países atrasados em países avançados. Essa concentração de crescimento econômico ultra-rápido não deixava de ter apelo mesmo no mundo capitalista desenvolvido na sua era de catástrofe, desesperadamente em busca de uma maneira de recuperar seu dinamismo econômico. Era ainda mais diretamente relevante para os problemas do mundo fora da Europa Ocidental e América do Norte, a maior parte do qual podia reconhecer sua própria imagem no atraso agrário da Rússia soviética. A receita soviética de desenvolvimento econômico – planejamento econômico estatal centralizado, voltado para a construção ultra-rápida das indústrias básicas e infra-estrutura essencial a uma sociedade industrial moderna – parecia feita para eles. Moscou não era apenas um modelo mais atraente que Detroit ou Manchester porque enfrentava o imperialismo [americano]: ao mesmo tempo, parecia um modelo mais adequado sobretudo para países sem capital privado nem um grande corpo de indústria privada com fins lucrativos. O ‘socialismo’, nesse sentido, inspirou vários dos países recém-independentes após a Segunda Guerra Mundial cujos governos rejeitavam o sistema econômico comunista.⁷⁷

Chomsky afirma que a Guerra Fria escondia, na prática, as relações desequilibradas e de verdadeiro colonialismo entre as potências e as nações da periferia. Por isto, ao invés de se pensar este período apenas na lógica do conflito Leste-Oeste, as assimetrias de poder se assentam nas relações Norte-Sul. Para o pensador estadunidense, a lógica do conflito Norte/Sul tem como pressupostos:

Primeiramente, o nacionalismo independente (“ultranacionalismo”, “nacionalismo econômico”, “nacionalismo radical”) é inaceitável, qualquer que seja a sua coloração política. A função do Terceiro Mundo é fornecer serviços para os ricos, oferecendo trabalho barato, recursos, mercado, oportunidades para investimento e (ultimamente) exportação de poluição, juntamente com outras mercadorias (refúgios para lavagem de dinheiro das drogas e outras operações financeiras irregulares, turismo, etc). Em segundo lugar, o “ultranacionalismo”

⁷⁶ Idem, p. 342

⁷⁷ Idem, p. 367

que parece ter sucesso em termos que podem ser significativos para os povos pobres em todos os lugares, é ainda um crime mais hediondo; o réu é denominado um vírus que pode espalhar a infecção por todos os lugares, uma maçã podre que pode estragar o barril, como o Guatemala de Arbenz; o Chile de Allende, a Nicarágua sandinista e muitos outros.⁷⁸

O quadro abaixo sintetiza as heranças deixadas pela ordem mundial do período da Guerra Fria e sinaliza para os conflitos seguintes no chamado período da globalização com as devidas ressignificações.

FENÔMENOS	HERANÇAS	CONSEQUÊNCIAS
Guerra Fria	Redução dos conflitos à disputa “capitalismo x comunismo”	1. Mascaramento de divisões internas e de assimetrias de poder
	Equilíbrio “instável” da situação internacional, dissuasão de mudanças nas nações pelas ameaças das superpotências.	2. Indústria bélica como âncora do desenvolvimento mundial
	Distribuição indiscriminada de armamentos	3. Assimetria Norte/Sul como sustentação do modelo de acumulação de riquezas
Surgimento de novos estados (o “Terceiro Mundo”)	Desenvolvimentismo e governos centralizados, a maioria militarizada.	4. Elites autocráticas (e/ou militarizadas) nos estados nacionais do Terceiro Mundo
Experiência da URSS	Socialismo se aproxima a programa desenvolvimentista industrial	5. Desenvolvimentismo e nacionalismo como programas da “esquerda” no Terceiro Mundo

2.2 – A globalização

A vitória do bloco estadunidense deu um contorno próprio ao fenômeno que se chamou de globalização. Esta pode ser definida como um processo civilizatório marcado pela universalização de três paradigmas:

- a-) a economia de mercado;
- b-) a democracia liberal;

⁷⁸ CHOMSKY, 1996, p. 99

c-) a liberalização e desregulamentação dos fluxos de capitais.

Este processo civilizatório conformou um modelo de mundo “conectado” garantido pelo extraordinário desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. As infovias garantiram tanto uma possibilidade de irradiação ideológica deste processo civilizatório como nunca visto antes na história da humanidade, como também possibilidades novas para a expansão do capital tanto na indústria da cultura e da mídia, e ainda na organização das novas estruturas produtivas que se configuraram como uma linha de montagem global.

Este processo civilizatório significou também um momento de avalanche ideológica conservadora sem precedentes. Os projetos utópicos foram colocados em cheque, principalmente com a ideia de fim das “grandes narrativas” e “crise dos paradigmas”. Alguns conceitos como o de pós-modernidade foram apropriados como qualificativos ideológicos no sentido de serem sustentadores da ideia de uma era do fim dos projetos, da emergência do “homem astuto” em lugar do “homem planejador”.

Contraditoriamente, o processo civilizatório da globalização neoliberal fez emergir novos conflitos, principalmente no campo das perspectivas culturais e identitárias. O fundo desta contradição é de origem social embora seja transmitida como de “conflito de civilizações”, próximo à ideia do pensador ultradireitista Samuel Huntington⁷⁹.

A guerra das civilizações profetizada pelo ideólogo estadunidense serve como justificativa para a manutenção da poderosa indústria bélica da única superpotência do planeta. No nível macro, o projeto geopolítico das grandes potências capitalistas vai ao sentido de dissuadir pela via das ameaças bélicas qualquer projeto soberano que emerge de nações do chamado Terceiro Mundo. A justificativa ideológica é sempre o desrespeito a qualquer dos valores presentes no tripé do modelo da globalização neoliberal: ou a não existência de um sistema de democracia liberal clássico (por isto, os inimigos são sempre chamados de “ditadores”, “autoritários”, “opressores”) e, contrariamente, os que são autoritários, opressores e ditadores, mas amigos do império tem sua existência justificada pelo papel que desempenham na sustentação do modelo econômico hegemônico (como o caso das monarquias autocráticas do Oriente Médio, caso da Arábia Saudita e do Kuwait).

⁷⁹ HUNTINGTON, 2009

O poder global contemporâneo é sustentado por um tripé de monopólios: o monopólio do dinheiro, o monopólio das armas e o monopólio da voz (mídia).

Ideologicamente, o sistema de comunicação de massa ocupa um papel central. Primeiro, é ele que faz a ponte e constrói este cenário mundial – o mundo, hoje, é acessível pelas disponibilidades de acesso às informações via o sistema de comunicação. Segundo, porque a comunicação se transformou no principal “intelectual orgânico” deste processo de globalização neoliberal, conforme afirma Otávio Ianni.⁸⁰ E, terceiro, que a própria indústria da comunicação e da cultura se transformaram na mais recente fronteira de expansão e reprodução do capital, sendo ela própria, um “grande negócio”.

As heranças do período da Guerra Fria, discutidas no tópico anterior, deram os contornos da forma que se organizou o mundo nesta globalização. A primeira coisa que efervesceu foi a explicitação de conflitos internos mascarados pelo “grande conflito geopolítico mundial” que era a Guerra Fria. Estes conflitos internos explicitaram as intolerâncias étnico-culturais, as divisões internas de grupos entre outros.

As preocupações com o problema das intolerâncias étnico-culturais contribuíram para um deslocamento dos conflitos do campo ideológico para o das “diferenças culturais”, surgindo, principalmente nos EUA, o que se convencionou chamar de “esquerda cultural”. No campo acadêmico, alguns pensadores passaram a tratar o problema das diferenciações culturais como elemento chave para refletir sobre os conflitos contemporâneos. O pensador português Boaventura Sousa Santos propôs a chamada “hermenêutica diatópica” como uma metodologia de compreensão e pactuação que articula o direito à diferença e o respeito à dignidade humana.⁸¹

Este debate chegou ao âmbito das Nações Unidas, com a aprovação na Unesco da Convenção de Proteção à Diversidade Cultural, em 2005 e a publicação do Relatório “Investir no Diálogo Intercultural”, em 2009.

Estas ações da Unesco mobilizaram pensadores de vários países, a convenção foi assinada por pouco mais de 100 Estados (os EUA não assinaram) e trouxe um novo conflito para a arena geopolítica: o tratamento dos bens culturais como *commodities* e, portanto, com sua circulação regulada pelos pactos comerciais da OMC (Organização

⁸⁰ IANNI, O. **Enigmas da modernidade mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

⁸¹ (SANTOS, 1997)

Mundial do Comércio) ou como *patrimônios* sujeitos, portanto, a políticas regulatórias soberanas dos países. O debate ganha contornos importantes principalmente porque atinge os interesses de um dos pilares de sustentação da nova ordem global, que é a indústria cultural e midiática.

O Relatório de 2009 da Unesco constata que os contatos interculturais acontecem objetivamente independente da nossa vontade, em função de um capital que se globaliza rapidamente e que, na expansão de novos mercados e fronteiras, depara-se com experiências culturais distintas. Além disto, o fluxo global de informações que cresce em função do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação conecta o mundo todo e explicita as diferenças culturais.

Diante disto, o Relatório da Unesco defende que os vetores por onde podem fluir os diálogos interculturais são a educação, a língua, a economia e a comunicação.

Esta perspectiva da “esquerda cultural” é criticada por Bauman, quando afirma que:

A nova indiferença à diferença apresenta-se, em teoria, como uma aprovação do “pluralismo cultural”. A prática política constituída e apoiada por esta teoria é definida pelo termo multiculturalismo. Ela é, aparentemente, inspirada pelo postulado da tolerância liberal e do apoio aos direitos das comunidades à independência e à aceitação pública das identidades que escolheram (ou herdaram). Na realidade, contudo, o multiculturalismo age como uma força socialmente conservadora. Seu empreendimento é a transformação da desigualdade social, fenômeno cuja aprovação geral é altamente improvável, sob o disfarce da diversidade cultural, ou seja, um fenômeno merecedor do respeito universal e do cultivo cuidadoso. Com esse artifício linguístico, a feiura moral da pobreza se transforma magicamente, como um toque de varinha de condão, no apelo estético da diversidade cultural.⁸²

Neste debate, há diferentes conceituações de cultura. Nos EUA, a chamada esquerda multicultural surge em oposição a uma direita fundamentalista em que prega que o conflito atual é a *Guerra de Civilizações* (Samuel Huntington). O Relatório da Unesco cita a obra de Huntington e faz uma crítica de caráter conceitual, ao afirmar que o erro dela reside no fato de que considera as culturas como entes fechados, autóctones e que, portanto, não são permeáveis a qualquer tipo de diálogo.

Bauman⁸³, porém, chama a atenção para um aspecto importante que é a transformação de todos os conflitos atuais em dilemas culturais, o que traz o debate político para uma

⁸² (BAUMAN, 2013: P. 46)

⁸³ idem

polêmica, a seu ver incorreta, de mono ou multiculturalismo, de unicidade ou diversidade cultural. Retomando as heranças do período da Guerra Fria, o que ficou foi uma assimetria interna e externa no mundo causada não por diferenças étnicas (embora elas possam a ser a expressão mais dinâmica disto e funcionam como arcabouços ideológicos de legitimação das desigualdades) mas por uma brutal concentração de poder e recursos.

Os projetos nacional-desenvolvimentistas, identificados com a “esquerda socialista” do Terceiro Mundo, no período da Guerra Fria, são substituídos por formas distintas de inserção na nova ordem global. Os Estados nacionais destes países se enfraquecem e as elites autocráticas, algumas delas identificadas com estes projetos desenvolvimentistas, ou se rendem a esta nova lógica de articulação com as forças de poder globais ou perdem espaço.

Assim, nos períodos iniciais do mundo pós-Guerra Fria, a avalanche ideológica conservadora pasteurizou de tal forma o debate político que as antigas divisões ideológicas direita/esquerda ficaram fragilizadas. Várias nações da América Latina se democratizaram, após anos de vigência de ditaduras militares, mas as esferas públicas recém-constituídas foram tomadas por esta configuração cinzenta do debate político-ideológico.

Tudo isto fruto de um deslocamento dos fluxos de poder para instituições herdadas do período anterior, mas fora das estruturas normativas do Estado-nação. É, assim, que se percebe a edificação do novo tripé do poder centrado nos monopólios do dinheiro, das armas e da indústria midiático-cultural.

2.3 – O primeiro tripé: o monopólio do dinheiro

Zygmunt Bauman chama o momento em que vivemos atualmente de “tempos líquido-modernos”. Para ele, este momento pode ser caracterizado por vários traços, entre eles, destacamos o que ele chama de “separação e iminente divórcio entre poder e política”⁸⁴.

⁸⁴ BAUMAN, Z., 2003, p. 9

Para Bauman, o poder se desloca da esfera política para o domínio das corporações privadas. A nova ordem econômica que emergiu do mundo pós-Guerra Fria consolidou um novo paradigma do capitalismo em que os processos produtivos de conectaram mundialmente formando uma grande “linha de montagem global”. As corporações capitalistas passaram a articular diversas localidades produtivas, gerenciadas a partir de um comando central. Alguns exemplos:

a-) a corporação Nike articula uma rede mundial de empresas e empreendimentos que se responsabilizam pela produção de parte dos seus produtos – confecção do material, pintura, acabamento, etc – tudo sob a direção centralizada que confere algumas exigências de qualidade e de identidade da marca.

b-) a corporação Boeing – fabricante de jatos – utiliza peças produzidas por várias empresas ao redor do mundo, entre elas a própria Embraer brasileira.

Desta forma, a produção capitalista articula diversas dimensões e realidades produtivas, até mesmo trabalho em condições degradantes (como a escravização de crianças na Tailândia para a produção de materiais para a Nike ou de bolivianos, em São Paulo, para a confecção de roupas que recebem a etiqueta da C&A e Marisa ou ainda o trabalho escravo empregado na extração do minério tântalo na República Democrática do Congo, utilizado para a fabricação de celulares e tablets). Com isto, conseguem otimizar ao máximo os recursos dispendidos para a produção, aproveitando as condições mais favoráveis em cada país/lugar.

O capital passa, então, a pressionar os Estados nacionais a criarem condições mais favoráveis que são, nesta lógica, a desregulamentação do trabalho e a liberalização dos fluxos de capital. Estas são as premissas principais para a redução do Estado e, consequentemente, para o desmonte dos mecanismos institucionais de proteção social.

Os dados abaixo comparam os PIBs de países com o faturamento das maiores empresas do mundo no ano de 2009, segundo a revista *Fortune* e o Fundo Monetário Internacional. A maior corporação global em termos de faturamento é o WalMart (rede varejista) que teve um faturamento maior que os PIBs da Argentina, Suécia, Arábia Saudita e próximo da Polônia.

Posição no Ranking	País / Empresa	PIB Nominal / Faturamento Anual (milhões de US\$)
1ª	Estados Unidos da América	14.256.275
2ª	Japão	5.068.059
3ª	China	4.908.982
4ª	Alemanha	3.352.742
5ª	França	2.675.915
6ª	Reino Unido	2.183.607
7ª	Itália	2.118.264
8ª	Brasil	1.574.039
9ª	Espanha	1.464.040
10ª	Canadá	1.336.427
20ª	Bélgica	470.400
21ª	Polônia	430.197
22ª	Walmart Stores	408.214
23ª	Suécia	405.440
27ª	Arábia Saudita	369.671
31ª	Argentina	310.065
34ª	Royal Dutch Shell	285.129
35ª	Exxon Mobil	284.650
37ª	British Petroleum	246.138
44ª	Toyota Motor	204.106
45ª	Post Holdings do Japão	202.196
50ª	Sinopec	187.517

Empresas – Fonte: revista Fortune. **Países** – Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI).

A forma que a corporação WalMart conseguiu chegar a esta posição é evidente. A empresa é conhecida, nos EUA inclusive, pelo desrespeito sistemático às leis e convenções de trabalho, impede os funcionários de se filiarem aos sindicatos (punindo-os com demissão ou transferência para outras localidades) e há denúncias até mesmo de exploração do trabalho infantil.

O WalMart é o símbolo de um mundo marcado por brutal concentração de riquezas. Os seis herdeiros de Sam Walton, fundador da empresa, tem uma fortuna calculada em US\$93 bilhões, equivalente a renda acumulada pelos 30% mais pobres dos EUA!⁸⁵

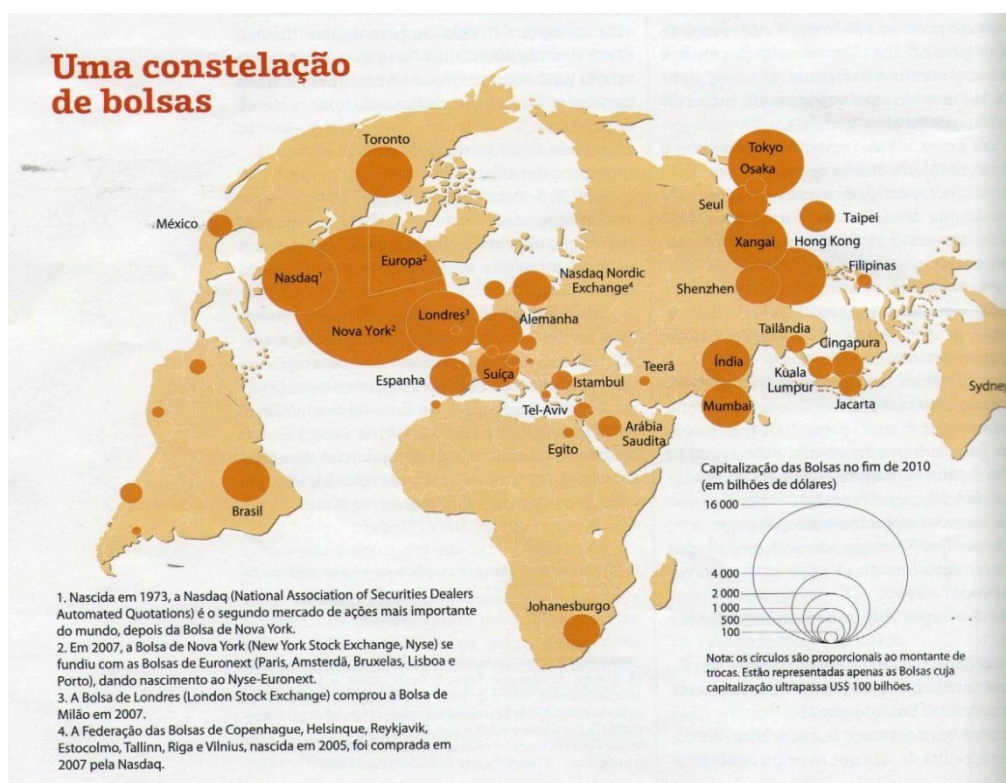
Uma das áreas mais importantes do poder global das corporações é o sistema financeiro. Segundo dados do FMI e outras agências, entre 2007 e 2009 circulavam no mercado financeiro mundial o equivalente a 720 trilhões de dólares em produtos financeiros e derivativos especulativos. O PIB de todos os países do planeta, porém, somava apenas 62 trilhões, ou seja em torno de 9% disto. O que significa que o mercado financeiro

⁸⁵ Ver o artigo de Heloisa VILELLA, “Herdeiros do WalMart mais ricos que os 30% mais pobres” no portal “Vioomundo” (<http://www.viomundo.com.br/denuncias/heloisa-villela-wal-mart-e-mais-rico-que-os-30-mais-pobres.html>), acessado em 18/10/2012)

movimenta 91% de recursos “virtuais”, sem lastro. Comparando: o comércio mundial movimentou 15 trilhões.

Este capital especulativo circula no mundo a partir de centros localizados em determinadas partes do mundo. As movimentações destes centros especulativos determinam, em boa parte, a saúde financeira de nações no mundo todo, impondo situações que potencializam ou limitam os recursos disponíveis para os Estados nacionais desenvolverem políticas públicas. Assim, todo o universo político fica subordinado ao verdadeiro centro do poder, o poder do capital.

O mapa abaixo mostra a desproporção da movimentação de recursos nas bolsas de valores, um dos principais centros do capital especulativo. Este mapa foi publicado em uma edição especial da revista “Le Monde Diplomatique”. Segundo a publicação, “apesar da emergência das Bolsas de Valores asiática, os fluxos financeiros irrigam antes de tudo os países do Norte, submetidos a uma concentração frenética”.



O poder do capital ainda se manifesta pela institucionalização das chamadas agências de risco. Estas instituições criadas como empresas de assessoria e consultoria para o grande capital definir as suas estratégias de investimentos transformaram-se nos verdadeiros

tribunais de julgamento de nações. Ao atribuir-lhes notas ou conceitos favoráveis e desfavoráveis, indicam ao capital especulativo os movimentos de entrada e/ou saída. Com isto, uma nota desfavorável de uma agência de avaliação de risco significa a saída imediata de uma imensa soma de recursos que, em um capitalismo movido a especulação, pode significar a ruína de uma economia nacional.

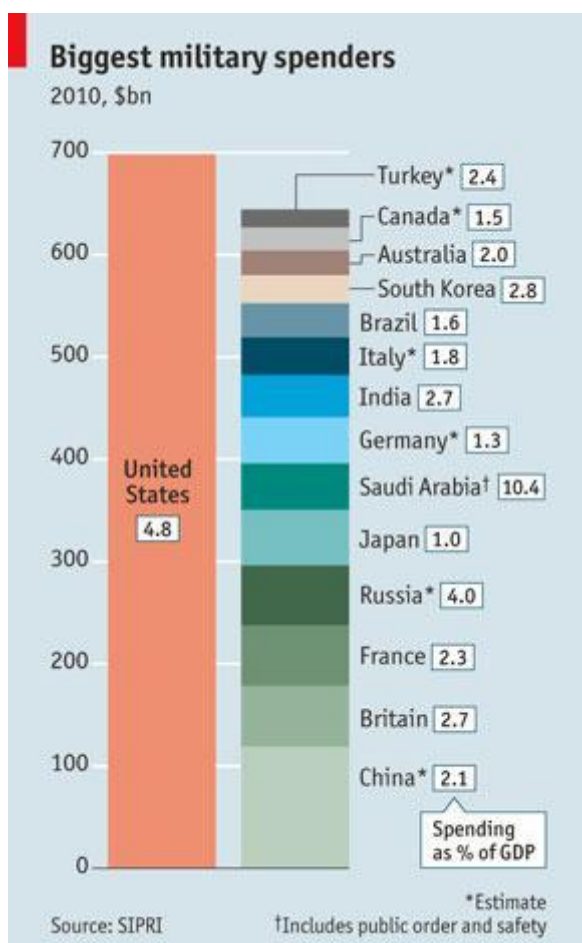
Por esta razão, as medidas econômicas tomadas pelos governos nacionais se direcionam para a satisfação não dos cidadãos que, teoricamente, os elegem e os mantém, mas sim à aprovação destas agências que, em última instância, representam os interesses do grande capital.

2.4 - O monopólio das armas

O poder global que emerge do processo civilizatório da globalização neoliberal tem um segundo pé que é a indústria bélica, extremamente concentrada nos Estados Unidos da América.

O fim do bloco soviético e da sua articulação militar – o “Pacto de Varsóvia” – transformou a OTAN e os EUA na “polícia do mundo” que sequer é controlada pelos fóruns internacionais.

Segundo a revista *The Economist*, os gastos militares dos EUA são da ordem de 700 bilhões de dólares, maior que o total de orçamento militar de 17 países, conforme se mostra no gráfico abaixo, retirado da revista. O valor do orçamento militar dos EUA supera, de longe, o segundo colocado – a China, que pouco passa dos 100 bilhões.



As Forças Armadas dos EUA se organizam globalmente com a presença de bases em todas as regiões do planeta, o que possibilita o deslocamento de tropas de forma rápida para qualquer parte do mundo que for “necessária”. Ao lado disso, os gastos vultosos no orçamento militar possibilita a sofisticação tecnológica da máquina militar dos EUA.

Um exemplo disto é a guerra dos drones executada pelos EUA em regiões do Paquistão dominada pelo grupo Al-Qaeda desde 2004. Drones são aviões teleguiados, que permitem as forças armadas estadunidenses atacarem regiões sem colocar em risco seus soldados. Eles dirigem estes aviões tranquilamente de bases localizadas no próprio território estadunidense, não passam pelo desgaste de combaterem em um terreno hostil e não há perigo de baixas – sempre um problema de desgaste político junto à opinião pública dos EUA. Guerrear virou uma tarefa prosaica, o soldado comparece à base no seu horário de trabalho e depois pode tranquilamente voltar para a sua casa.⁸⁶

⁸⁶ (Parks, 2011)

O desenvolvimento extraordinário desta política bélica possibilita também uma nova fronteira para a expansão do capital. A indústria bélica no mundo cresce assustadoramente e chegou a faturar US\$1 trilhão com as guerras no Oriente Médio patrocinadas pelos EUA. A revista *The Economist* publicou também um ranking das principais indústrias de armamentos no mundo que crescem com esta corrida:

	Empresa	Faturamento com venda de armamentos (em US\$bi)	% da venda de armamentos sobre o total da receita
1º.	BAE Systems (Ing)	33	95%
2º.	Lockheed Martin (EUA)	30	70%
3º.	Boeing (EUA)	28	48%
4º.	Northrop Grumman (EUA)	26	77%
5º.	General Dynamics (EUA)	23	78%
6º.	Raytheon (EUA)	21	91%
7º.	EADS (Europa)	18	28%
8º.	Finmeccanica (Itália)	13	52%
9º.	L3 Com (EUA)	12	82%
10º.	Thales (França)	11	58%

Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)

Percebe-se que das dez primeiras colocadas neste ranking, seis são dos EUA – Lockheed Martin, Boeing, Northrop Grumman, General Dynamics, Raytheon e L3 Communications, todas com faturamento que vão de 11 a 35 bilhões de dólares. A concentração aqui é semelhante a que se viu na concentração do poder do capital – empresas norte-americanas e algumas européias dominando o cenário.

O crescimento da indústria de guerra não ocorre à toa. A concentração do poder do capital conforme se viu no item anterior gera uma brutal desigualdade, principalmente porque ele ocorre via a desregulamentação do trabalho e o aumento da exploração do trabalho. O poder bélico aparece assim, como um elemento de dissuasão de qualquer foco de rebeldia ante a este processo civilizatório. É a tarefa que coube ao Estado – se o poder se divorciou da política, conforme afirma Bauman, o poder de Estado não desapareceu, apenas se concentrou e especializou como instituição repressora. Esta acaba sendo a única razão de ser da existência do Estado.

A ideia de dissuasão também foi transfigurada do período anterior, o da Guerra Fria. Conforme já dito por Hobsbawn, o período do mundo bipolar trouxe, como uma das consequências, a disseminação de armamentos por todo o planeta em escala nunca antes vista. Chomsky⁸⁷ considera que o desenvolvimento da indústria bélica foi a principal alavanca do crescimento da economia no período pós-Guerra.

Esta indústria de armamentos foi dependente das estratégias da geopolítica da Guerra Fria em um primeiro momento. Porém, com o fim do mundo “bipolar”, tal indústria, já robusta, ficou a busca de novas empreitadas para os seus negócios. Daí que estas corporações da indústria bélica passam a se constituir como atores no cenário político, pois a guerra (ou a ameaça de) transforma-se, antes de qualquer coisa, em um bom negócio. Não é por um acaso que tal indústria se transformou em um dos setores do capital mais poderosos justamente na única superpotência do planeta.

2.5 - O monopólio da voz

O terceiro ponto do tripé que constitui o poder global é o monopólio da indústria da comunicação e da cultura. Neste aspecto, é importante apontar algumas características.

A primeira delas é a transfiguração do sentido do que é *jornalismo* no seu sentido original do termo para o que é *mídia* atualmente. O jornalismo é produto do projeto moderno. Conforme afirma Ciro Marcondes Filho⁸⁸, a aventura do jornalismo se confunde com a aventura da modernidade e do espírito burguês. Nos seus primórdios, o jornalismo significava uma atividade voltada ao *esclarecimento* no sentido iluminista da

⁸⁷ CHOMSKY, 1996

⁸⁸ Ciro Marcondes Filho 2001

palavra, era a expansão da esfera pública para além dos círculos restritos dos cafés e clubes das elites. Esta era a ideia de “quarto poder” – um poder que representaria os cidadãos na fiscalização dos poderes da república, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Esta primeira fase do jornalismo, do publicismo de ideias, da busca do esclarecimento e da ilustração, da representação de ideias, vai ser paulatinamente transfigurado para uma fase de *mercantilização*. Isto em função do desenvolvimento das tecnologias produtivas, da percepção por parte das classes dominantes de que este jornalismo de esclarecimento era, também, apropriado pelas correntes socialistas e operárias (aqui é importante lembrar e registrar a participação de grande parte das lideranças socialistas nos jornais da época) e também pelas possibilidades abertas do jornalismo se transformar em uma nova dimensão de expansão do capital.

É aqui que se consolida o jornalismo como uma atividade comercial, que se profissionaliza a atividade de jornalista e que se consolidam os cânones de um jornalismo “neutro, imparcial e objetivo”. A própria ideia de “liberdade de expressão” presente na maioria dos documentos liberais – *“freedom of speech”* – vinculava-se à ideia de uma livre expressão de todos os segmentos sociais e não apenas dos poderes constituídos. Liberdade de expressão é, portanto, um direito da sociedade. A medida que o jornalismo se articula como *empresa*, o capital “sequestra”, apropria-se deste direito público e transforma o direito da “liberdade de expressão” em direito da “liberdade do capital”.

Os grandes conglomerados jornalísticos que vão se formando permitem que certos magnatas da imprensa cheguem ao cúmulo de criar fatos, como é a fala de Cidadão Kane (filme de Orson Welles), grande empresário da comunicação inspirado em William Hearst, que se gabava de poder “inventar uma guerra pelos seus jornais”.

Este poder da imprensa sofre uma transformação com a transfiguração das empresas jornalísticas em *empresas midiáticas*. Entendemos aqui mídia toda a transmissão de informação e entretenimento pelos dispositivos tecnológicos de massificação. O esvaziamento da política como lócus de debate público, o seu divórcio do poder, praticamente esvazia o jornalismo tradicional – mesmo aquele *manipulado* pelos

empresários – e a construção dos consensos ideológicos vai sendo erigida por uma indústria de entretenimento midiático.

Muniz Sodré afirma que esta indústria da comunicação opera com mecanismos de sensibilização muito mais do que mecanismos racionais. A construção de imagens, de modelos de comportamento de consumo, de celebridades midiáticas que passam a ganhar uma legitimação de fala acima das autoridades tradicionais, tudo potencializado com a emergência de uma sociedade imagética – aqui é importante destacar o marco que foi a entrada dos dispositivos midiáticos áudio-visuais – criam um espaço de jogo de sedução. Ele chama este processo de “modelo irradiante de midiatização” que, segundo ele:

(...) dá-se uma equivalência generalizada das coisas, inclusive entre sujeito e objeto. Em vez da troca simbólica, dá-se uma interatividade movida por simulacros, redes ou centrais de comutação, que provoca a autonomização das linguagens codificadas e dessubstancializa as referências clássicas do real.⁸⁹

A razão instrumental – aquela razão dissociada de aspectos éticos e voltada única e exclusivamente para a reprodução do capital – criticada por Adorno e Horkheimer para demonstrar a falência do projeto iluminista também reduz o seu espaço. A dominação contemporânea não se exerce pela razão instrumental principalmente, mas pelos mecanismos de sedução imagética.

A mesma concentração que se observa nos monopólios da armas e do capital acontece também na indústria cultural. Seis corporações globais dominam mais de 80% da produção midiática e cultural no mundo: Disney, Time Warner, News Corporation, Viacom, Vivendi-Universal e Bertelsmann.

Esta concentração unifica, sob uma mesma direção, produções midiáticas voltadas para a informação, lazer e divulgação publicitária. Uma avalanche de bens simbólicos circula pelas redes conectadas e dirigidas por estes centros irradiadores, construindo uma esfera de consumo.

A segunda questão a ser tratada é que esta estrutura de poder coloniza a construção de identidades sociais atendendo as expectativas de um modelo capitalista centrado nos nichos de mercado. Para McLaren:

⁸⁹ SODRÉ, 2006, p. 34

Os profissionais da publicidade e marketing podem cortar a sociedade em segmentos ou subgrupos, cada qual caracterizado por certas atitudes, comportamentos e estilos de vida. Estes são os desejos coletivos elaborados por demandas de mercado da cultura dominante – correlações inevitáveis de formas particulares de poder econômico.⁹⁰

Com isto, a indústria cultural e da comunicação dá sustentação ao modelo do capitalismo global vigente, incorporando as diferenças sob a lógica do mercado globalizado. As diferenças culturais que emergem com a globalização do capital são dirimidas dentro da esfera mercantil no terreno midiático-cultural.

Um outro aspecto importante a ser considerado com relação ao monopólio midiático é o seu papel de “destruição da esfera da opinião pública”. O conceito clássico de opinião pública, definido por Habermas⁹¹, prevê um espaço onde cidadãos livres expressavam suas opiniões – com base na *razão esclarecedora* – e a imprensa, nos seus primórdios, representava e ampliava este território.

Porém, a transfiguração do jornalismo *stricto sensu* para o espaço midiático significou também a transformação dos valores presentes na idéia de jornalismo e esfera pública. Christopher Lasch, em *A cultura do narcisismo*, afirma que para o discurso midiático hoje não interessa mais o verídico, mas sim o verossímil, o confiável e o célebre.⁹²

Sai de cena a autoridade da fala do conhecimento (e, por tabela, do intelectual, mesmo o orgânico da classe dominante) e entra a celebridade, cuja autoridade de fala é dada tautologicamente pela mídia – está na mídia porque é famoso e é famoso porque está na mídia.

A informação passa a ser subsumida pela lógica do entretenimento e do consumo (o que gerou a estranha categoria midiática do *infotainment*, o infotenimento) consolidando o esvaziamento da política enquanto espaço de poder. A esfera política vira, assim, mero território cênico, onde imagens de celebridades desfilam falas, narrativas visuais, sentimentos e projeções de sensações articulando a organicidade social pelas “sensibilidades”.

⁹⁰ (MCLAREN, 2000: p. 185)

⁹¹ HABERMAS, 2003

⁹² LASCH, 1983

O julgamento do chamado escândalo do mensalão⁹³ em 2012 que teve uma cobertura significativa dos aparelhos midiáticos brasileiros trouxe esta dimensão de sensibilidades e verossimilhanças para uma dimensão do poder até então mediada pelo discurso de uma tecnicidade acima das disputas políticas – o Poder Judiciário. O debate político explícito no julgamento desta causa ficou obliterado pela mobilização dos desejos de punição, aproximando de sentidos existentes em linchamentos públicos. Também foi subsumido o debate técnico-jurídico que existiu no julgamento, fazendo com que as divergências se transformassem em um jogo de mocinhos e vilões, bem contra o mal.

A síntese apresentada pelos telejornais da Rede Globo de Televisão no dia 23 de outubro deste mesmo ano é esclarecedora a este respeito: cenas entrecortadas dos debates, uma montagem com frases de efeito pinçadas dos discursos dos ministros do supremo, as imagens freqüentes de falas do relator do caso sempre em pé, indignado, de cara amarrada, como um inquisidor, contrastada com o revisor do caso (que sempre tinha uma postura divergente do relator), falando sentado, sereno, expressando uma postura defensiva ante o “inquisidor”. Pouco se esclareceu sobre o percurso do caso, sobre os argumentos de cada parte, sobre quais são as teorias jurídicas em jogo, etc.

Com isto, ao irradiar esta maneira de sociabilidades, ao construir uma territorialidade simbólica que altera significativamente as formas dos embates políticos, o monopólio da voz realiza, silenciosamente, a supremacia do poder global do capital.

2.6 - A política se desloca e se desfoca

O cenário construído por esta estrutura de poder reduz – chegando ao mínimo – o debate ideológico (aproveitando a situação favorável com a derrocada dos regimes do Leste Europeu no final dos anos 1980 que gerou as condições objetivas para o discurso do “fim do socialismo” ou “fim das grandes narrativas”) e deixa um vácuo que é ocupado pelo *debate moral* e o *debate tecnicista-gerencial*. Assim, os embates políticos

⁹³ O escândalo do mensalão foi um episódio ocorrido no ano de 2005 quando um deputado federal, aliado do governo Lula, denunciou um esquema de corrupção envolvendo figuras de destaque no Partido dos Trabalhadores e no governo de Luís Inácio Lula da Silva. O caso foi julgado no Supremo Tribunal Federal, com ampla cobertura dos meios de comunicação de massa e terminou com a condenação dos principais envolvidos e a prisão dos mesmos.

se transfiguram para uma discussão de “competências técnico-administrativas” e por “princípios morais”.

O problema da corrupção, por exemplo, sai do terreno político – a corrupção como produto de um determinado sistema político que envolve modelos de financiamento de campanhas, tipos de relações entre Poder Público e Poder econômico, influência eleitoral do poder econômico, entre outros – e se desenvolve no terreno moral: a corrupção é vista única e exclusivamente como produto do “caráter” do agente público. Ou então é generalizado de tal forma como se fosse um comportamento “natural” de quem está na política.

Este moralismo do debate político acaba também por trazer questões de vida privada para o cenário público. Comportamentos pessoais são avaliados por princípios morais de cunho religioso. O moralismo conservador inclusive coloca barreiras à participação feminina na política, uma vez que as regras morais consolidadas são mais controladoras dos comportamentos das mulheres.

Já a competência técnico-gerencial ou técnico-administrativa encaixa-se em um perfil de poder público que tem a funcionalidade empresarial como paradigma. Subsumido à lógica do capital, o poder público se organiza para dar atendimento e sustentação às ações do capital globalizado. Assim, garantir uma política econômica que esteja de acordo com as demandas do grande capital não é tratada, pelo discurso midiático, como uma “opção política” e sim como uma “ação competente e correta”. Os “analistas” de mídia na área econômica, por exemplo, transformam a economia em uma ciência exata. As decisões são avaliadas na perspectiva da correção ou incorreção e não como uma opção política.

Por fim, as ações do Estado se concentram no aspecto repressivo. Em lugar da política, a polícia. A manutenção de uma ordem como esta que implica na concentração crescente de renda, no poder transferido para o grande capital e na colonização do poder público pelos agentes do capital só pode ser garantida com um sistema repressivo sofisticado. Este sistema repressivo, entretanto, não se realiza por meio de regimes ditatoriais no sentido clássico, mas em regimes “democrático-liberais” com espaços públicos esvaziados, com poder fora da política, com debates políticos despolitizados e marcados pela presença de valores moralistas e/ou tecnicistas.

Não há espaço nesta forma de sociabilidade para um jornalismo fomentador do debate político como foi o jornalismo no período publicista. O jornalismo se coloniza pelo discurso midiático na perspectiva de uma tecnologia de sociabilidades – de compreensão e ação – centrada nas sensações e no entretenimento imediato. É o jornalismo que se realiza dentro da perspectiva de um mundo controlado pela *ação direta do capital*.

3 – Jornalismo e consolidação de valores: dois estudos

3.1 – Jornalismo e opinião pública

A expressão livre da opinião pública é um dos marcos da sociedade democrática liberal. Os mecanismos democrático-liberais direcionam-se, em geral, para que os cidadãos possam expressar suas opiniões sobre os assuntos considerados de interesse público da maneira mais livre possível.

Desta forma, o senso comum de opinião pública é de que ela é a síntese das opiniões individuais livremente manifestadas nos fóruns públicos instituídos. É assim que se estabelece a utopia do governo do povo para o povo, ideia central da democracia.

Entretanto, desde há muito tempo que esta ideia de opinião pública tem sido desmentida, principalmente em função do questionamento da “liberdade” da manifestação das opiniões. Este assunto é fundamental tendo em vista o fato da democracia brasileira estar ainda em fase de consolidação.

A obra de Walter Lippmann de 1922 intitulada *Public Opinion* (traduzida para o português somente no ano de 2008 pela Editora Vozes) chama a atenção pelo fato de um pensador liberal colocar em dúvida esta ideia senso comum de democracia e de opinião pública. Em nome de uma “eficiência de um governo que deva gerenciar sistemas complexos”, Lippmann defende que a ação política deve ser “deixada a critério dos poucos bem informados homens de ação e que o papel do público deve ser de votar de tempos em tempos para escolher aqueles que deveriam estar dentro e fora deste círculo de poder”.⁹⁴

Para ancorar sua idéia, Walter Lippmann escreveu o que se segue:

Teremos que presumir que o que cada homem faz está baseado não em conhecimento direto e determinado, mas em imagens feitas por ele mesmo ou transmitidas a ele. Se o seu atlas lhe diz que o mundo é plano, ele não navegará próximo ao que imagina ser o limite do nosso planeta com medo de despencar. Se seu mapa inclui a fonte da eterna juventude, um Ponce de Leon irá buscá-la. Se alguém cavouca na poeira amarela que parece ouro, por um tempo agirá exatamente como se o ouro tivesse encontrado. A forma como o mundo é imaginado determina um momento particular o que os homens farão.”⁹⁵

⁹⁴ Prefácio da edição brasileira de Opinião Pública escrito por Jacques Wainberg

⁹⁵ LIPPMANN, 2008: 38

Em um mundo conectado por grandes corporações midiáticas e pela presença cada vez maior desta indústria da mídia, é de relevância discutir os métodos empregados para construção destas imagens transmitidas aos cidadãos que atuam na construção do que Lippmann (idem) chama de “pseudo-ambiente”, isto é, “um composto híbrido de natureza humana e condições”⁹⁶

Conforme dissemos anteriormente, Lippmann critica a ideia de que a opinião pública fosse uma síntese de opiniões individuais elaboradas “livremente”, dentro da perspectiva racional do conceito de esfera pública, uma das matrizes do pensamento liberal.

A ação de formação da opinião pública dá-se, segundo Lippmann, pelos seguintes processos: abordagens do mundo exterior formando uma imagem deste mundo em nossas mentes; estereótipos; a construção dos interesses que motivam atitudes; a criação do interesse comum, transferindo o particular para o universal; a democracia imaginada; os jornais como instrumentos de agendamento das informações e a inteligência organizada.

Trata-se, portanto, de uma proposta de organização e de ação, uma estratégia destinada a construir um sistema de gerenciamento eficiente com a **aparente** participação coletiva.

O que chama a atenção na proposta lippmaniana é o destaque dado por ele ao papel do jornalismo. No capítulo destinado aos jornais, Lippmann chama a atenção de que “notícias e verdade não são a mesma coisa”⁹⁷, pois o papel da notícia é sinalizar um evento enquanto deixa outros no escuro, como um holofote. De cara, Lippmann destrói os mitos da imparcialidade e da neutralidade jornalísticas, e mais além, da ideia de que a liberdade plena e irrestrita de imprensa é condição *sine qua non* para a democracia.

Na ideia original do liberalismo, o jornalismo tinha o papel de ser, primeiro, o elemento ampliador do espaço da esfera pública, levando-a para além dos círculos restritos das elites; e segundo, atuar como representante dos cidadãos na fiscalização dos governos instituídos.

A primeira fase do jornalismo, como ampliador da esfera pública e fiscalizador dos poderes constituídos – o quarto poder – foi classificada como a fase da ilustração do

⁹⁶ Idem, p. 37

⁹⁷ Idem

jornalismo por *Ciro Marcondes Filho*⁹⁸, momento em que as atividades jornalísticas eram realizadas no sentido de defender uma causa (seja política ou estética) e os periódicos atuavam no sentido de organizar grupos para uma intervenção na esfera pública.

Porém, à medida que o jornalismo foi crescendo, paulatinamente foi deixando esta ação da “ilustração” para se transformar em uma atividade mercantil. Habermas afirma que

Em comparação com a imprensa da era dita liberal, os meios de comunicação de massas alcançaram, por um lado, uma extensão e uma eficácia incomparavelmente superiores e, com isto, a própria esfera pública se expandiu. Por outro lado, assim, eles também foram cada vez mais desalojados desta esfera e reinseridos na esfera outrora privada, do intercâmbio de mercadorias; quanto maior se tornou a eficácia jornalístico-publicitária, tanto mais vulnerável eles se tornaram à pressão de determinados interesses privados, sejam individuais, sejam coletivos.⁹⁹

Por esta razão, alguns autores consideram que esta expansão da ação dos meios de comunicação de massa, ao contrário de um aumento da inserção na esfera pública política de uma gama maior de cidadãos, transformou-os em participantes de uma outra esfera privada, a do consumo. Otávio Ianni, ao considerar a mídia como o novo “príncipe eletrônico”, fazendo alusão ao príncipe de Maquiavel, argumenta que há uma transfiguração silenciosa da sociedade em mercado, da ideologia em mercadoria e do cidadão em consumidor.¹⁰⁰

Francisco Rudiger diz a este respeito:

A figura do cidadão foi eclipsada pelas do consumidor e do contribuinte. A procura do consenso político pelo livre uso da razão individual teve que retroceder perante o emprego da mídia a serviço da razão de estado e a conversão da atividade política em objeto de espetáculo.¹⁰¹

Voltando à ideia de Lippmann, a construção deste pseudo-ambiente em que atua a forma que os seres humanos tem da realidade que moldam suas práticas, a ideia de um espaço de consumidores mediado pelas ideias da economia de mercado no lugar de uma

⁹⁸ *Ciro Marcondes Filho*, 2001

⁹⁹ (HABERMAS, 1984: 221)

¹⁰⁰ IANNI, 2003

¹⁰¹ Rudiger, 2001, p. 26

sociedade de cidadãos mediada pelo contrato social reconstrói valores clássicos do próprio liberalismo.

Percebe-se isto no estudo de Venício Lima em que demonstra a transfiguração da ideia de “liberdade de expressão” para “liberdade de imprensa”. Diz ele que:

Um dos temas mais difíceis no campo das comunicações é estabelecer as diferenças entre liberdade de expressão e liberdade de imprensa. A primeira se refere à liberdade individual e ao direito humano fundamental da palavra, da expressão. A segunda, à liberdade da “sociedade” e/ou de empresas comerciais – a imprensa ou a mídia – de tornar público o que consideram informação jornalística e entretenimento.¹⁰²

No seu estudo, Lima aponta as diferenças que existem entre *speech*, *print* e *press* (expressão, impressão e imprensa). O direito à liberdade de expressão tem o cidadão como sujeito, assim como o direito à *impressão* – expresso no clássico documento *Aeropagítica*, de John Milton (1644) em que é expresso tanto o direito do cidadão expressar o seu pensamento como o de *reproduzir por meio da impressão* suas idéias.

Muito diferente é a ideia de liberdade de imprensa, cujos sujeitos são as organizações e empresas que controlam a socialização da informação. Principalmente em uma conjuntura em que o que se chamava de jornalismo associou-se com uma crescente indústria do entretenimento, gerando categorias novas de informação socializada, como o *infoentretenimento*, a iconização das informações massificadas por conta do crescimento dos meios audiovisuais.

A confusão de ambas feita pelos discursos da mídia hegemônica significa a incorporação do direito de cidadania para si. Os grandes conglomerados midiáticos consideram-se os porta-vozes da vontade popular e, por isto, transformam qualquer tentativa de limitar o seu poder como um ataque à “sociedade” em geral. Como afirma Perseu Abramo:

os meios de comunicação oscilam entre se auto-suporem demiurgos da vontade divina ou mandatários do povo e confundem o consumo dos seus produtos ou o índice de tiragem ou a audiência com o voto popular depositado em urna.¹⁰³

¹⁰² (LIMA, 2010: 21)

¹⁰³ ABRAMO, P. 2003, p 46

O agravante é que esta restrição dos sujeitos de direito – Lima aponta, por exemplo, que o discurso da grande mídia é de que a *liberdade de imprensa* se sobrepõe sobre todas as outras ¹⁰⁴ – acontece em um momento de grande concentração da indústria da mídia e da cultura, hoje na mão dos seis grandes conglomerados globalizados (AOL/Time/Warner; Disney; Bertelsmann; Vivendi-Universal; News Corp; Viacom). Boa parte destes conglomerados possui faturamentos e patrimônios maiores que muitos Estados nacionais.

A opinião pública é construída, assim, em pseudoambientes elaborados por um conjunto restrito de corporações midiáticas de forma que as práticas humanas resultantes destas sejam aderentes a um tipo de sociabilidade, a da economia de mercado. Conforme afirma Noam Chomsky, a grande massa de cidadãos foi transformada em *bewildered herd* – bando ou horda de assustados que compete, tão e somente, referendar posições já pré-definidas.

3.2 – Singularidades do jornalismo brasileiro

É necessário apontar algumas características singulares do jornalismo brasileiro para fazer a justa adequação dos conceitos teóricos apresentados anteriormente e que foram desenvolvidos em sociedades nas quais o jornalismo foi originado junto com projetos de transformação liberal democrática. Naquelas experiências societárias é fácil visualizar a existência de um jornalismo de *esclarecimento* em determinado período histórico.

Entretanto, observando a história da República brasileira que dos seus pouco mais de 120 anos passou curtos períodos de normalidade democrática institucional, não se vislumbra esta articulação do jornalismo brasileiro com a construção e consolidação de uma democracia liberal, até porque esta foi atravessada por inconstâncias e instabilidades.

Articulada com elites que tradicionalmente optaram por um viés conservador, como a manutenção de estruturas fundiárias arcaicas, relações de trabalho predatórias e conformação com interesses externos, o jornalismo hegemônico brasileiro sempre se

¹⁰⁴ LIMA, 2010. Note-se por exemplo a gritaria dos meios de comunicação brasileiros contra o Plano Nacional de Direitos Humanos na sua terceira versão que colocava o respeito aos direitos humanos como uma condição para a avaliação dos pedidos de renovação da concessão dos canais.

colocou contrário a processos de radical democratização do país, ainda que estes acontecessem dentro de marcos institucionais do capitalismo e do liberalismo clássico.

Em 1º de abril de 1964, a normalidade democrática institucional foi interrompida por um golpe de Estado em atendimento a elites temerosas do avanço dos movimentos sociais e ao não atendimento de interesses do imperialismo norte-americano. Esta ação contou com apoio quase que unânime dos grandes meios de comunicação que praticamente aderiram ao discurso do “perigo comunista” que representava o governo trabalhista de João Goulart.

O período da ditadura militar que vai até 1985 contou com uma diversidade de comportamentos da grande mídia, variando inclusive, dentro dos diversos momentos do regime autoritário. Em um primeiro momento, apoio explícito e praticamente unânime ao governo de Castelo Branco quando se vislumbrava uma reorganização do modelo sócio-político-econômico aderente aos interesses dos EUA (do ponto de vista da geopolítica internacional, simbolizado principalmente pela participação das tropas brasileiras na invasão estadunidense da República Dominicana em 1965), além de outras medidas repressivas ao movimento social.

Depois com a chegada da chamada “linha dura” em 1969 em que todas as garantias democráticas foram cortadas, houve a oposição de alguns veículos – principalmente os do Grupo Estado e a Revista Veja sob a direção de Mino Carta – mas a adesão envergonhada de outros, como os do grupo Folha materializados com a presença de agentes da repressão na redação da Folha da Tarde e a prática da autocensura na Folha de S. Paulo (chamada por Otávio Frias Filho de postura “anódina” em função das fragilidades financeiras do grupo empresarial)¹⁰⁵.

Este curto período de estremecimento do regime autoritário com parte da grande mídia coincidiu com a consolidação de uma política de comunicação e cultura da ditadura baseado na centralidade na televisão (que garantiria a integração dos mercados nacionais, de interesse do grande capital transnacional hegemônico na produção de bens de consumo duráveis; e também a integração nacional sob a ideologia da segurança nacional). A teledifusão, concentrada em grandes redes nacionais, cujo suporte foi dado

¹⁰⁵ Sobre as posturas políticas da Folha de S. Paulo, ver TASCHNER, G. Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

pelo Estado militar como, por exemplo, pela tecnologia da transmissão via satélite da estatal Embratel, difundia uma mensagem de integração a uma sociedade de consumo de produtos das indústrias multinacionais e a ideologia da segurança nacional. O binômio consumismo/autoritarismo foi o aspecto central deste discurso disseminado pela mídia massiva nos anos 70.

Ao mesmo tempo, as indústrias jornalísticas, pressionadas pelo grande capital e pelo regime, optaram em negociar com o regime autoritário principalmente quando se vislumbrava a chamada “distensão”. Em 1975, por ocasião do centenário do jornal “O Estado de S. Paulo”, a censura prévia neste jornal é levantada. Outros veículos também negociam esta distensão. Ao mesmo tempo, há o afastamento do comando das redações de jornalistas críticos, independentes e, portanto, “indesejáveis” não só para o regime mas para este grande “pacto” das elites que apontava para uma transição do autoritarismo para a democracia mas sem mexer nos privilégios daqueles que foram beneficiados no regime. Uma transição sem rupturas. No mesmo ano em que estas distensões acontecem, é morto nos porões do Doi-Codi o jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura.

Neste processo, vários jornalistas experimentados são afastados das redações, como Mino Carta, Cláudio Abramo, Alberto Dines, entre outros. Uma geração de novos jornalistas oriundos de faculdades amordaçadas pela repressão política vai ocupando os espaços e, com a benção dos donos dos veículos, o jornalismo brasileiro vai desempenhando um papel na transição democrática de forma mais “controlada”. Este período é chamado por Bernardo Kucinsky de “controle do padrão de abertura”, visto por ele como a quarta fase do controle da informação pós-golpe de 1964¹⁰⁶. Kucinsky lembra que estes jornalistas nunca mais tiveram postos de comando em periódicos de grande importância. Alguns viraram colunistas, outros, como Mino Carta e Alberto Dines, passaram a tocar seus próprios projetos.¹⁰⁷

¹⁰⁶ As três fases anteriores de controle da informação, segundo Kucinsky, são o período de 1964-68 em que vigorava ainda uma “autonomia jornalística” nas redações; a de 1968-1972, dos anos de chumbo do AI-5, com a censura econômica e política; a de 1972-75, da autocensura como pacto para a criação do consenso. (pp. 56-63). Em todas estas, o autor destaca as relações entre uma cultura de autonomia intelectual jornalística das redações perante os proprietários das empresas. O instrumento da demissão de jornalistas mais combativos na terceira fase e depois, no quarto período, dos jornalistas mais experientes do comando das redações foram as formas de solapar esta autonomia intelectual jornalística e submeter as redações ao total controle dos proprietários.

¹⁰⁷ (KUCINSKY, 1999: pp. 63-67)

Estas singularidades do jornalismo brasileiro ocorrem no mesmo momento histórico destas transfigurações do papel social do jornalismo discutido nos itens anteriores. Concentrada em praticamente uma única rede, que consolidou sua hegemonia com o apoio da ditadura militar, a televisão ocupou o lugar de grande pautadora dos debates públicos, da instituição que legitima e deslegitima lideranças, abusando da sua condição de ser o meio que atinge 100% dos lares brasileiros.

Esvaziada do seu potencial crítico e aderente ao “acordão” que deu os tons conservadores para a transição democrática pós-1985, a imprensa consolida os valores hegemônicos dando os aspectos da racionalidade e da seriedade que constituem o seu capital de legitimidade junto aos públicos dos segmentos médios que atinge. As quedas crescentes nas tiragens – fenômeno observado no mundo todo – levaram a uma concentração ainda maior de títulos de jornais e a consolidação de três veículos com alcance nacional: Folha de S. Paulo, Globo e Estadão, com clara predominância dos dois primeiros.

No caso das revistas semanais de informação, a tênue fronteira entre jornalismo interpretativo e opinativo possibilitou a maior semanal do país – a Veja – utilizar o seu capital de legitimidade de jornalismo investigativo em denunciativo-opinativo caminhando rapidamente para uma linguagem próxima ao panfleto. A revista Veja passou a simbolizar os temores mais conservadores da classe média urbana, preocupada com a possibilidade de uma ascensão social fazer dividir parte dos seus privilégios.¹⁰⁸ Os veículos impressos passaram a ser autorreferentes, conformando-se com um público que não cresce, não se renova – inclusive em termos de posturas – e, por esta razão, o conservadorismo passa a ser o seu elo.

O pseudoambiente de que fala Lippmann no caso do jornalismo brasileiro hegemônico não tem a função de garantir uma eficiência administrativa via a restrição participativa nos processos decisórios, mas potencializar temores de uma abertura participativa. Por isto, a reivindicação pela manutenção dos privilégios e a dificuldade de defender valores democráticos que não sejam aqueles que afetam diretamente os seus interesses, como a tal da “liberdade de imprensa” – “liberdade da grande imprensa”, bem entendido.

¹⁰⁸ Ver a este respeito o artigo de OLIVEIRA, D; MAIA, M. *Revista Veja: O temor como mecanismo conservador na esfera pública midiaticizada*. In; Revista Comunicação e Cultura. Piracicaba: Unimep, 2006

3.3 – A cobertura jornalística nas eleições presidenciais brasileiras de 2010

A crise do projeto econômico dirigido pelo regime militar começou já no final dos anos 1970. O modelo econômico da ditadura centrava-se no tripé capital estatal, privado nacional e privado transnacional. Caberia ao capital privado transnacional o setor mais dinâmico da economia e que possuía o maior valor agregado, o do departamento de produção de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc). Para tanto, este setor necessitou de uma infraestrutura sofisticada de geração e transmissão de energia e de telecomunicações que, pelo alto investimento necessário e pelo retorno a longo prazo, foi garantido pelo capital estatal. Ao capital privado nacional coube o departamento de produção de bens de consumo não duráveis (alimentação, têxtil, etc).

O controle da inflação era feito com base no subsídio às estatais, garantindo um preço reprimido dos serviços de infraestrutura destinado ao consumo das indústrias transnacionais. Estas se beneficiaram, ainda, com o arrocho salarial garantido pelo instrumento da rotatividade (com o fim da estabilidade no emprego e a instituição do FGTS em 1965) e a repressão ao movimento sindical.

De qualquer forma, o modelo era insustentável, pois o Estado endividava-se para sustentar este modelo de subsídio ao grande capital transnacional. O modelo começa a ruir com a crise econômica mundial no início dos anos 70. Com isto, o discurso ufanista do Brasil potente, forte principalmente no período mais fascista do regime militar, no período Costa e Silva e Médici, perde força. Os militares, em aliança com parcela do grande capital, articulam uma transição lenta e gradual. O movimento pelas diretas já em 1984 é derrotado na sua tentativa de estabelecer as eleições diretas já em 1985, mas precipita um acordo das elites para uma transição. A primeira eleição direta para presidente fica adiada para 1989.

Após um período de acirramento dos debates políticos com a Assembleia Nacional Constituinte e certa reorganização da sociedade civil com a participação de novos atores políticos, as eleições de 1989 ocorrem num contexto bem diferente das últimas realizadas em 1960 com a quase onipresença dos meios de comunicação, uma população muito mais urbanizada e a hegemonia da televisão. Tudo fruto da modernização conservadora consolidada pelo regime militar – industrialização,

urbanização, formação de um mercado consumidor de âmbito nacional, diversificação tecnológica, mas tudo realizado à custa de um modelo de concentração de renda que deixou à margem a parcela majoritária da população. O elemento central deste cenário modernizado e conservador é a integração social pelos meios audiovisuais. São eles que atuarão no sentido de reconstruir cenários políticos a partir da percepção sensorial da realidade pelas grandes massas chamadas a participação na eleição de 1989.

A desilusão com os rumos tomados pela “Nova República” – período governamental de transição após o regime militar – principalmente pelas denúncias de corrupção e pela falência dos planos de estabilização econômica abriu caminho para um discurso antipolítico e moralista. Para Albino Rubim, este discurso foi fortemente capitaneado pelas telenovelas da Globo como *Vale Tudo*, *O Salvador da Pátria* e *Que Rei Sou Eu*.

A análise da novela *Que rei sou eu* por Rubim é interessante:

Como é contumaz, nas telenovelas brasileiras inexistem trabalhadores. Certamente por não ser conveniente/ recomendável rememorar o trabalho na jornada de lazer, conforme perpicaz observação de Adorno. Quando muito, os poucos produtivos presentes compactuam, ou melhor, se submetem aos políticos, verdadeira ‘turma do mal’ que significativamente só de forma parcial são punidos no final do reino de Avilan. Talvez uma reafirmação da identidade ‘real’ – ficção ou uma mostra que a impunidade habita reinos i (ni) imagináveis.¹⁰⁹

O discurso desta novela, assim como as demais, foi de caráter *moralizante*, criando um cenário favorável para o aparecimento de um “*Salvador da Pátria*”, uma personalidade com feições novas e que se colocasse como um ente moralizador. Este cenário foi favorável para a eleição de Collor, em um momento político em que dois caminhos se colocavam como alternativa para o Brasil: a adesão ao chamado paradigma neoliberal ou a construção de uma proposta alternativa. A avalanche ideológica conservadora, fortalecida pelas quedas dos regimes do Leste Europeu, reeditou um discurso “anticomunista” que se articulou junto com a perspectiva moralizante e isto foi o caldo de cultura necessário para a eleição de Collor.

Colocada no alto como grande poder político, a TV Globo não se intimidou em manipular abertamente a edição do debate final entre Collor e Lula, em um momento em que as pesquisas de intenção de voto demonstravam um equilíbrio entre os dois

¹⁰⁹ RUBIM, 1989: P. 14

candidatos. A atuação da Globo foi tema de várias pesquisas, debates, entre outros. Destaque para a saída do comando do telejornalismo da Globo de dois ícones da emissora, Armando Nogueira, um dos criadores do Jornal Nacional, e Alice Maria, naquele momento diretora responsável do principal telejornal da emissora.

Neste momento, parte dos órgãos impressos, em especial a Folha de S. Paulo, embora tivesse ressalvas à eleição de Lula, não nutriam simpatias por Collor. Em determinado momento, tentou-se dar um verniz mais próximo à perspectiva da *intelligentsia*, com a entrada de Sergio Paulo Rouanet no ministério e a quase entrada de Fernando Henrique Cardoso no Itamaraty, fato que não aconteceu pela forte oposição do então presidente do PSDB, Mário Covas.

A Folha de S. Paulo chegou a publicar uma série de artigos de Collor na seção *Tendências e debates* que, segundo o ex-presidente, tentava dar um perfil programático e ideológico ao seu governo, marcado por ações de impacto midiático e composto, na sua maioria, por figuras oriundas das práticas coronelísticas. Estes artigos seriam um esboço da formação de um novo partido, chamado “Partido Social Liberal”. Mais tarde, descobriu-se que parte dos escritos assinados por Collor era plagiada de textos do sociólogo José Guilherme Merquior.

Em 1992, a grande imprensa praticamente se unificou na denúncia da corrupção do governo Collor o que acabou derrubando-o. A transição comandada pelo vice-presidente Itamar Franco gerou novo momento de incertezas. Num primeiro momento, o governo tentou afastar-se da perspectiva neoliberal, mas depois a pressão do grande capital e certa desarticulação da sociedade civil acabaram por permitir a formação de uma aliança político-ideológica mais sólida que sustentasse o modelo neoliberal, com Fernando Henrique Cardoso (FHC) à frente. Se em 1989, a palavra de ordem era a moralização da política, em 1994, eleição seguinte, era a estabilização da economia.

Estabilidade virou um ícone da agenda política. Pai do Plano Real que conteve a inflação, FHC foi apoiado por toda a grande mídia. A revista Exame, da Editora Abril, chegou a estampar uma capa com a foto do candidato do PSDB com a frase “Temos em quem votar”. Isolado do discurso imposto pela grande mídia – o chamado “discurso único” – Lula foi tratado como “jurássico” e “ultrapassado”, principalmente na eleição

de 1998 quando se aliou a Leonel Brizola. Nesta eleição, a falência do Plano Real que tinha estourado as contas públicas praticamente foi escondida dos grandes órgãos. A divulgação de um “off” do então ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, de que tomaria qualquer medida para ganhar popularidade, momentos antes de uma entrevista ao vivo na Globo demonstrou a privatização do Estado para o vale-tudo eleitoral, com a complacência dos meios de comunicação hegemônicos.

O preço a pagar com o “adiamento” da crise do plano Real foi alto: logo em janeiro, depois da posse do presidente reeleito, o Ministério da Fazenda anunciou as medidas drásticas de corte nos gastos buscando preservar a receita ortodoxa aplicada à economia. Para tanto, contou com a complacência da maioria dos analistas econômicos da mídia hegemônica que fecham questão em relação a uma política econômica voltada aos interesses do capital financeiro e especulativo, chamado eufemisticamente de “mercado”. O uso e abuso de recursos públicos para salvar bancos quebrados, chamado de Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) deixava mais nítida a opção prioritária pelo capital financeiro.¹¹⁰

Com isto, os problemas sociais foram se agravando. O ícone estabilidade ia se quebrando aos poucos à medida que a maioria da população percebia que pouco ou nada significava em termos de melhoria na sua vida. Parcela do empresariado brasileiro também descontente com os rumos da economia ia abandonando o barco. No continente latino-americano, os países que adotaram o receituário neoliberal de forma mais acintosa também iam quebrando – Argentina, Chile, Venezuela, Bolívia, entre outros. Aos poucos, o discurso único neoliberal ia perdendo força. O Fórum Econômico de Davos encontrou seu contraponto no Fórum Social Mundial de Porto Alegre. A utopia, tida como morta por vários “analistas” e “intelectuais” que passaram a disseminar a idéia de que os movimentos sociais deviam se pautar pelas perspectivas micrológicas, pela micropolítica, voltava com força dentro da formulação de *“Um outro mundo é possível”*.

¹¹⁰ Este programa foi criado em 1995 e segundo a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal instalada para investigar os escândalos do mercado financeiro, o Proer consumiu R\$37,76 bilhões dos recursos públicos para “salvar” instituições bancárias. Ver Laurez Cerqueira, *Proer, a cesta básica dos banqueiros*, no site “Carta Maior” disponível em <http://www.cartamaior.com.br/?Opiniao/Proer-a-cesta-basica-dos-banqueiros/26663>

Por isto, em 2006, a situação foi favorável para a derrota do bloco político que governou o país por oito anos (1994/2002). Ainda assim, a força da mídia hegemônica se não foi suficiente para impedir esta derrota, conseguiu mitigar um plano de mudança mais efetivo por parte da então oposição. Por esta razão, o candidato da oposição, Lula, assinou uma carta à nação comprometendo-se a “cumprir os contratos estabelecidos” o que significava, na época, manter intactas por um período alguns fundamentos da política econômica anterior.

Tudo isto foi fruto do verdadeiro terrorismo espalhado pelo candidato da situação com ampla repercussão da mídia de que a vitória da oposição significaria a quebra de país e a fuga de capitais pelas mudanças nas regras. A situação caótica da Argentina era demonstrada à exaustão (sem mencionar, porém, que era fruto de uma política econômica semelhante a adotada pelo governo de FHC) e – como sempre recorrendo aos ícones da telenovela – com a aparição das atrizes Regina Duarte e Beatriz Segall dizendo que “*tinham medo*” da vitória de Lula.

O grande rombo nas contas públicas por conta do estouro da dívida pública, resultado da política anterior, praticamente obrigou o novo governo a manter a política ortodoxa no campo da economia. Mas, paulatinamente, o novo governo começava a alterar o eixo da agenda política para o “combate à desigualdade social”.

O cientista político Andre Singer chama a atenção para a grande transformação da agenda política operada pelo presidente Lula. Como liderança política, conseguiu costurar um difícil pacto em que preservou certos interesses do grande capital, principalmente investindo no desenvolvimento econômico por intermédio de uma recuperação do papel do Estado e, ao mesmo tempo, incluindo segmentos sociais excluídos historicamente. Desta forma, Singer defende a idéia de que surgiu o fenômeno do “lulismo”, com uma base de apoio bem diferente da tradicional do PT: pessoas das classes D e E, fora das clássicas organizações da sociedade civil e que tem uma relação com o Estado de forma mais direta.¹¹¹

A mídia hegemônica tentou, de diversas formas, desqualificar estas ações do novo governo. Primeiro, procurou atacar o *Bolsa Família*, ora dizendo que era um programa assistencialista, ou afirmando que era ineficiente ou mesmo que era “caro demais”.

¹¹¹ (SINGER, 2012)

Depois, pinçou denúncias aqui e acolá de “desvios” do programa. Apesar de tudo isto, a popularidade do presidente e do programa continuava crescendo.

Outro flanco de críticas da mídia hegemônica foi a política externa do governo que caminhou para uma postura mais autônoma, ao contrário do alinhamento automático com os EUA e Europa característicos do período de FHC. Entretanto, com a abertura e diversificação de mercados, a economia brasileira cresceu, passou bem os vários períodos de crise internacional e ainda possibilitou que grandes empresas nacionais aumentassem seu faturamento. Com isto, o governo foi trazendo para o seu lado parcelas significativas do grande capital e do setor produtor da agroindústria.

O último recurso do segmento conservador foi o aspecto moral. As denúncias do chamado “mensalão” trouxeram novo alento para a oposição. Figuras importantes na articulação política do governo tiveram suas imagens praticamente destruídas. O escândalo político como instrumento de construção e destruição de visibilidades, conforme afirma Thompson¹¹², foi a arma da oposição. Além disto, a discussão moral no nível que chegou, possibilitou a desideologização da discussão política – campo de debates que estava praticamente ganho pela situação com a transformação da agenda da estabilidade econômica para a do combate à desigualdade.

Entretanto, a sociedade brasileira já tinha outro cenário, bem diferente das eleições anteriores. A inclusão social de segmentos das classes D e E criou uma situação inusitada: a autonomia de opinião destes setores que, não dependendo mais de “favores”, ganhando certa autonomia na sua vida pessoal passou a vislumbrar também uma autonomia de opinião política. Por isto que, a despeito do verdadeiro bombardeio midiático, Lula manteve sua popularidade e venceu as eleições de 2006 contra todos os prognósticos. Os colunistas de Veja – Diogo Mainardi e Reinaldo Azevedo – chegaram a transmitir uma conversa cômica em que prometiam estourar um champanhe em comemoração ao fim da era Lula. Atônita, uma comentarista da CBN chegou a dizer: “Mas será que o povo não está nos entendendo?”

3.4 – O jornalismo na era da informação

¹¹² THOMPSON, J. B., 2002

O avanço das tecnologias de informação e comunicação a partir do final dos anos 1980 trouxe impactos profundos para o jornalismo, a ponto de alguns apontarem para uma crise da atividade. Por ocasião da Conferência Mundial de Comunicação, a Agência Latino Americana de Informação (ALAI), organização não governamental do Equador ligado ao movimento indígena, publicou um ensaio de autoria de Bursh, Leon e Tamayo intitulado *Se cayo El sistema* em que afirmam que:

O número de corporações midiáticas está se reduzindo, a tal ponto que é possível contá-las nos dedos das mãos. Se nos meados dos anos 80 do século passado estas transnacionais eram cerca de meia centena, em 1993 tinham-se reduzido a 27 e no final de 2000 eram apenas sete: Disney, Time Warner, Sony, News Corporation, Viacom, Vivendi-Universal e Bertelsmann. Todas elas provêm de países ricos: EUA, Europa e Japão.¹¹³

A concentração global dos meios de comunicação tem uma novidade: a transfiguração da atividade jornalística para um segmento produtor de bens culturais, em especial, o entretenimento. Este segmento de produção tem crescido nos últimos anos na esteira da reconfiguração da produção industrial e do neoliberalismo gerando um grande sistema de produção de eventos, articulando cultura, informação, entretenimento e turismo. Os fatos são, desta forma, transplantados para a dimensão de eventos e espetáculos transformados em mercadorias rentáveis.

A espetacularização da realidade transforma, silenciosamente, os critérios de noticiabilidade. É por esta razão que hoje é difícil articular ideias como o papel fiscalizador dos poderes, de defesa do interesse público e outros valores éticos da democracia com a atividade jornalística. Se Habermas já alertava que o jornalismo transfigurou a esfera pública de cidadãos em uma esfera privada de consumidores, hoje esta esfera é de espetacularização total e boa parte dos consumidores de produtos midiáticos estão muito mais buscando opções de entretenimento.

Porém, o que importa reter aqui é justamente a transfiguração do papel do jornalismo que sai do seu projeto originário, de *esclarecimento*, de *expansão do debate público* e de *vigilância dos poderes constituídos* para se transformar em um coadjuvante em uma indústria do entretenimento e do espetáculo. Adendo a isto, o desenvolvimento das

¹¹³ Bursh, Leon e Tamayo(2003: P. 45)

tecnologias da comunicação e da informação trouxeram consigo uma cultura de publicização de tudo, sem critério, evanesendo as fronteiras entre público e privado.

O pensador britânico John Thompson¹¹⁴ afirma que nas relações atuais entre mídia e política, cinco processos históricos são importantes, a saber: 1º.) a crescente visibilidade dos líderes políticos principalmente pela presença dos mesmos na arena midiática; 2º.) mudança nas tecnologias de comunicação e vigilância; 3º.) mudança na cultura jornalística; 4º.) mudança na cultura política e 5º.) crescente regulamentação da vida política.

A presença e a busca pela presença dos líderes políticos na arena midiática – aquilo que já foi chamado de passagem da praça pública para a praça eletrônica - foi fruto das novas exigências das relações políticas contemporâneas em que a competência na imagem construída na mediação tecnológica imposta pela indústria da mídia passou a ser o principal capital político. Esta situação tem um caráter ambivalente, pois ao mesmo tempo em que a onipresença na mídia é uma busca e uma possibilidade real de adquirir um dividendo político importante para o sucesso nas disputas político-eleitorais; também gera uma fragilidade à medida que esta visibilidade não é totalmente controlada por estas lideranças, principalmente quando há vigência de uma liberdade de ação das empresas de comunicação como nas sociedades liberais.

Thompson afirma a este respeito que:

Uma razão pela qual a visibilidade midiática é tão difícil de ser controlada é o fato dela depender das tecnologias de comunicação e vigilância que estão se tornando sempre mais sofisticadas e mais amplamente acessíveis. O século XX testemunhou uma verdadeira revolução nas tecnologias que possibilitaram gravar, processar e transmitir a informação e comunicação. Essas novas tecnologias, em constante e rápida mudança, tornam mais e mais difícil estender um véu de segredo sobre o comportamento da região de fundo dos líderes políticos e de outras figuras públicas. Tecnologias cada vez mais sofisticadas – tais como as associadas a gravações secretas de conversações, fotografias a longa distância, com a aberta interceptação de telecomunicações e com o rastreamento e recuperação da comunicação eletrônica digitalmente codificada – fornecem um conjunto poderoso de dispositivos que podem ser usados para aumentar o vazamento do comportamento das regiões de fundo para regiões frontais onde, justamente com as atividades das organizações de mídia, pode tornar-se altamente visível.¹¹⁵

¹¹⁴ Thompson, 2002

¹¹⁵ (THOMPSON, 2002: p. 143)

Entretanto, as tecnologias de comunicação per si não explicam esta tendência de uma busca de desvelar fatos colocados dentro de uma esfera do segredo. Vários autores, entre eles o próprio Thompson, chamam a atenção para a mudança da cultura jornalística após os anos 1960, particularmente após o caso Watergate quando o papel investigativo do jornalismo ganhou prevalência. A legitimidade do jornalismo deslocou-se, do ponto de vista simbólico, para o desvelamento dos segredos. No caso particular do Brasil, que nos anos 70 vivia sob um regime autoritário – tipo de sistema em que a essência é sempre o controle dos fluxos informativos – o desvelamento de segredos do poder aparecia como um comportamento de recusa ao autoritarismo, travestido de uma legitimidade de transparência democrática.

Assim, o papel emancipador do jornalismo que nos primórdios centrava-se na disseminação de idéias se desloca para o desvelamento dos segredos do poder. A busca incessante pelos segredos, pela investigação gerou um caldo de cultura suficiente para transfigurar o que Michael Schudson¹¹⁶ chama de “reportagem lasciva” definida como uma confusão entre os aspectos ocultos do exercício do poder com aspectos ocultos da vida dos poderosos.¹¹⁷

A busca pelo escândalo faz com que o jornalismo se transforme em um ator político que negocia os valores do capital político das lideranças políticas com base na divulgação de determinados escândalos, contribuindo para uma desideologização da disputa política. Entretanto, é importante ressaltar que a desideologização não é fruto apenas e tão somente da ação do jornalismo, mas produto de uma reconfiguração das vidas políticas das sociedades liberais principalmente após os anos 80 com a emergência do neoliberalismo como discurso único.

O fim da Guerra Fria e o consequente término do debate ideológico dos dois sistemas oriundos do final da Segunda Guerra Mundial não apenas transformou a geopolítica para uma perspectiva unipolar, mas também gerou um tipo de “processo civilizatório” baseado nas referências societárias do bloco vencedor da Guerra Fria: economia de mercado, democracia liberal e neoliberalismo (entendido aqui o conjunto de medidas impostas pelo grande capital transnacional para a sua livre ação, como a desregulação

¹¹⁶ SCHUDSON, M. Watergate in American memory.

¹¹⁷ (THOMPSON, op cit: p. 145)

do trabalho, Estado mínimo e livre fluxo do capital financeiro e de mercadorias dos países centrais do capitalismo).

Ao contrário de um debate ideológico este corpo de medidas foi colocado como discurso único, acima de qualquer discussão política, travestido como soluções “técnicas”, “necessárias” e voltadas para a “eficiência”. Vislumbrava-se a chegada a algo próximo a aquilo que Adorno chamou de “sociedade administrada”¹¹⁸ em que os consensos estabelecidos eram tão enraizados e totalizantes que praticamente eliminavam qualquer possibilidade de questionamentos, discussão ou criação de alternativas. O debate político, assim, restringia-se a capacidades administrativas ou eficiência gerencial.

Ora, isto se casa com a perspectiva nova do jornalismo político de se centrar no desvelamento dos aspectos ocultos da vida pessoal e no denunciismo que resvala rapidamente no moralismo da cobertura. Assim, esta nova cultura jornalística se adéqua a esta nova cultura política oriunda deste vendaval conservador originado no final dos anos 80.

Como aspecto reativo a este processo, a ação política se direciona para a busca de regulamentações da vida política. Thompson¹¹⁹ cita os atos regulatórios surgidos nos Estados Unidos no final dos anos 70 como resultado dos escândalos de Watergate. Diante da percepção de uma *desmoralização* dos atos políticos, a regulamentação visa uma *moralização*. No Brasil, destaca-se a mobilização midiática e de parcela significativa da sociedade civil pela aprovação da chamada “Lei da Ficha Limpa”, destacada por quase a unanimidade dos analistas políticos da mídia hegemônica como a “maior vitória da sociedade civil”.

Esta maior regulamentação subsume os mecanismos democráticos eleitorais a burocracias judiciais que decidem, em última instância, aqueles que podem ser votados, eleitos e empossados. Em outras palavras, coloca nas mãos de estruturas burocráticas *não controladas pela sociedade*, como o Poder Judiciário, a tutela do voto democrático, demonstrando uma “desconfiança” do conjunto do eleitorado em julgar soberanamente os eventuais candidatos e seus comportamentos “morais”.

¹¹⁸ ADORNO, HORKHEIMER, 1985

¹¹⁹ Thompson, 2002

3.5 – A mídia e as articulações político-ideológicas

No dia 1º. de março de 2010, o Instituto Millenium organizou o “1º. Fórum Democracia e Liberdade de Expressão” no Hotel Golden Tulip Plaza, em São Paulo. No sítio do evento, ele é apresentado com a seguinte justificativa:

A liberdade de expressão está sendo constantemente ameaçada no Brasil e, especialmente, em alguns países vizinhos da América Latina. Infelizmente, muitas pessoas desconhecem o fato de que sem liberdade de expressão e de imprensa não existe uma democracia plena e madura. Dessa forma, o Instituto Millenium, que tem a missão de promover a democracia, a economia de mercado, o estado de direito e a liberdade, está organizando o 1º. Fórum Democracia e Liberdade de Expressão justamente para debater as ameaças à liberdade de expressão e, conseqüentemente, à democracia.¹²⁰

Participaram do evento como painelistas e mediadores representantes de grandes corporações da indústria da comunicação, como Roberto Civita (Grupo Abril), Sidnei Basile (Abril), Luis Erlanger (Globo), Marcelo Rech (Grupo RBS), Marcel Granier (RCTV – Venezuela), jornalistas com discurso mais radicalizado no campo conservador, como Reinaldo Azevedo (Veja), Demétrio Magnoli, Arnaldo Jabor (Globo), intelectuais convertidos ao “neocon”¹²¹, como Roberto Romano (Unicamp), Denis Rosenfield, Amaury de Souza, além de figuras como Carlos Alberto Di Franco (jornalista e representante da seita católica ultraconservadora Opus Dei), o humorista Tônico Madureira e nada mais, nada menos, que o ministro das Comunicações do então governo Lula, Hélio Costa (ex-Globo).

O Instituto Millenium é, atualmente, o principal *think tank* do pensamento conservador e tenta desempenhar papel semelhante ao que o IPES/IBAD realizou no período dos anos 1960 até desembocar no golpe de 1964. Sob o manto de um “perigo à liberdade de imprensa e defesa da democracia”, o instituto tentou realizar um evento que tinha certo respaldo acadêmico trazendo alguns intelectuais de renome, atraiu ex-pensadores progressistas convertidos ao neoconservadorismo e colocou-os ao lado da direita mais raivosa.

¹²⁰ retirado de <http://www.libermaneventos.com.br/clientes/forum/> no dia 02/02/2011 as 14h39)

¹²¹ Neocon, abreviatura de “neo-conservadores”, neologismo que designa figuras, em geral da intelectualidade e com passado progressista, que defendem pensamentos conservadores, em geral, resgatando princípios do liberalismo clássico.

Apesar da pequena participação – o evento não atraiu tanta gente até pelo seu alto custo e também não tinha este objetivo – recebeu uma cobertura relativamente desproporcional em termos de destaque na grande imprensa. Mereceu uma entrada de 30 segundos no jornal “Bom dia, Brasil” e no Jornal Nacional, apresentado como um evento de pessoas que “lutavam pela liberdade de imprensa”.

O mês de março daquele ano, aliás, concentrou vários eventos que trataram da mídia. Além deste que, como já foi dito, recebeu o maior destaque, houve também três outros no Memorial da América Latina. O professor Laurindo Leal Filho tratou do tema em coluna publicada no site Carta Maior da seguinte forma:

Entre o final de março e o começo de abril, o Memorial da América Latina, em São Paulo, abrigou três eventos onde a comunicação era o tema central. Todos com algum tipo de participação de docentes da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP. De longe, um fato a ser saudado. Afinal, são poucos os espaços que ainda restam para discussão desse tema. De perto, no entanto, a visão é mais melancólica.

Dos três debates, dois receberam cobertura seletiva dos grandes jornais. Outro passou em branco. Adivinhem por que. É simples, basta ver o tom do conteúdo de cada um deles. O primeiro, denominado “Liberdade de Expressão e Direito à Informação nas Sociedades Contemporâneas” foi aberto por um articulista do jornal “O Estado de S.Paulo” especializado em negar os direitos dos negros à reparação pelos crimes sofridos ao longo e depois da escravidão. Sobraram críticas ao governo brasileiro, às políticas de comunicação de vários países da América Latina e até a recém-criada Empresa Brasil de Comunicação, gestora da TV Brasil. Tudo devidamente coberto pelo jornalismo dito independente.

O outro chamado “Liberdade de Imprensa e Democracia na América Latina” teve como figura central o ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Brito. Para quem já esqueceu trata-se do magistrado que acabou com a Lei de Imprensa impondo sobre o jornalismo a lei da selva. Deu seu voto também para acabar com a exigência do diploma para o exercício da profissão dizendo que ela pode ser exercida por aqueles que apenas têm “intimidade com a palavra” ou “olho clínico”. Definições profundas, sem dúvida.

No debate do Memorial o ministro foi ainda mais além nas suas demonstrações de completa alienação em relação ao mundo em que vive. Disse, por exemplo, que a liberdade de imprensa é um direito absoluto, não limitado por outros direitos. E disse mais, mas por aqui, pouparei o leitor. Ficarei na constatação – boquiaberto – de que um ministro do Supremo não conhece a estrutura econômica dentro da qual operam, como empresas capitalistas, os meios de comunicação. Seguindo sua orientação, empresários de um setor específico da economia têm total liberdade para impor seus interesses à sociedade sem nenhum tipo de controle. Como fazem os donos da mídia.

Isso é tudo que eles querem e, por conta disso, o seminário foi generosamente acompanhado pelos jornalões. Restou o terceiro, vítima de um silencioso ensurdecido. Sabem porque? Porque nele não se tergiversava. Ia-se à raiz dos problemas e discutiam-se os novos, modernos e generosos rumos que a comunicação começa a traçar na América Latina.

Basta ver o título para entender a razão do boicote imposto pela “imprensa livre”: “A América Latina hoje: perspectivas de integração para além do mercado”. Os dois eventos antes citados tiveram acolhida nos jornais por, obsequiosamente, respeitarem os limites do mercado. Este, por sua vez, mostrou que há vida – e de melhor qualidade – além desse limite.

E não foi uma reunião rápida, essa organizada pelo Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação na América Latina (CELACC) da ECA. Foram três dias de trabalho, com apresentações de resultados de pesquisas realizadas em diferentes países do continente, acompanhadas de mesas redondas. Entre os participantes, estava a professora argentina Suzana Sel, organizadora do livro “La Comunicacion Mediatizada” e estudiosa do processo de reestruturação da mídia argentina. Disse ela em sua exposição que a nova lei do audiovisual vigente em seu país “implica num forte golpe” aos grupos que concentram a comunicação e abre espaço para que novos atores possam entrar na cena midiática. Isso porque, diz ela, a lei busca “reverter as políticas neoliberais” fixando limites à “concentração que se expressam tanto na distribuição de um espectro (eletromagnético) reconhecendo novos sujeitos, como na fixação de níveis de produção nacional” e também ao reverter “o grau de centralização existente, entre outras medidas que ferem interesses monopolistas”.

Claro que a “imprensa livre”, elevada esdruxulamente à categoria de um direito absoluto, jamais cobriria esse tipo de evento. Que, de comum com os outros dois, teve apenas o Memorial como abrigo.¹²²

O artigo de Lalo desmonta o pseudoambiente criado pelo agendamento da mídia hegemônica que elegeu como problema central da democracia brasileira “o perigo à liberdade de imprensa” em contraponto ao que movimentos sociais colocam como risco a democracia: a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos. Com isto, os proprietários dos monopólios são transformados em “vítimas”. Interessante lembrar que todas as empresas de comunicação que aqui se posam de vítimas foram apoiadoras do golpe militar de 1º. de abril de 1964 que mergulhou o país em uma ditadura sangrenta que, inclusive, **censurou a imprensa**, enquanto que o governo que acusam de atacar a liberdade de imprensa é composto, em sua grande maioria, de pessoas que **lutaram contra esta ditadura**, a começar pela então candidata à presidente da República pela situação que foi presa e torturada pelos órgãos de repressão.

O debate sobre a regulamentação da área de comunicação ganhou força com a realização da Conferência Nacional da Comunicação no final de 2009, evento que foi boicotado pela esmagadora maioria dos empresários da mídia hegemônica que se recusam a discutir, em qualquer plano, a questão da regulamentação da atividade de

¹²² (CARTA MAIOR, 25/04/2010, retirado do site http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4603 em 02/01/11 as 15h10)

comunicação. O pleno direito e absoluto da atividade que controlam se coloca acima, inclusive, de aspectos aparentemente consensuais da ordem democrática, como os direitos humanos.

No final de 2009, o governo apresentou o III Plano Nacional de Direitos Humanos, aprovado após três conferências nacionais com participação da sociedade civil, processo de discussão que se iniciou, inclusive, no governo do PSDB. Um dos tópicos do PNDH-3 que tratava do “monitoramento relativo aos direitos humanos dos conteúdos veiculados pela mídia” e que o respeito aos direitos humanos poderia ser levado em consideração na renovação de concessões públicas de canais de TV e rádio foi bombardeada pela mídia hegemônica como “tentativa de censura”.

Para conseguir o seu objetivo de bombardear o PNDH-3, a mídia hegemônica aliou-se aos segmentos mais direitistas dos militares contrários à elucidação dos crimes cometidos pela repressão da ditadura 1964/85 e a ala mais conservadora da Igreja Católica contrária à mudança de tratamento da questão do aborto do campo criminal para o de saúde pública. Ressuscitou-se, assim, uma aliança que protagonizou a base de apoio do golpe de 1964: mídia hegemônica, direita católica e direita militar. Pressionado, o governo recuou e alterou significativamente o PNDH-3, deixando de lado reivindicações históricas dos militantes de direitos humanos.¹²³

Estes eventos demonstram a existência, embora mais enfraquecida, desta articulação conservadora que foi protagonista na ruptura da ordem democrática nos anos 1960. Um *think tank* bancado pelo grande capital – o Instituto Millenium – e uma aliança entre grande mídia, direita militar e direita católica. Por isto, alguns temas como “aborto”, a tentativa de usar o passado de participante da luta armada de Dilma nos anos 1970 com a insistência da *Folha de S. Paulo* de divulgar sua ficha do Deops e a gritaria ensandecida contra uma suposta “agressão à liberdade de imprensa” pautou a campanha reconstruída pela agenda midiática.

3.6 – O trio formador de opinião: Veja, Folha de S. Paulo e Globo

¹²³ A este respeito, ver a dissertação de mestrado de Miriam Ashkenazi defendida no Programa de Pós Graduação em Direito, área de Direitos Humanos, intitulada *O Programa Nacional de Direitos Humanos 3 e a cobertura dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo*. S. Paulo: Fac. Direito/USP, 2013

Em um estudo realizado em 2011 com um grupo de pesquisadores do Celacc (Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação) procurou-se detectar como a mídia atuou na formação da opinião pública nas eleições de 2010. Para tanto, foram escolhidos os veículos impressos revista Veja e os jornais Folha de S. Paulo e Globo, por se entender que estes três cumpriram o papel de principais definidores da agenda de discussões públicas no cenário eleitoral brasileiro de 2010. O mecanismo percebido de formatação da agenda concentrava-se no final de semana, com um fato sendo divulgado na sexta-feira e sábado pela revista Veja, repercutido na edição dominical da Folha de S. Paulo e Globo e, na televisão, debatido ao longo da semana nas edições do Jornal Nacional, da TV Globo.

Ao longo da semana, a cobertura dos veículos centrava-se em ver a repercussão do fato (em geral, denúncias que atingiam a candidatura de Dilma Rousseff) junto aos candidatos, pautando o debate eleitoral. A candidatura de Dilma via-se obrigada, assim, a mobilizar recursos para responder as denúncias veiculadas ou a fatos que tendiam a prejudicar sua preferência eleitoral. Quando tal denúncia ou fato esfriava, nas semanas seguintes novos fatos e denúncias eram preparados e veiculados.

Com tudo isto, o nível do debate político era reduzido sensivelmente, apesar de alguns analistas – em particular, do jornal Folha de S. Paulo – cobrarem dos candidatos um nível melhor de discussão, dentro de princípios programáticos. Porém, o que menos se viu nas páginas dos jornais foi espaço para esta discussão programática, embora a conjuntura apontasse para um claro embate de projetos políticos que recentemente governaram o país (o da oposição, que governou o país no período 1994/2002 e o da situação, de 2003/2010).

Dos vários fatos analisados, destacamos cinco deles que considera-se que foram centrais na agenda proposta pela mídia hegemônica: a escolha do vice do candidato José Serra, as discrepâncias das pesquisas de intenção de voto, o escândalo da Casa Civil e a direitização fundamentalista da campanha no segundo turno. Além disto, analisou-se também como as eleições brasileiras repercutiram em jornais da América Latina.

3.6.1 – Cinco casos analisados

3.6.1.1 – A escolha do vice de Serra

A cobertura do lançamento das candidaturas oficiais à presidência da República foi diferenciada nos jornais.

O jornal Folha de São Paulo (FSP) fez uma ampla cobertura sobre os lançamentos das campanhas presidenciais para as eleições de 2010, que seriam marcadas por ataques mútuos e polêmicas que fugiam do campo da política e entravam em questões morais e religiosas, desde o final de 2009, momento em que os nomes eram apenas especulados pela imprensa, até os lançamentos oficiais em Junho de 2010. A exemplo das principais redações espalhadas pelo país, a Folha seguiu uma linha de análise baseada principalmente nas biografias dos candidatos.

A Folha acompanhou a candidatura José Serra, antes mesmo de ela ser oficializada. Já em 20 de março de 2010, dava como uma pré-campanha os lançamentos de obras realizadas pelo tucano ainda como Governador de São Paulo, fato que o mesmo negava veemente, aguardando afastar-se do cargo de governador para se manifestar sobre o assunto. Já em junho, no lançamento oficial da candidatura de Serra, há uma extensa cobertura dos ataques feitos pelo candidato do PSDB a “falta de história pública” da petista Dilma Rousseff, linha que seria seguida ao longo de toda campanha.

Também lançada oficialmente em junho, Dilma sofreu duras críticas dos colunistas da Folha, que, a exemplo do candidato do PSDB, realçava a pobre biografia da petista, tendo exercido secretaria na década de 1980 no Rio Grande do Sul e os Ministérios de Minas e Energia e Casa Civil, já no Governo Lula, e a suposta “falta de empolgação” do presidente com sua sucessora, sobretudo em matéria de “carisma”.

O jornal FSP buscou destacar a biografia dos candidatos, ressaltando que o candidato José Serra tinha uma experiência administrativa ao passo que Dilma Rousseff era uma “incógnita”.

O problema da escolha do vice de José Serra foi abordado durante o primeiro semestre de 2010. O jornal FSP especulou sobre a escolha do mesmo. Primeiro, escondeu que o pretendido – e até acordado com o DEM – era o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, cassado por corrupção no final de 2009 no escândalo conhecido como “mensalão do DEM”. A chapa proposta era até apelidada de “chapa dos carecas”.

Diante do impasse, houve certa movimentação no agendamento da opinião pública de uma chapa “puro-sangue” do PSDB, com Serra e Aécio. O governador de Minas Gerais, popular no seu estado e com apoio explícito de toda mídia hegemônica mineira, era apontado como uma salvação da oposição em função de ser uma personalidade relativamente nova na política, de ter um discurso menos inflamado, de ter apoio do DEM e ainda unificar os tucanos.

Porém, em dezembro de 2009, Aécio já tinha sinalizado que não participaria do pleito presidencial e jogava suas fichas na sua candidatura ao Senado e também para eleger seu sucessor no governo estadual. As divergências com Serra eram explícitas e se tornaram mais duras com o embate entre os dois pela candidatura. Serra usou e abusou do controle da máquina partidária e de sua preferência por parte da mídia hegemônica paulista que tem uma penetração nacional maior que a de Minas Gerais. O caldo desandou de vez com a divulgação sutil de uma suposta participação sua em uma festa no Rio de Janeiro quando teria agredido uma namorada – esta divulgação aconteceu em um blog de um jornalista esportivo, colunista da Folha de S. Paulo.

A popularidade crescente do presidente Lula era um fator que incomodava sobremaneira a mídia hegemônica. Diante disto, não faltaram situações estranhas como a cobertura da convenção do PSDB em fevereiro quando Eliane Catanhêde, colunista da Folha de S. Paulo chamou os tucanos de uma “massa cheirosa”. O ato falho da colunista de política da FSP demonstrou o grande incômodo de parte da mídia hegemônica paulista: a força política de uma massa de cidadãos que insistia em não seguir a agenda da mídia hegemônica, ousava contrapor-se aos formadores de opinião.

Depois de constatar o óbvio, que Aécio não iria ser vice de Serra, o jornal FSP divulgou a escolha do senador Álvaro Dias, do PSDB/PR como o novo vice da chapa oposicionista. A manobra era óbvia, tentar unificar o PSDB no Paraná, dividido com a escolha de Richa como candidato a governador e que enfrentaria Osmar Dias (PDT), irmão de Álvaro, com apoio do PT. Esta manobra durou pouco e foi bombardeada pelo DEM que não aceitava a chapa puro-sangue com Dias. Aí que entra outra dificuldade do “apoio” da FSP a chapa oposicionista: a presença do DEM, partido historicamente vinculado à prática coronelística da política, cheia de figuras corruptas, que contradiz o

discurso pretensamente “ético” e “moderno” do jornal. Uma chapa sem a presença destas figuras, apenas com os “modernos” tucanos seria a ideal.

Por isto, a escolha de Índio da Costa, do DEM do Rio de Janeiro, foi bastante criticada pela mídia hegemônica. A FSP ressaltava que ele era desconhecido.

O Globo destacou a indicação do Índio da Costa por apenas dois dias. O primeiro foi no dia 1º de julho onde dedicou seis páginas para tratar do assunto traçando um panorama da indicação que teve como grande peso a articulação da família Maia do DEM do Rio de Janeiro e o perfil do candidato. Depois no segundo dia uma repercussão da indicação e a defesa do PSDB e DEM do nome do Índio. Entre os colunistas como Merval Pereira ficou uma posição de insatisfação com a indicação, avaliando que o nome do Índio não agregaria muita coisa para a campanha de José Serra.

Já a revista *Veja* tratou o caso de Índio da Costa de forma positiva. A escolha do deputado federal foi noticiada desta forma:

O deputado federal Índio da Costa (DEM-RJ) será o vice do tucano José Serra na disputa presidencial. Além de ser do Rio de Janeiro, terceiro maior colégio eleitoral do país e local onde Serra tem problemas de palanque, ele foi relator do projeto Ficha Limpa, o que os aliados de Serra consideram um trunfo eleitoral.¹²⁴

O blogueiro Reinaldo Azevedo que se transformou no “*id*” do pensamento ultraconservador que tem medo de expressar suas idéias, tratou o assunto da seguinte forma em um post com o título *Cuidado com as flechadas, Índio da Costa*.

Aquela turma que não sabe fazer política sem dossiê — e, para a canalha, tanto faz se o que diz é verdade ou mentira — está sujando a rede com o fato de que Índio da Costa, vice do tucano José Serra (PSDB), já foi casado com uma das filhas de Salvatore Cacciola. Que se saiba, Índio da Costa não era o “Ronaldinho” do ex-banqueiro como Lulinha é o Ronaldinho de Lula, não é mesmo?

E também começou uma corrente acusando o rapaz de ser muito “namorador”. Sei... DEM e PSDB fazem essa confusão dos diabos para indicar o vice e acabam escolhendo logo alguém que gosta de mulher!?!?!?

O mundo está mesmo perdido! Como diz uma garota que virou um ícone do Youtube, assim não dá, assim é uma “puta falta de sacanagem”!¹²⁵

¹²⁴ (Revista *Veja*, 30/06/2010)

¹²⁵ (Blog do Reinaldo Azevedo, 30/06/2010 - <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/cuidado-com-as-flechadas-indio-da-costa/>)

Em suma, o argumento favorável ao deputado era que ele tinha sido o relator da Lei “Ficha Limpa”, legislação apoiada entusiasticamente pela mídia hegemônica e pela classe média buscando transformar os embates eleitorais meramente em discussões de cunho moral. A legislação foi extremamente capciosa, pois não apenas impediu que candidatos com condenação em processos de corrupção fossem impedidos de disputar o pleito, mas também lideranças de movimentos sociais que tiveram participação em atos de ocupação de terras ou manifestações políticas que tenham sido consideradas “criminosas” pelo Judiciário.

Em geral, tais lideranças eram de partidos de esquerda pequenos, como o PSOL, PSTU, PCO e outros e a pequena estrutura de tais organizações não permitiu que estes candidatos mobilizassem um exército de advogados caros para garantir as suas candidaturas, como vários outros candidatos conservadores, com condenações em processos de corrupção, fizeram. Candidatos como Anthony Garotinho e Paulo Maluf conseguiram manter suas candidaturas até o final do pleito, podendo ocupar o horário eleitoral gratuito e transmitir suas mensagens, situação que foi vetada a outros candidatos que não tiveram este apoio jurídico.

Merval Pereira, do Globo, destoou da visão positiva da escolha de Índio da Costa como vice de Serra. Logo no dia seguinte ao anúncio da escolha, o colunista do Globo escreveu o seguinte na coluna intitulada *Comédia de erros*:

A sucessão de trapalhadas que levou à escolha equivocada do deputado federal do DEM Índio da Costa como companheiro de chapa do tucano José Serra só demonstra como o PSDB não está preparado para uma disputa que poderia ser difícil para o governo — mesmo com toda a máquina voltada para a tarefa de eleger Dilma Rousseff, geralmente de maneira ilegal —, mas está sendo facilitada pelos erros do adversário.

A escolha do vice de Dilma recaiu sobre o presidente do PMDB, Michel Temer, o que garantiu a unidade do partido e preciosos minutos de televisão.

Os defeitos e as eventuais virtudes do deputado não fazem a menor diferença neste jogo em que o pragmatismo político prevalece para somar alguma coisa à candidatura principal.

Índio da Costa, em seu primeiro mandato federal, supostamente foi escolhido por ser jovem e ter sido o relator do projeto Ficha Limpa, o que lhe daria uma boa imagem junto ao eleitorado.

Uma jogada marqueteira simplória, pois sua história política não tem a menor consistência para alçá-lo ao segundo posto mais importante na hierarquia política do país.

Nem ele parece preparado para assumir a Presidência da República em caso de necessidade, que é, afinal, para o que servem os vice-presidentes no Brasil.

(...)

Não tem a menor importância o fato de ele ter sido genro do banqueiro Cacciola, como berram os militantes petistas na internet.

E nem mesmo as acusações contra ele levantadas pela CPI da Merenda Escolar, na Câmara de Vereadores do Rio, são conclusivas a ponto de alguém poder afirmar que ele não tem a ficha tão limpa assim como querem alardear os tucanos e democratas.

Só mesmo militantes energúmenos utilizam tais argumentos.

Mesmo que as coincidências entre os preços oferecidos pela fornecedora vencedora nas licitações, quando Índio da Costa era secretário de Administração da prefeitura do Rio, sejam bastante estranhas.

Sem ter, teoricamente, informações sobre os outros preços, a fornecedora sempre apresentou descontos quando tinha concorrentes, mantendo o preço cheio naquelas licitações em que ninguém disputava o fornecimento.

Foi como acertar na MegaSena, comenta a vereadora do PSDB do Rio Andrea Gouvêa Vieira, relatora da CPI.

Os resultados da CPI estão no Ministério Público.

O mais grave na escolha deste deputado federal de primeiro mandato é que ele não agrega um voto sequer à candidatura de Serra no Rio de Janeiro.

Como parte do grupo político do ex-prefeito Cesar Maia, ele foi “prefeitinho” de Jacarepaguá, assessor do gabinete do prefeito antes de ser secretário de Administração.

Eleito vereador três vezes, em 2006 chegou à Câmara.

Qualquer influência eleitoral que tenha está contabilizada no apoio que o DEM dá no Rio à candidatura Serra, em troca de o ex-prefeito Cesar Maia ser o candidato ao Senado da coligação.

A presença de Maia na chapa, aliás, já provocou uma crise com o Partido Verde, e, agora, o reforço de seu grupo na coligação está provocando reações na bancada do PSDB, onde se acusa o presidente do DEM, Rodrigo Maia, de ter trabalhado por essa solução para se livrar de um concorrente na disputa por vagas para deputado federal do Rio.¹²⁶

A análise de Merval Pereira é interessante como uma visão estratégica de como a oposição deveria agir para vencer estas eleições. Define a eleição como “injusta” devido ao apetite do governo em vencê-la “a qualquer custo”, “usando e abusando da máquina” e que as chances da oposição são pequenas e menores ainda tendo em vista os erros estratégicos. Desqualifica o outro lado – “ações ilegais, injustas, apetite voraz do

¹²⁶ (Merval PEREIRA, O Globo, 01/07/2010)

governo, militantes energúmenos” – e o lado que defende critica porque está “errando na estratégia”.

À medida que foi ficando claro o papel que seria destinado ao vice Índio da Costa – a de atacar sem qualquer limitação a candidatura de Roussef e o governo Lula – as críticas ao vice foram se esvaindo. No programa Jornal das Dez, da Globo News, veiculado em 06 de julho de 2010, o mesmo Merval Pereira faz uma análise positiva do candidato a vice, ressaltando a sua capacidade de utilização das redes sociais e o fato de ter sido o relator da Lei da Ficha Limpa. Este comentário foi postado, inclusive, no site do candidato a vice.

De qualquer forma, este episódio colocou uma questão importante: que a derrota do candidato da oposição, uma vez ocorrida, seria fruto da injustiça da disputa tendo em vista o uso e abuso da máquina eleitoral por parte do governo e pelos erros na condução da campanha por parte de Serra. Em outras palavras, não se colocava a possibilidade de que a proposta política do governo fosse a preferida da maioria da população, ao contrário do que pregava a mídia hegemônica.

3.6.1.2 – O “escândalo” da Casa Civil

A revista *Veja* fez uma campanha notória sobre os mistérios que rondam a Casa Civil, principalmente, os que estavam sob o comando da, até então, ministra-chefe Erenice Guerra, sucessora da candidata Dilma Rousseff no cargo, relatando os bastidores considerados “obscuros” do órgão.

Nas últimas semanas que antecederam as eleições presidenciais de 2010, Guerra foi alvo de polêmicas destacadas pela *Veja*, que envolviam desvio de verba e propina dentro e fora da Casa Civil. A publicação, aparentemente, dedicou-se a desmistificar ao eleitorado a aparente credibilidade moral do Partido dos Trabalhadores (PT), denunciando um esquema de corrupção que existiria sob o comando da nova titular da pasta, considerada braço direito de Rousseff.

A edição publicada no dia 15 de setembro não deixava dúvida. Na capa em vermelho-fosco, a manchete “*O Polvo no Poder*” destacada em branco sobrepunha a ilustração de tentáculos vermelhos prendendo bolos de notas de R\$ 100, e logo abaixo um subtítulo em dourado que revelava o teor do escândalo. O centro era a antiga aliança

entre Erenice Guerra, seu filho lobbista Israel e Dilma Rousseff. Nas páginas internas, o dossiê de oito páginas discorria o forte esquema de corrupção relatado pela revista e era sustentado por uma foto com Dilma e Erenice, a fim de demonstrar a parceria. As cores que representam o PT foram usadas propositalmente para denunciar as ilegalidades que ocorriam entre líderes do partido a 20 dias do primeiro turno das eleições.

Na edição seguinte, em 22 de setembro, a *Veja* volta a atacar Erenice Guerra, valendo-se da reportagem de capa “*A Alegria do Polvo – ‘Caraca! Que Dinheiro é Esse?’*”. Mais uma vez, estava sob a mira das acusações da publicação sobre desvio de verba, acompanhada de seu filho, Israel – ambos representados novamente por tentáculos vermelhos que, de dentro da fonte de água em frente ao Palácio do Planalto, tentavam se agarrar ao prédio. Todas as cores se repetiam bem como as fontes utilizadas para o novo escândalo.

Já o jornal “O Globo” publicou a primeira matéria sobre o assunto no dia 12 de setembro, a exatos 21 dias das eleições. O caso explode a partir do descobrimento do envolvimento direto do filho de Erenice Guerra nas negociações de contratos com os Correios. Após 5 dias de bombardeio, o presidente Lula demite a ministra da Casa Civil.

A linha da campanha do PSDB era de relacionar Erenice a Dilma, já que trabalharam juntas no período em que a candidata a presidente era ministra e possuíam uma relação de confiança demonstrada com o fato de que a indicação de Erenice para o ministério partiu da própria Dilma. Essa mesma linha de raciocínio foi seguida pelo jornal O Globo. O jornal também registrou o esforço do governo em tentar blindar a Dilma.

É possível afirmar que esse caso foi decisivo para a definição de um segundo turno (até o momento, as pesquisas indicavam uma vitória da candidatura governista no primeiro turno). Porém, vários estudos indicaram que os votos da Dilma não migraram para o Serra e sim para a Marina Silva¹²⁷ (candidata do Partido Verde), que teve uma votação

¹²⁷ Marina Silva foi ministra do Meio Ambiente no primeiro governo de Lula e foi senadora do Partido dos Trabalhadores pelo estado do Acre. Teve papel importante no movimento dos seringueiros da região amazônica, junto com o líder Chico Mendes, assassinado em 22 de dezembro de 1988. No segundo mandato de Lula, rompeu com o PT e o governo, ingressou no Partido Verde e se lançou candidata a presidente. A sua divergência mais explícita foi com a política desenvolvimentista tocada pelo governo, expressa principalmente no PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) que, segundo ela, continha uma série de obras que passavam por cima das questões ambientais. Pouco tempo depois das eleições de 2010, rompeu também com o PV e atuou para construir um novo partido com o nome de Rede da Sustentabilidade. A nova agremiação partidária não conseguiu cumprir as exigências legais para se

surpreendente e ficou em terceiro lugar. Nos últimos dias da campanha o jornal fez questão de registrar que o PT estava numa linha de não entrar em rota de colisão com a verde Marina, porém o jornal também fez questão de publicar umas duas matérias dando destaque para o embate sobre o aborto, nitidamente com uma postura de enfraquecer a candidatura Dilma.

A Folha de S. Paulo deu também importância ao caso, inclusive com a revelação de documentos e cartas de Erenice para Dilma. As páginas da Folha traziam constrangimentos ao PT e fez com que esse revisse sua estratégia eleitoral. Lula apareceu como o principal defensor da inocência de Dilma, dizendo que essa não passava de uma manobra da oposição, naquilo que ele definiu como uma campanha imoral e baixa.

Durante o mês de outubro de 2010, a Folha fazia longa cobertura sobre a repercussão do caso sobre as eleições presidenciais e acompanharia de perto todas as investigações e a sindicância instalada na Casa Civil para que os fatos fossem apurados. A proximidade com as eleições só aumentavam os ataques contra Dilma e o PT se via na obrigação de aliar ainda mais a imagem da candidata a de Lula, que também sofreu acusações de corrupção durante seu governo, mas saiu ileso de todas elas.

3.6.1.3 – O ato contra a “manipulação da imprensa”

Fruto da constante busca da mídia hegemônica por escândalos que atingissem a candidatura governista, Lula fez um discurso em um comício em São Paulo que causou muita polêmica, pois atacou a imprensa e afirmou *‘Nós somos a opinião pública’*, descaracterizando a existência de instâncias mediadoras e formadores de opinião.

Isso foi um prato cheio para o jornal O Globo detonar, com editoriais extremamente agressivos, levantando temas como ditadura, duras críticas ao Hugo Chávez¹²⁸, depois repercutiu a manifestação de vários órgãos como a OAB (Ordem dos Advogados do

oficializar a tempo e poder concorrer às eleições de 2014, razão pela qual Marina e seus apoiadores ingressaram no PSB (Partido Socialista Brasileiro) para participar do processo eleitoral deste ano.

¹²⁸ Hugo Chávez (1954-2013) foi presidente da Venezuela entre 1999 e 2012 e protagonizou um processo de mudança profunda naquele país, implantando o que ele chamou de “socialismo do século XXI” ou “república bolivariana”. O discurso nacionalista e anti-EUA, além do enfrentamento do seu governo com a indústria midiática local gerou em todos os meios de comunicação empresariais do Brasil uma verdadeira demonização do seu governo, tido como um “mau exemplo”. Por isto, é frequente que as críticas ao PT e ao governo Lula feitas por vários articulistas da imprensa sempre se referirem ao “chavismo” como uma coisa do mal, antidemocrática, ditatorial.

Brasil), e a ANJ (Associação Nacional dos Jornais, entidade representativa dos proprietários de empresas jornalísticas) dizendo ser um absurdo ferir o princípio da “liberdade de imprensa”.

A partir daí, a posição favorável da mídia hegemônica ao candidato de oposição passou a ficar mais explícita, a ponto do jornal “O Estado de S. Paulo” assumir, publicamente, o apoio a José Serra em editorial. Enquanto esta verdadeira “guerra” pela opinião pública acontecia no terreno midiático, os índices das pesquisas de intenção de voto pouco se alteraram, indicando a possibilidade de vitória da candidatura governista no primeiro turno. A disputa pela agenda continuava acirrada entre a mídia hegemônica e mídias alternativas (principalmente na internet) que denunciavam, às vezes antes mesmo da veiculação, a existência de um “jornalismo de campanha”.

Com o acirramento dos ânimos, um grupo de blogueiros autointitulados “progressistas”, com apoio de lideranças de oposição, decide realizar um ato contra o “golpismo midiático” no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Uma organização não governamental chamada “Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé” puxou a iniciativa. O ato não contou com a unanimidade da chamada “blogosfera progressista”¹²⁹, mas reuniu um número significativo de pessoas e foi encerrado com uma fala da deputada federal Luiza Erundina.

A revista *Veja*, por sua vez, não poupou Lula de severas críticas à sua postura e saiu em defesa da “imprensa do país” reeditando, no último dia 21 de setembro, uma matéria publicada pela Folha Online, que levou o título de “OAB critica ato contra imprensa” na coluna assinada por Reinaldo Azevedo. O texto remetia à ideia de que não só a mídia especializada era atacada pelo presidente, mas a de que “o povo também era prejudicado por não ter acesso à verdade”.

Na semana seguinte, Reinaldo Azevedo começou sua coluna com o título “*O que Lula acha disso?*”, referindo-se à tentativa de censura da PM do governador de Tocantins vigente na época, Carlos Gaguim – perdeu sua reeleição para Siqueira Campos, com 50,51% dos votos –, de barrar por meio de fuzis a circulação da revista no Estado. Tudo isso para chamar a atenção das mídias mais populares como a TV e o rádio, expondo o

¹²⁹ O jornalista Luis Nassif, que faz parte deste grupo que se intitula “blogueiros progressistas” diz que o ato era precipitado porque iria acirrar ainda mais os ânimos e a postura agressiva da mídia hegemônica.

risco de levar o PT ao poder novamente. A publicação fez questão de negritar em forma de repúdio o comportamento ilícito do ex-governador:

Acreditem: o governador mobilizou 30 policiais militares, armados com fuzis, para tentar impedir, na madrugada de anteontem, a distribuição da ‘VEJA’ no Estado. A ordem era para apreender a revista no aeroporto. Nota: não havia decisão judicial nenhuma autorizando a operação.

Na ocasião, Gaguim liderava as pesquisas eleitorais até ter seu nome envolvido em escândalos sobre suposto envolvimento em esquema de corrupção, de fraudes a licitações, cruciais para a sua derrota.

“*A Liberdade Sob Ataque*” era a manchete da edição de 4 de outubro passado, com uma estrela vermelha (símbolo do PT) fincada sobre o art. 220 do Capítulo V da Constituição Federal na capa da Veja, a fim de reforçar o que os parágrafos preveem sobre a liberdade de expressão, contrapondo-os ao “ódio à imprensa livre” renovado por Lula, como condenava a publicação.

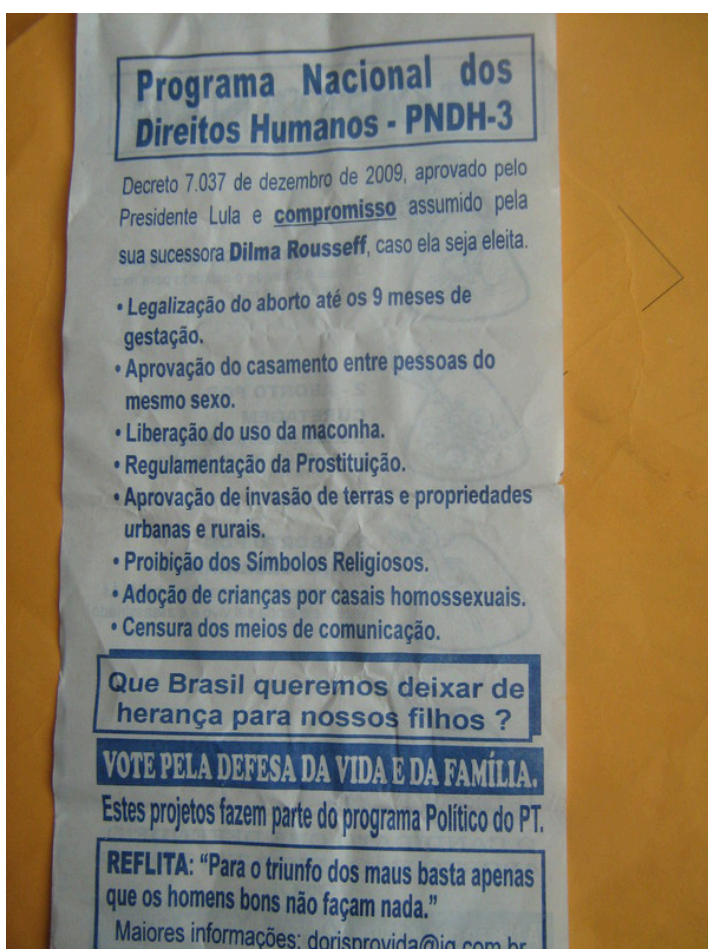
3.6.1.4 — A direitização da campanha no segundo turno

Com os ânimos acirrados, as eleições foram para o segundo turno graças à votação surpreendente da candidata do Partido Verde (PV), Marina Silva. Além disto, outros fatores contribuíram para certa perda de votos da candidata governista Dilma Rouseff, como a inserção de elementos ultraconservadores no debate presidencial, entre eles, a questão da descriminalização do aborto e a defesa dos direitos dos homossexuais, temas que foram abordados no PNDH-3, discutido com toda a sociedade.

A presença de uma direita fundamentalista religiosa, estilo *tea party* norte-americano¹³⁰ foi a novidade nesta disputa eleitoral, o que contribuiu para acirrar ainda mais os ânimos.

¹³⁰ De acordo com o Wikipedia, o **movimento Tea Party** (em [inglês](#): *Tea Party movement*, às vezes traduzido como **Partido do Chá**) é um [movimento social](#) e político [populista](#), [conservador](#), de [ultradireita](#), surgido nos [Estados Unidos](#) em [2009](#) através de uma série de protestos coordenados tanto no nível local como nacional. Os protestos foram, parcialmente, em resposta a diversas leis federais, como o [Plano de resgate econômico de 2008](#), a Lei de Recuperação e Reinvestimento dos Estados Unidos de 2009 e as leis de [reforma do sistema de saúde](#) do país. O movimento defende uma [política fiscal conservadora](#) e o [originalismo](#), isto é, a interpretação do texto constitucional segundo o seu significado à época em que foi adotado. O nome de “*Tea Party*” é uma referência ao *Boston Tea Party* de [1773](#) ([Festa do Chá de Boston](#)), ou o Manifesto do Chá de Boston, uma [ação direta](#) dos [colonos americanos](#) de [Boston](#), contra o [governo britânico](#) e a [Companhia das Índias Ocidentais](#), que detinha o [monopólio](#) do chá que entrava nas colônias. No porto de Boston, um grupo de colonos abordou os navios carregados de chá e atirou a carga às águas, em protesto contra o monopólio e o imposto sobre o chá, que consideravam abusivo.

Um cartaz afixado em vários bairros de periferia de São Paulo:



Com o agendamento sendo deslocado para temas em que o fundamentalismo religioso passou a ter certa presença, a mídia hegemônica viu-se em uma situação embaraçosa. Legitimando-se junto à sociedade como fiel depositária dos valores do liberalismo clássico e até de certo “progressismo” em termos de atitudes individuais, ficou pouco a vontade em explorar este filão que demonstrou ser o único elemento possível capaz de reduzir as chances de vitória da candidatura governista, principalmente porque era o único tema em que a capilaridade das instituições religiosas garantiriam uma penetração popular.

Além disto, a histórica militância da candidata governista em causas feministas e sua participação na luta armada contra a ditadura militar eram elementos capazes de mobilizar esta direita fundamentalista para a oposição.

Porém, a dificuldade de se constituir uma campanha nos moldes do *tea party* começava com o próprio candidato oposicionista, cujas posições históricas o distanciavam destas visões. Após o candidato José Serra, em um debate, cobrar de Dilma Rousseff a sua posição a respeito da legalização do aborto, circulou a informação de que a esposa do candidato oposicionista, Mônica Serra, já tinha feito um aborto.

A informação partiu de uma ex-aluna de Mônica Serra e ganhou rapidamente espaço na blogosfera. A esposa do candidato oposicionista fazia campanhas nas ruas dizendo que Dilma Rousseff era favorável a “matar criancinhas”. Após este episódio, Mônica Serra foi retirada da campanha e o assunto foi sendo paulatinamente abandonado pela campanha da oposição.

O jornal Folha de S. Paulo criticou o tom da campanha nestes moldes, afirmando que os dois candidatos tinham a mesma posição com relação a isto, mas estavam escondendo com objetivos eleitoreiros. A crítica, porém, era indiretamente mais incisiva à candidata governista, pois cobrava da mesma uma “coerência”, querendo que ela assumisse a posição favorável a descriminalização – uma cobrança capciosa, que continha dentro de si uma armadilha, pois os dados mostravam que o tema era embaraçoso para a campanha. Além disto, pouco tempo antes, a candidata governista tinha se acertado com as cúpulas das igrejas comprometendo-se a não modificar a legislação brasileira vigente com relação ao aborto.

De qualquer forma, a direitização da campanha no segundo turno só serviu para dar visibilidade à dimensão mais atrasada da opinião pública, colocando, na defensiva, reivindicações de movimentos sociais feministas e de direitos dos homossexuais. Objetivando vencer as eleições, os candidatos acabaram por travar o debate nestes temas. Além disto, temas estruturais dos programas dos candidatos ficaram de fora dos principais debates.

3.6.2 – A cobertura dos jornais latino-americanos da eleição no Brasil¹³¹

Os jornais de países da América Latina deram destaque às eleições presidenciais no Brasil. Foram analisados os jornais *Clarín* (Argentina), *El Universal* (Venezuela), *El Universal* (México) e *El Tiempo* (Colômbia). Apesar do destaque dado, apenas o jornal

¹³¹ Este estudo da cobertura dos jornais latino-americanos sobre as eleições brasileiras foi elaborado por um grupo de pesquisadores do Celacc (Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação), aos quais o autor agradece a colaboração.

Clarín cobriu o evento a partir de um correspondente no Brasil. Os demais jornais basearam suas notícias nas publicações dos jornais brasileiros, em especial o *Globo* e a *Folha de S. Paulo*. Desta forma, observa-se a repercussão internacional que os jornais brasileiros tiveram na angulação da cobertura das eleições presidenciais.

O caso do jornal mexicano foi o mais interessante de todos, pois as notícias eram assinadas pelo seu correspondente em Boston (EUA). Em uma chamada sobre as eleições brasileiras, o periódico mexicano chama-a de “eleições cariocas”.

O que chama a atenção da cobertura dos jornais latino-americanos é que, ao contrário da mídia hegemônica brasileira, houve maior simpatia à candidatura governista. Em geral, os jornais do continente abordaram as relações positivas entre o Brasil e os países do continente, inauguradas pelo governo Lula. Daí que a continuidade da gestão era vista como algo positivo para as economias destes países, inclusive em se tratando dos segmentos hegemônicos.

No caso do jornal venezuelano, houve a quase coincidência das eleições parlamentares do país (que ocorreram em setembro) e as brasileiras (em outubro). O jornal, abertamente de oposição ao então governo Chavez, chegava a comparar uma postura mais “democrática e aberta” de Lula que de Chávez tentando mostrar o exemplo de uma “esquerda democrática”¹³².

O curioso também no tocante a cobertura do jornal da Venezuela é que, embora a jornalista assinasse como “enviada especial”, ela nunca esteve no Brasil. As notícias eram produzidas a partir do material da mídia brasileira e de consultorias informais feitas com um “especialista” em Brasil do jornal.¹³³

Na sequência, a análise de cada um dos jornais.

3.6.2.1 – *Jornal Clarín*

O jornal mostrou ao longo da campanha presidencial uma inclinação à candidata eleita Dilma Rousseff. O periódico mantém uma correspondente em São Paulo, Eleonora

¹³² Interessante notar que este posicionamento do jornal venezuelano vai de encontro da maioria das críticas dos analistas dos jornais brasileiros que sempre enxergam tendências de similaridades entre o governo petista e Hugo Chávez. Por isto, Chavez é um “mau” exemplo para a mídia brasileira e venezuelana, mas Lula só é mau exemplo para a mídia brasileira.

¹³³ Estas informações foram prestadas pela própria editoria de política do jornal em entrevista feita por email ao pesquisador.

Gosmán, responsável pela cobertura política e econômica do país. Além dos textos da repórter correspondente, o jornal investiu no envio de outros jornalistas ao Brasil, a exemplo de uma reportagem especial realizada em Garanhuns (PE), cidade onde nasceu Luiz Inácio Lula da Silva.

Outro ponto forte da cobertura jornalística do Clarín está nos artigos publicados no site - grande parte de autoria de Eleonora – os demais não constam assinaturas. O jornal apresenta uma tendência mais opinativa.

Antes da realização do primeiro turno, havia uma diferença gritante de conteúdo apresentado sobre a candidata Dilma e os demais candidatos. As notícias sobre José Serra apresentavam um tom comparativo às possíveis medidas de Dilma Rousseff em seu futuro governo. Ao contrário da petista, nunca foram publicadas matérias que traçassem os perfis dos candidatos José Serra e Marina Silva. Após o expressivo número de eleitores conquistados por Marina, o jornal chegou a fazer um paralelo da candidata com o presidente norte-americano Barack Obama: *“La Obama de Brasil”* (Seção Ponto de Vista – 04/10/10).

Outro ponto curioso foi uma reportagem simples e criativa publicada durante o segundo turno. O conteúdo era baseado em entrevistas com dois taxistas: ambos com opiniões divergentes em relação aos votos para a presidência. Os dois eram de origem nordestina, ponto ressaltado pelo repórter que complementou que a região era uma das mais pobres do país, além de ser da origem do presidente Lula. Paralelo ao texto, foi postado um vídeo simples, com captação via celular, que mostrava a opinião divergente dos dois trabalhadores – um justificava seu voto em Dilma e o outro em José Serra. Apesar de mostrar opiniões divergentes, a opinião do taxista a favor de Dilma obteve um maior destaque durante a apresentação audiovisual.

A importância da integração latino-americana também foi bastante destacada durante as reportagens veiculadas período eleitoral. Indagações sobre o futuro do Mercosul e da Unasul são uma constante do jornal argentino. Existe uma grande preocupação dos argentinos com os acordos comerciais com o Brasil, um dos principais compradores de carne bovina. Um conteúdo que demonstra essa preocupação é a entrevista com o porta-voz da Fiesp, Thomaz Zanotto, *“La relación com Argentina se parece a la de una*

família” (30/10/10). Além do conteúdo escrito, foi anexado um vídeo com declarações de Zanotto apontando a importância da relação comercial entre Brasil e Argentina.

3.6.2.2 – *Jornal El Tiempo (Colômbia)*

O jornal El Tiempo, da Colômbia, é o maior periódico do País. Criado em 1911, o veículo é editado pela Casa Editorial El Tiempo; propriedade de um grupo de notícias chamado Grupo de Diários América, cuja sede fica em Bogotá. Tem uma circulação diária de, aproximadamente, 300 mil exemplares durante a semana e 450 mil aos domingos.

O El Tiempo possui uma grande variedade de cadernos, como Política, Esporte, Cidades etc. A questão das eleições para presidente no Brasil foi enfocada, principalmente, no caderno Internacional, onde apareceram as principais notícias, fatos que marcaram o pleito etc. Depois do Internacional, as eleições foram tratadas nos cadernos de Opinião, onde especialistas comentavam o desenrolar político no Brasil e suas repercussões, e no de Política, que fazia análises de como o novo governante brasileiro poderia lidar com o país vizinho.

O jornal tentou aparentar em todas as notícias um ar isento, procurando não mostrar preferência por candidato, porém demonstrava o tempo todo que a candidata Dilma Rousseff (PT) era a sucessora de Lula, uma figura muito querida na Colômbia, e a grande favorita para a vitória. Alguns fatos que chamaram a atenção foi o destaque que o El Tiempo deu para a candidata do PV Marina Silva e para fatos gerais das eleições, como a candidatura do palhaço Tiririca e o uso de mídias digitais para fazer campanha.

Apesar de possuir um correspondente na região, intercalando entre as capitais São Paulo e Rio de Janeiro, o jornal utilizou muito as agências internacionais de notícias.

Entre o dia 8 de setembro e 8 de outubro de 2010, das 15 matérias publicadas, seis ou eram sobre a candidata petista ou a favor dela. A candidata Marina Silva teve apenas um artigo falando sobre ela, mas que rendeu também uma reportagem para apresentar o Partido Verde.

Já o candidato tucano José Serra recebeu apenas uma menção, em uma reportagem que traçava o perfil do político, mas com um ar negativo: chamando-o de “El eterno Candidato”. As demais reportagens foram sobre a eleição em geral.

No segundo turno, o foco nas eleições brasileiras aumentou. No total, foram 21 reportagens sobre o assunto. A maioria foi sobre Dilma Rousseff, totalizando oito matérias, todas a favor. Lula veio em seguida, com três reportagens sobre ele, sendo duas a favor e uma contra, mudando um foco do que é normal no jornal.

Serra também perdeu no caráter reportagens, recebendo apenas uma única menção. Marina Silva novamente apareceu no jornal com uma entrevista, mostrando o peso que ela ganhou com as eleições. As demais reportagens foram sobre as eleições em geral.

O fato marcante nesse segundo turno foi a menção dada à participação das mulheres nas eleições latino-americanas, com grande destaque à Dilma, seu perfil e sua história, além de análises sobre o futuro do Brasil, da América Latina e da integração com a própria Colômbia.

Por meio da análise do jornal nesses dois períodos de tempo, é possível concluir que o El Tiempo demonstrou um favoritismo pela candidata do governo. As boas relações que o governo anterior estabeleceu com a Colômbia colaboraram para que o jornal tivesse uma visão favorável à Dilma Rousseff, expressa nas reportagens.

3.6.2.3 – *Jornal El Universal (México)*

Criado em 1916, o jornal *El Universal*, do México, nasceu com o objetivo de dar voz aos princípios da Revolução Mexicana, de 1910. Com o passar dos anos, o jornal se autointitula como “um arauto da reconstrução econômica, social e jurídica do país”. Valores como “a pluralidade de informações, a liberdade de expressão e a igualdade jurídica das mulheres” aparecem como princípios do “grande diário do México”, como também é conhecido.

Foram analisadas as notícias sobretudo dos cadernos *El Mundo* e *Opinión*, em dois períodos: 8 de setembro a 8 de outubro de 2010 (primeiro turno) e de 5 de outubro a 2 de novembro de 2010, um dia antes da eleição presidencial brasileira.

Dilma Rousseff é sempre tratada como a candidata oficial às eleições presidenciais brasileiras (la candidata oficialista a las elecciones brasileñas), e, por isso, obteve grande destaque na cobertura eleitoral, enquanto José Serra, o opositor, tem um pouco mais de destaque a partir do segundo turno. Importante salientar que boa parte do noticiário político brasileiro deste jornal vem de agências variadas, do Rio de Janeiro,

São Paulo, Belo Horizonte e Brasília, como Reuters (britânica), EFE (espanhola) e DPA (alemã).

Há um correspondente internacional, José Vales, que ora está em Buenos Aires ora em Boston (EUA), lugar citado apenas uma vez no segundo turno, durante o período analisado.

No primeiro turno das eleições, que cobre o período de 8 de setembro a 8 de outubro de 2010, foram analisadas 14 reportagens, cujos temas mais recorrentes foram: disputa de Dilma e Serra pelos votos de Marina Silva (a candidata conseguiu um número de votos que contrariou todos os institutos de pesquisa), segundo turno das eleições presidenciais (havia uma grande empatia por parte do jornal pela vitória de Dilma Roussef, a quem, às vésperas do primeiro turno, já era considerada como eleita pelo impresso), caso Erenice Guerra e governo Lula. Neste período, os nomes de José Serra e Marina Silva (PV) aparecem poucas vezes. Eles obtêm maior destaque com o inesperado segundo turno e pela “briga” dos presidenciáveis pelos votos (eleitores) da candidata verde.

Há menções do acirramento da disputa eleitoral a ser realizada no segundo turno em matérias cujas manchetes são: Dilma se vulve ambientalista; Dilma sale a la calle a recabar votos; Todos quieren el apoyo de Marina e Roussef lidera, pero no alcanza la mayoria. Há ainda análises do governo Lula, como em Ocho años de êxitos y escândalos políticos; Lula no descarta volver em 2014 e Lula da Silva y el peronismo a la brasileña.

Já no segundo turno das eleições, foram analisadas 23 reportagens no período que vai de 5 de outubro a 2 de novembro. Aqui, os principais temas abordados foram: participação do presidente Lula na campanha de Dilma, debates televisivos envolvendo os presidenciáveis, busca de votos em importantes colégios eleitorais, perspectiva da economia brasileira para o (a) próximo presidente (a), declaração de independência da ex-presidenciável Marina Silva no que se refere ao apoio aos candidatos que disputavam o segundo turno do pleito, episódio da “agressão” de Serra (bolinha de papel jogada no candidato), pesquisas constatando o avanço das intenções de voto na candidata de Lula e eleição de Dilma, com um perfil da nova presidente.

Importante observar que a análise qualitativa das notícias do segundo turno demonstrou apenas uma notícia negativa à Dilma (o episódio da bolinha de papel no candidato

Serra), dez positivas e 12 neutras. A vitória de Roussef é vista com entusiasmo pelo periódico (*Brasil va por mas*).

O que se pode empreender da análise das matérias é que o *El Universal* reportou a eleição presidencial brasileira de modo superficial, mais favorável à Dilma Roussef e, como as notícias em grande parte vêm de agências, não há um aprofundamento das questões políticas brasileiras, prejudicada, sobretudo, pelo afastamento do correspondente mexicano do país em questão: o Brasil. Ou seja, não há o olhar do jornalista no local onde acontecem os fatos.

3.6.3 – Olhares brasileiros e latino-americanos sobre a eleição presidencial

Este estudo realizado em 2011 demonstrou uma diferença de preferência eleitoral entre a imprensa brasileira e a de países da América Latina (os primeiros contrários à candidatura do governo e os segundos, favoráveis), apesar de haver uma similaridade ideológica entre os mesmos. Como isto se explica?

Retomando os conceitos de *Ação Direta do Capital*, na qual os interesses do capital cada vez mais se expressam por uma não intermediação da esfera pública política, enquanto a imprensa brasileira expressa interesses do capital local, no qual é preciso fragilizar as estruturas políticas para que elas fiquem ainda mais reféns dos seus interesses; nos outros países do continente latino-americano, a manutenção do *status quo* no comando político brasileiro é interessante devido a estratégia geopolítica do mesmo que tem privilegiado os negócios com o continente.

Há um dado objetivo nesta conjuntura: a vinculação do Partido dos Trabalhadores a movimentos sociais e sindicais que, por sua natureza, impõe determinadas bandeiras sociais que passam, necessariamente, pela manutenção de programas de redistribuição de riquezas e questionamento de privilégios. Entretanto, por ser um governo de frente política, em que convivem também partidos mais próximos ao grande capital, a fragilização desta articulação política governamental interessa para que ela fique ainda mais refém das pressões do capital. Ainda que seja vitoriosa, o “tamanho” desta vitória necessita ser “controlado”. Um episódio que demonstra isto, não desta eleição mas a de 2002 quando começa o ciclo petista no poder, foi a famosa *Carta aos brasileiros* lançada pelo comando da campanha de Lula, na qual ele se comprometia a manter os

“contratos” estabelecidos, o que significa não mexer nos interesses do grande capital especulativo.

Já nos países latino-americanos, a geopolítica do governo petista interessa à parcela do empresariado. Isto porque um dos itens da política externa brasileira é o fortalecimento das relações comerciais com estes países. A cobertura do jornal *Clarín* é bastante explícita nesta questão – ela foi feita tendo como base o que seria mais interessante para o empresariado argentino. O interessante é que a cobertura favorável à candidata Dilma não se deu por uma postura crítica ao candidato de oposição mas pela “não cobertura” – eles (Serra e Marina Silva) foram praticamente ignorados.

Em parte este comportamento pode ter acontecido por conta das pesquisas indicarem a provável vitória da candidatura da situação. Desta forma, a orientação editorial da cobertura destes jornais foi mais no sentido de verificar as perspectivas de relação com estes países no novo governo petista. O que salta aos olhos, porém, é que, a despeito dos esforços governamentais de intensificar as relações econômicas e políticas, prevalece ainda o desconhecimento, a ponto do jornal do México chamar as eleições brasileiras de “eleições cariocas”.

3.7 – As revistas de comportamento e a consolidação de estereótipos raciais

Um dos produtos mais marcantes do jornalismo contemporâneo são as publicações segmentadas, cuja expressão mais visível são as revistas de comportamento. Tais publicações apresentam estilos de vida manifestados por comportamentos estéticos e de consumo.

Neste campo, observa-se a consolidação de determinados padrões estéticos e estereótipos com conotações étnicas. No caso do Brasil, país marcado profundamente pela predominância do racismo, os conteúdos destas publicações contribuem para a manutenção da ideologia do branqueamento.

A ideologia do branqueamento se legitima pela disseminação de uma normatividade associada aos fenótipos brancos. Esta disseminação ocorre dentro do discurso dos meios de comunicação definido por Muniz Sodré que como um espaço sócio-técnico de

reconstrução da realidade vivida.¹³⁴. Esta reconstrução da realidade opera ideologicamente a partir dos seguintes vieses:

a-) estruturalmente como uma instituição que se conforma com as estruturas de poder, tendendo a conservar os valores consolidados;

b-) funcionalmente expressando os valores dos seus operadores travestindo operações de seleção, combinação e hierarquização como de caráter tecnicista.

O cenário social reconstruído midiaticamente reforça valores de relações étnicas situadas no parâmetro conceitual definido pelo antropólogo Darcy Ribeiro, de *tolerância opressiva* definida por ele como “tolerar o outro para reinar sobre seus corpos e mentes”¹³⁵ (RIBEIRO, 2006), característica típica de um racismo assimilacionista. A este respeito:

A tolerância opressiva explica um processo de dominação que, ao mesmo tempo, convive lado a lado com o diferente, porém tal convivência não é fruto de um respeito à diversidade, mas sim tem o objetivo de oprimir constantemente o outro. A existência do outro em condições permanentemente inferiores, subalternas, reforça e legitima a supremacia (...) Desta forma, o elemento fundante para o exercício da tolerância opressiva é de caráter ideológico: é necessário constituir discursos ideológicos de caracterização específica dos grupos étnicos que justifiquem a supremacia de um sobre o outro. Se a segregação não existe legalmente do ponto de vista territorial; ela existe no plano simbólico que também tem consequências materiais e, de quebra, territoriais.¹³⁶

A presença negra no cenário social brasileiro sempre causou “incômodos”, mesmo no projeto liberal-republicano. Isto é de vital importância, pois a atividade jornalística praticamente se confunde com a aventura da modernidade e, por conseguinte, da construção da democracia liberal. Assim, os valores democráticos e de liberdade de expressão intrínsecos à atividade midiática no Brasil se travestem dos incômodos com a presença dos afrodescendentes. Por isto, a reconstrução social operada pela indústria midiática brasileira opera dentro destes parâmetros de desconfortos com a presença negra resolvendo-os a partir de mecanismos discriminatórios não necessariamente explícitos ou segregacionistas, mas de tolerância opressiva.

¹³⁴ SODRÉ, 2006

¹³⁵ RIBEIRO, 2006

¹³⁶ (OLIVEIRA, 2008: p. 74)

A dimensão da opressão ocorre no reforço da branquitude normativa, na eleição do paradigma estético e formal branco como o referencial e os demais que se afastam dele como desviantes.

Outro aspecto importante a ser considerado nesta ação da mídia é o seu caráter contemporâneo de atuação como príncipe eletrônico. Este conceito, proposto por Otávio Ianni¹³⁷, aponta para uma situação muito particular da mídia nos tempos de hoje – a de transfigurar, silenciosamente, sociedade em mercado; ideologia em mercadoria e cidadão em consumidor.

Uma indústria midiática já formada dentro de um paradigma republicano marcado pela exclusão e pelo racismo ao se conformar com uma ordem em que os valores liberais são paulatinamente colonizados por valores da esfera mercantil privada tem consequências ainda mais impactantes para a discussão do racismo dentro de uma perspectiva de superação política. As hierarquias raciais historicamente construídas são naturalizadas dentro de paradigmas mercadológicos que se apresentam como técnicos e neutros.

Diante disto, realizou-se uma análise quantitativa e qualitativa de periódicos impressos segmentados – publicações tematizadas ou destinadas a públicos com interesses específicos – que, pela sua natureza, ao venderem *estilos comportamentais e de vida* aproximam sobremaneira o discurso jornalístico do discurso publicitário, pois o fato noticiado se coaduna com *comportamentos de consumo*.

A análise foi realizada no ano de 2010 com as seguintes revistas: Playboy, Nova, Atrevida e Veja. Para efeitos de comparação, foram analisadas no aspecto quantitativo as publicações dos EUA congêneres – Seventeen, Playboy (EUA), Cosmopolitan e Time.

3.7.1 – Análise quantitativa¹³⁸

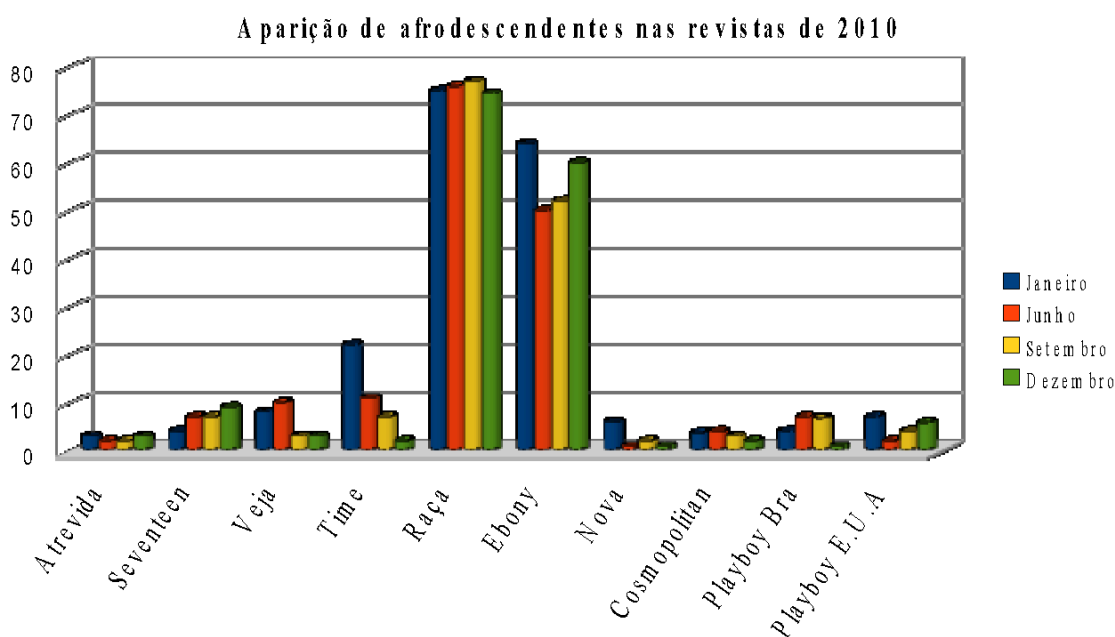
Para efeitos de análise quantitativa, foram medidas a presença de negros e negras em imagens de matérias jornalísticas e propagandas, textos que tratem de personagens negras, entre outros. O espaço destinado foi comparado ao total de espaço oferecido pela revista e com isto calculados os percentuais por trimestre, tendo em vista as

¹³⁷ IANNI, 2003

¹³⁸ A pesquisa quantitativa no Brasil e Estados Unidos foi realizada pela bolsista Lunalva de Oliveira em projeto de iniciação científica sob a orientação do autor deste artigo e realizado em 2010.

diferentes periodicidades de cada revista. Esta operação foi realizada com os periódicos selecionados no Brasil e nos Estados Unidos no ano de 2010, chegando-se ao resultado demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico I



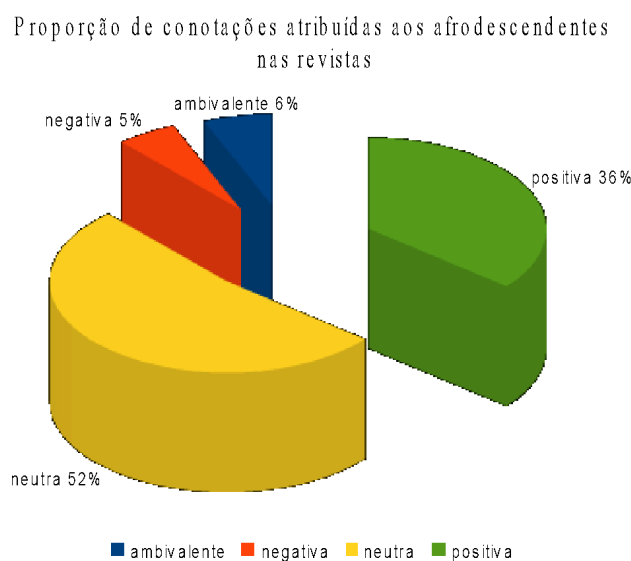
O que se percebe com o gráfico acima é que, exceto nas revistas segmentadas direcionadas especificamente aos afrodescendentes, a presença de negros na mídia dos EUA é **ligeiramente maior** que no Brasil - a média no Brasil, excetuando as revistas étnicas (Raça e Ebony), é de 8,7% contra quase 9% dos EUA. A diferença seria insignificante não fosse pelo detalhe que a população negra no Brasil é, segundo os dados oficiais, superior a 50%¹³⁹ contra 15% nos EUA. A distorção, portanto, no Brasil é muito maior que nos Estados Unidos.

A pouca aparição de negros na mídia passa por filtros de seleção que elegem determinadas qualidades reforçadoras de estereótipos (positivados ou negativados) que cristalizam determinados lugares sociais de permissão de presença negra. Por exemplo, ao destacar as qualidades artísticas e lúdicas de negros reforça-se um lugar construído ideologicamente de tolerância de presença do negro, ao mesmo tempo em que reforça a negação da presença de outro que exigiria competências outras que não as mesmas que

¹³⁹ O índice de quase 50% de negros refere-se a soma dos que se autodenominaram “pretos” (7,61%) e “pardos” (43,13%) no Censo do IBGE

garantem um sucesso no campo lúdico. Por isto, analisando as poucas matérias em que existe a presença negra, nota-se certo equilíbrio entre menções positivas, neutras ou negativas, conforme se verifica no gráfico abaixo:

Gráfico II



Para efeitos desta análise, consideramos aparições *ambivalentes* em que a imagem do negro(a) está inserido em um contexto onde aparecem tanto considerações negativas como positivas; *neutras* onde há apenas e tão somente o registro factual da presença negra sem a combinação aparente de elementos que permitam uma avaliação valorativa; *positiva* em que a imagem do negro(a) está cercada de indicadores de valorização ou até mesmo de condenação de práticas preconceituosas e *negativa* quando o discurso infere práticas preconceituosas e de estereotipia negativa do negro.

Desta forma, a maior presença positiva de negros não significa uma não opressão, mas sim a dimensão da *tolerância* combinada com a *opressão* da pouca visibilidade.

3.7.2– Análise qualitativa¹⁴⁰

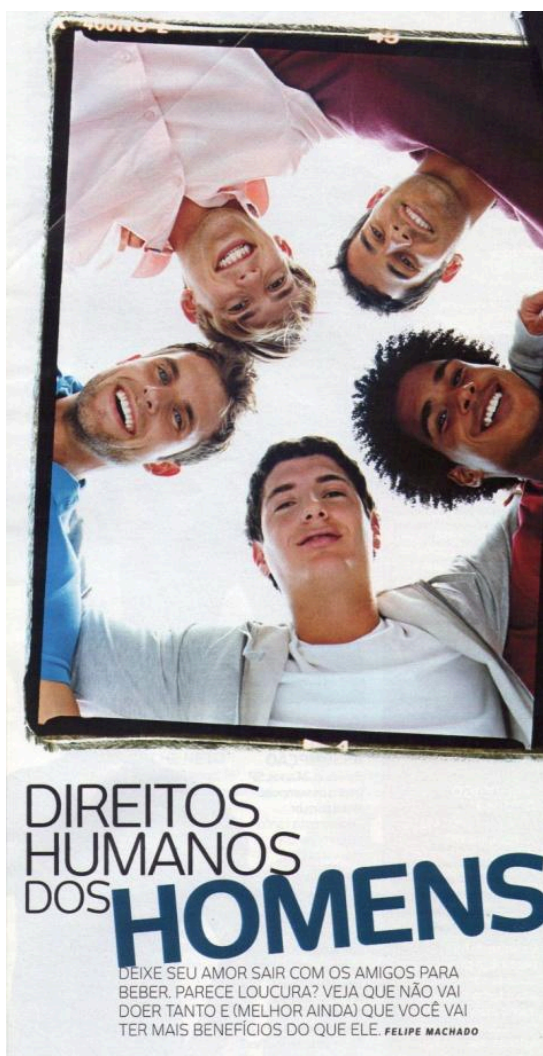
¹⁴⁰ A análise qualitativa foi realizada em conjunto com a bolsista Júlia Mega, em projeto de iniciação científica realizado em 2010 e 2011.

A pequena aparição de negros e negras na mídia passa por filtros. Na análise das publicações selecionadas, identificamos alguns filtros pelos quais a presença negra é tolerada e, diante disto, são construídos valores.

3.7.2.1– Estratégia da minorização

Os negros e negras sempre são colocados em situações em que aparecem ou solitários ou como minorias, cercados de brancos.

Figura 1 – Reprodução de página da revista Nova de set/2010

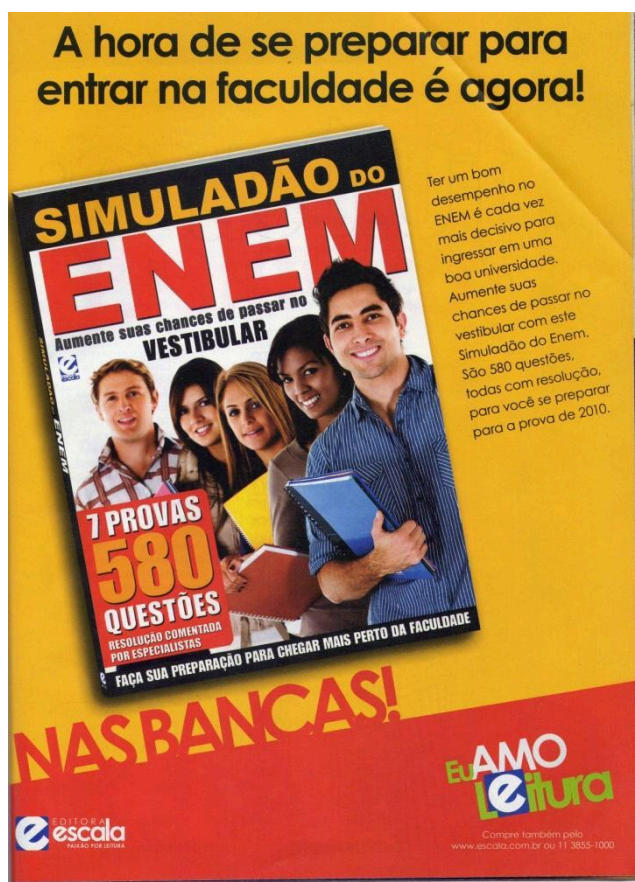


Na abertura do artigo acima publicado na revista Nova, de setembro de 2010, percebe-se a presença de um homem negro em torno de vários outros homens brancos.

Esta tem sido a quase regra de aparição de negros em anúncios publicitários e em imagens que tenham a presença negra, quase nunca se verifica uma imagem com várias pessoas negras – ou ele aparece só ou acompanhado de brancos, denotando-se a idéia de um *corpo estranho*.

Percebe-se isto também no anúncio abaixo publicado na revista *Atrevida*, de outubro de 2010:

Figura 2 – Reprodução de página da revista *Atrevida* de out/2010



3.7.2.2– Difamação estética

Nos temas referentes à moda, estética e beleza, elementos estéticos mais característicos dos afrodescendentes são difamados ou classificados de forma negativa.

Na seção *Sexy ou Over*, também da revista *Nova*, percebe-se que são classificadas como *sexy* opções estéticas mais utilizadas por mulheres brancas e aquelas que advêm da estética de mulheres negras são classificadas como *over*, isto é exagerado, uma

dimensão da sensualidade acima da medida, conforme define a própria revista. Exemplos abaixo:

Figura 3 – Reprodução de página da revista Nova



Nesta edição da revista Nova, de junho de 2010, a primeira imagem de uma mulher dentro da coluna *Over* é uma mulher com pele mais escura; logo abaixo aparece uma mulher branca mas usando *dread locks*, tipo de penteado oriundo dos negros rastafáris.

Vejamos outra edição da mesma revista, do mês de maio de 2010:

Figura 4 – Reprodução de página da revista Nova

isto é quente!

Tudo o que você queria saber sobre a medida da sensualidade e não tinha coragem de perguntar.

SEXY X OVER

JULIANA ALI

Legging com maxicamiseta	Legging com top curto
Paletó de paetês	Microshort de paetês
Correntinha fina no pescoço	Correntinha fina no tornozelo
Minivestido de mangas compridas	Minivestido adesivo (a não ser que você seja magérrima)
Trança embutida	Tererê
Copiar o corte de cabelo da Fernanda Vasconcellos	Adotar o novo penteado da Rihanna
Óculos coloridos	Óculos estampados
Ankle boot tipo caubói com minissaia jeans	Ankle boot tipo caubói com vestido de festa
Look hi-lo (misturar caro e barato)	Total look (virar cabide de uma grife só)
Pontinhos de strass nas orelhas	Colar de strass imitando joia
Dar um nó na faixa do trench coat em vez de fechar a fivela	Usar um cinto grande demais e deixar a ponta sobrando

FOTOS: REGINALDO TEIXEIRA (RAICA), CIDA SOUZA (FERNANDA), VICTOR ALMEIDA (ÓCULOS COLORIDOS), MAURICIO MELO (BARBARA), ANA CECILIA AICOLI (MODELO), DIVULGAÇÃO (RIHANNA), CICERO RODRIGUES (ÓCULOS ESTAMPADOS), THIAGO BERNARDES (NATÁLIA)

WWW.NOVA.COM.BR

NOVA, MARÇO 2011, 27

Aqui se verificam duas informações eivadas de caráter preconceituoso: primeiro a referência ao cabelo da cantora negra Rihanna como *over* – portanto classificando a imagem de uma celebridade negra como acima do limite desejável da sensualidade - e também o tererê, tipo de trança muito utilizada por meninas negras.

3.7.2.3– Objetificação radicalizada da mulher negra

A mídia objetifica a mulher ao colocá-la dentro da perspectiva de um objeto de consumo, daí a sua forte presença imagética nos meios de comunicação como participante de um pacote de venda de sonhos.

As publicações masculinas, principalmente aquelas com viés erótico, trabalham nesta perspectiva. Entretanto, não é este o objeto de discussão do artigo, e sim o seu ponto de

partida para apontar que, no caso específico da mulher negra, há uma *radicalização* da sua objetificação.¹⁴¹

Nas poucas vezes em que modelos negras posam para a revista Playboy é ressaltado o caráter de puro objeto sexual, acima inclusive das suas qualidades profissionais. No caso de mulheres brancas, o discurso da Playboy inverte: a nudez das mulheres vai no sentido de revelar uma *face oculta* de uma mulher que se estabeleceu como celebridade por atributos outros (em geral como atriz de telenovela da Globo). No caso da mulher negra, o fato dela ser atriz aparece como um *plus*, uma cereja no bolo, pois o que se ressalta nela é o fato de ser uma mulher “gostosa”, resgatando a ideia da *mulata* como objeto de desejo sexual do senhor de escravos.

Vejamos o texto de apresentação do ensaio da atriz negra Juliana Alves, de autoria de Ancelmo Góis, publicado na revista Playboy, de outubro de 2009:

Figura 5 – Reprodução da capa da revista Playboy de outubro/2009

¹⁴¹ Em novembro de 2013, a revista Playboy junto com um conjunto de agências de notícias lançou uma campanha intitulada “Constituição do Homem Livre” que, entre outras coisas, dizia que “os homens adoram ver uma bunda (feminina) passar” e que “os homens merecem férias anuais de 30 dias do casamento”. Segundo os idealizadores desta campanha, ela decorre do que chamam de “masculinidade sufocada” por conta do avanço das reivindicações feministas e perda do “protagonismo masculino” e da opressão do “politicamente correto”. O texto da campanha está na edição on line da revista Meio e Mensagem:

http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2013/12/02/Playboy-sai-em-defesa-dos-homens-acuados.html?utm_campaign=playboy_homens&utm_source=facebook&utm_medium=facebook
acessado em 02/12/2013.



“Juliana Alves, 27 anos, lindeza em forma de mulher, é produto da evolução da espécie. É o final feliz de uma história que começou a exatos 500 anos, quando o navegante português Diogo Álvares Corrêa, o Caramuru, naufragou na costa baiana e se casou com a índia Catarina Paraguaçu, dando início ao processo de miscigenação entre raças no Brasil. A raça foi enobrecida entre os séculos 16 e 19, com a chegada dos africanos. Mistura para cá, mistura para lá... produziu esta supermulata cheia de graça que **ainda por cima** é atriz, bailarina, estudou psicologia na Uerj e militou na ONG Criola. Benza a Deus!” (grifos meus)

O texto acima folcloriza e despolitiza o processo histórico das relações raciais, minimiza a trajetória artística e intelectual da atriz Juliana Alves e a classifica como uma *supermulata*. Isto em se tratando de uma atriz de relativo sucesso na maior emissora de televisão do Brasil.

Percebe-se uma radicalização ainda maior da presença da mulher negra na revista Playboy: a transformação delas em meras *bundas*. Em um concurso feito pela revista da “bunda mais bonita do Brasil”, várias modelos foram submetidas à votação dos leitores no site da revista e as mais votadas tiveram a imagem das suas nádegas publicadas na edição de outubro de 2010 da revista.

Quando se tratava de mulheres negras, as fotos publicadas sequer se preocupavam em mostrar o rosto: apenas a bunda. Já as mulheres não negras, embora as fotos focassem as suas nádegas, todos os seus rostos eram mostrados.

Figura 6 – Reprodução de página da revista Playboy de outubro de 2010



Esta perspectiva da objetificação radicalizada da mulher negra se coaduna com a ideia de uma sensualidade *over* implícita na revista Nova, isto é, a estética negra está muito mais voltada para o *promíscuo*, para o *pecado sexual* e, portanto, é tolerado dentro de uma dimensão do escondido, do irreverente, do exótico e não como parte do processo social brasileiro.

3.8 – Assimilação controlada

As duas análises, guardadas as suas diferenças de objetos e de perspectivas metodológicas, encontram-se num ponto: a subsunção de toda a dimensão política, seja no campo mais estrito (as eleições), seja no campo mais amplo (os comportamentos, as relações étnico-raciais, as imagens construídas, valores) aos interesses do capital. Ao contrário do que se espera em uma perspectiva liberal clássica em que as estruturas de mediação política atuam como contraponto ao capital, no sentido de preservação de determinados direitos e de princípios de igualdade, as duas análises demonstram o inverso – a paulatina e constante colonização da esfera privada do capital sobre a esfera pública política.

Assim, em nome de uma pretensa “audiência” ou de atender a “preferência” e “gosto” dos consumidores das publicações, consolida-se estereótipos racistas não de forma explícita mas dentro de uma ótica da assimilação controlada – a tolerância opressiva. Em outras palavras, pequenos espaços permitidos dentro de lógicas que propiciem exploração mercadológica. Assim, mulheres negras são objetos sexuais; mais ainda, as mulheres negras são reduzidas a meras bundas como objetos de consumo de homens; seus comportamentos estéticos são excessivos na perspectiva “feminina”; homens negros e mulheres negras são minorizados, exóticos e tem seus espaços permitidos apenas no espaço lúdico.

Tendo em vista que a população negra brasileira é mais de 50%, impõe-se uma visão de mundo de uma impossibilidade de autonomia política, legitimando, assim, controles de sistemas de poder voltados a uma minoria privilegiada. O racismo aqui não é uma dimensão apenas e tão somente comportamental, mas de natureza política e se expressa desta forma como um dos mecanismos da “ação direta do capital” que transforma o conceito de “interesse público” em “preferência DE um determinado público”.

4 – Dilemas do jornalismo na civilização capitalista

4.1 – Capitalismo como civilização

Um argumento para explicar esta caracterização do jornalismo dissociado do interesse público reside na sua mercantilização recente. De fato, como empresa capitalista – e monopolizada – para a indústria jornalística o que se pretende é vender um produto. Assim, se a demanda por determinados bens simbólicos existe, nada mais natural que esta indústria atenda a esta demanda.

Muitos dos profissionais do jornalismo, principalmente os que ocupam cargos de direção, apresentam esta argumentação quase como um “habeas corpus” contra qualquer crítica que se faz ao jornalismo contemporâneo. Algumas empresas, inclusive, justificam determinadas pautas, abordagens, angulações, nesta perspectiva. Por exemplo, vários estudos demonstram o pequeno espaço que os países da América Latina ocupam nas páginas internacionais em favorecimento a uma presença maior da Europa e EUA.

Os editores das seções de internacional da mídia hegemônica são quase que unânimes em afirmar que isto ocorre porque os leitores dos jornais brasileiros são pessoas de classe média e que viajam ou querem viajar para estes países, portanto pouco importa o que ocorre nos vizinhos latino-americanos. Este argumento persiste mesmo com uma mudança recente na estratégia geopolítica do Brasil, mais voltada para América Latina e África, que tem levado várias empresas (e, portanto, executivos, negociantes e trabalhadores em geral) para tais países.

Em relação às imagens estereotipadas de afrodescendentes nas revistas de comportamento, o argumento vai ao mesmo diapasão. Seguindo o padrão da mídia da sociedade brasileira, que admite a existência do racismo, mas individualmente quase que ninguém se considera racista, estes discursos eivados de estereótipos e preconceitos raciais como foi visto no capítulo anterior são justificados pelas demandas do mercado. Que demanda? Por brincadeira, futilidade, vaidade, diversão... Uma dimensão em que a seriedade e as consequências políticas são desconsideradas e esvaziadas.

De outra parte, algumas perspectivas críticas da mídia também consideram os problemas como fruto da estrutura do capitalismo. Entretanto, a visão de capitalismo

apenas na lógica economicista – seja favorável ou contrária – é limitante para se perceber, primeiro, a profundidade e a complexidade deste fenômeno do jornalismo; e segundo, para se pensar em alternativas que não fiquem apenas no mero chavão “revolucionário”.

Para tanto, propõe-se entender o capitalismo para além da sua mera dimensão econômica e entendê-lo como uma *civilização*, na perspectiva apontada pelo professor Fábio Konder Comparato.

Para Comparato¹⁴², a civilização humana como conceito macro pode ser definida como uma estrutura societária onde existem três características: 1º) um sistema de hierarquias sociais que se configuram como estrutura de poder; 2º.) um espírito coletivo (como síntese de uma mentalidade e sistema ético compartilhado) e 3º.) uma base geoeconômica.

Assim, o capitalismo, mais que um modo de produção, pode ser entendido como uma civilização, pois reúne estas características de forma tal que a singulariza perante outros modelos civilizatórios precedentes.

A estrutura de poder da civilização capitalista tem uma característica própria que é a sua *anomia*. A classe dominante, a burguesia, exerce o seu poder por meio de instituições burocráticas expressas tanto na figura da anômica *empresa capitalista* como na *burocracia do poder de Estado*. E à medida que o capitalismo se desenvolve, entrando nas suas etapas industrial e pós-industrial, estes processos se acentuam.

Retoma-se a ideia de poder de Foucault¹⁴³ quando o pensador francês fala da punição exercida não mais pela vontade despótica do soberano, mas pelo conjunto de instituições e dispositivos discursivos do Direito moderno.

Comparato afirma a respeito das estruturas de poder no capitalismo:

Entrou em cena um novo centro de poder supremo, a moderna organização estatal, cuja legitimidade, segundo Max Weber repousava no monopólio legítimo da coação física (*Monopollegitimen physischen Zwanges*). Sustentou ele que o Estado moderno constituía uma organização impessoal (burocrática) de poderes públicos. Na verdade, o que se verificou é que, por trás do aparato burocrático, atuava sempre uma minoria de poderosos, agindo no seu próprio

¹⁴² COMPARATO, 2013

¹⁴³ FOUCAULT, 1984

interesse e benefício. Os órgãos oficiais do Estado, portanto, na grande maioria dos casos, apenas aparentemente são públicos.¹⁴⁴

O aparato burocrático como modelo de poder possibilitou uma originalidade em termos de estrutura de poder na civilização capitalista que foi a dissociação da dimensão religiosa. É a primeira experiência civilizatória em que há uma separação do poder instituído do poder religioso, uma vez que o discurso do poder se exerce por meio de uma pretensa razão universalizante.

Graças a isto, Comparato¹⁴⁵ afirma que a civilização capitalista foi a primeira que se universalizou, isto é, não tem um território específico definido e praticamente incorporou todas as experiências societárias, religiosas e tradicionais. É a experiência pioneira de uma *civilização mundial*.

As hierarquias sociais foram sendo construídas com base nos repertórios informativos. Desta forma, a autoridade na civilização capitalista reside no repertório de informações e é desta forma que se forma o poder da burocracia administrativa estatal e da burocracia administrativa privada: o controle das informações necessárias para que os processos produtivos fluam. Com base nesta distinção, forma-se o que Gramsci chamou de “Sociedade Política”, ou o *Estado stricto-sensu*, isto é, todo o aparato tecnoburocrático que movimenta a máquina estatal¹⁴⁶.

Desta forma, aquela estrutura que deveria ser a representação da sociedade civil constrói uma alternativa relativa a esta à medida que se transforma em um máquina cujo funcionamento complexo fica na dependência deste quadro tecnoburocrático.

Hannah Arendt, no texto *O que é autoridade* afirma que a autoridade se exerce garantindo a obediência sem recorrer à persuasão e nem a violência (coação física). Portanto, a autoridade, para existir, necessita de elementos de legitimidade. Em tempos remotos, Arendt afirma que a autoridade era a garantia de tornar o passado presente e de garantir certa estabilidade (ou segurança) no futuro. Os *repertórios* adquiridos em experiências passadas servem, assim, como elementos legitimadores desta forma de

¹⁴⁴ (COMPARATO, 2013: p. 105)

¹⁴⁵ IDEM

¹⁴⁶ Ver a este respeito os *Cadernos do Cárcere*, volumes II e V de Antonio Gramsci (Tradução Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

autoridade, assim como a pretensa garantia de uma previsibilidade (no sentido de um futuro sem mudanças abruptas, construído a partir da referência do passado).¹⁴⁷

Estes mecanismos de legitimação aparecem, sobretudo, nas autoridades religiosas e/ou de espaços tradicionais. Por serem organizações pré-modernas, a autoridade se exerce pela garantia da manutenção das tradições. Entretanto, mesmo na sociedade moderna, alguns espaços ainda eivados de aspectos tradicionais, como a família e a escola esta forma de autoridade aparece.

O *autoritarismo* é, para Arendt¹⁴⁸, um sistema político no qual o poder se assenta pelo exercício pleno da autoridade – daí que nos regimes autoritários, as mudanças são pequenas e rigidamente controladas – e se manifesta por rígidas hierarquias sociais.

A importância destas considerações sobre autoridade e autoritarismo é verificar como estes processos se modificam radicalmente na civilização capitalista. O poder burocrático da civilização capitalista não se assenta em uma autoridade baseada na manutenção de tradições passadas, mas sim em um uso instrumental dos conhecimentos para que se gerencie processos futuros. É a autoridade da *razão instrumental*. O discurso da autoridade moderna é a da garantia de um futuro *melhor* que o presente e não da *manutenção* de valores do passado.

Tendo cedido em sua autonomia, a razão tornou-se um instrumento. No aspecto formalista da razão subjetiva, sublinhada pelo positivismo, enfatiza-se a sua não-referência a um conteúdo objetivo; em seu aspecto instrumental, sublinhado pelo pragmatismo, enfatiza-se a sua submissão a conteúdos heterônomos. A razão tornou-se algo inteiramente aproveitado no processo social. Seu valor operacional, seu papel de domínio dos homens e da natureza tornou-se o único critério para avaliá-la.¹⁴⁹

A apropriação desta razão instrumental é a forma de fazer movimentar a máquina da civilização capitalista e o elemento legitimador das hierarquias sociais. É por esta razão que o sistema escolar vai paulatinamente passando de um espaço de mera erudição e absorção de repertórios para o de treinamento e preparação para ser operador da máquina capitalista.

É por conta disto que o poder na civilização capitalista também se exerce, conforme afirma Gramsci, no âmbito da chamada Sociedade Civil por meio dos “aparelhos

¹⁴⁷ (ARENDT, 2009: pp. 127-188).

¹⁴⁸ *idem*

¹⁴⁹ (HORKHEIMER, 2002: p. 29)

privados de hegemonia”¹⁵⁰. Os valores intrínsecos à lógica da civilização capitalista são disseminados nas várias instâncias da vida cotidiana: família, escola, Igreja, mídia, entre outros.

Entretanto, é preciso destacar a afirmação de Comparato que “constitui um dos múltiplos ludíbrios do sistema de dominação capitalista sustentar que ele independe do Estado e se esforça por limitar o poder estatal, em nome da livre iniciativa”.¹⁵¹ O jurista brasileiro cita Fernand Braudel que afirma que “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado e é o Estado”.¹⁵²

Comparato faz um breve histórico das relações da burguesia europeia e norte-americana desde a sua ascensão até a sua consolidação no poder com as estruturas estatais de cada momento, alianças com grupos religiosos, monárquicos, nobreza e estamentos políticos. Em cada um dos momentos, os interesses da classe burguesa foram se articulando com cada um deles, dando formatações distintas às estruturas de poder estatal. É este caráter móvel, dinâmico e plural das experiências de poder que caracteriza a civilização capitalista e a singulariza em relação a demais experiências civilizatórias.

Isto ocorre porque o poder do capitalismo é “oculto ou dissimulado”¹⁵³, capaz de combinar com algumas formas de liberdade e até “à sombra da soberania do povo”¹⁵⁴

Na verdade, o capitalismo sempre se apresentou na História como defensor dos nobres valores e ideais. Da filosofia do Iluminismo, a burguesia reteve e proclamou, com suas bandeiras de ação, a liberdade individual e a igualdade perante a lei.¹⁵⁵

A dissimulação e ocultação do poder são possíveis por conta da impessoalidade da tecnoburocracia (o fetichismo das normas e das técnicas) e do exercício do poder ideológico. Assim, os valores disseminados como estilos de vida são formas de exercício do poder, assim como os discursos legitimamente expressos como verdadeiros (a “vontade da verdade” de Foucault) e as técnicas consagradas nas instituições, inclusive o jornalismo. O poder da civilização capitalista se manifesta, assim, no formato dos dispositivos foucaultianos atravessando diversos momentos institucionais

¹⁵⁰ GRAMSCI, A.

¹⁵¹ (COMPARATO, op cit, p. 105)

¹⁵² idem

¹⁵³ Idem, p. 123

¹⁵⁴ (TOCQUEVILLE apud COMPARATO, op cit, p. 124).

¹⁵⁵ (COMPARATO, op cit, p 125)

ou não da vida. Este caráter móvel, oculto e dinâmico do poder da civilização capitalista é que permite que esta experiência civilizatória tenha capacidade de adequação a diversos territórios e experiências sócio-culturais.

4.2 – Jornalismo, conhecimento e capitalismo

Dentro desta civilização capitalista, o jornalismo aparece como uma das atividades sociais mais características. É uma das principais manifestações deste ludíbrio da burguesia em se apresentar como independente do poder de Estado.

Vários autores desmentiram esta ideia, desde Louis Althusser que considera os meios de comunicação como um “aparelho ideológico do Estado”¹⁵⁶ a Noam Chomsky no seu estudo famoso feito com Edward Herman intitulado “O consenso fabricado” em que ele define o jornalismo como *máquina de propaganda*.¹⁵⁷

Para além destes modelos denunciistas que tem a sua importância, entretanto ficam presos a uma postura *condutivista* da atividade que praticamente não deixa margens de superação da mesma a não ser que houvesse uma mudança radical na estrutura, é necessário verificar os aspectos contraditórios inerentes e internos a ela.

Se a civilização capitalista tem como uma das suas principais características a sua flexibilidade na adequação a distintos contextos sócio-culturais, isto propicia também a abertura de mais e mais contradições dentro dos processos internos do próprio capitalismo. Em outras palavras, na mesma lógica onde reside a sua força, estão também os seus pontos de fraqueza.

No caso do jornalismo, a contradição está presente na sua própria natureza de ser uma forma de conhecimento da realidade cristalizada na singularidade dos fenômenos, isto é, na sua apropriação empírica imediata.

As informações que circulam entre os indivíduos na comunicação cotidiana apresentam, normalmente, uma cristalização que oscila entre a singularidade e a particularidade. A singularidade se manifesta na atmosfera cultural de uma imediatividade compartilhada, uma experiência vivida de modo mais ou menos direto. A particularidade se propõe no contexto de uma atmosfera subjetiva mais

¹⁵⁶ (ALTHUSSER, 2001)

¹⁵⁷ (HERMAN & CHOMSKY, 2003)

abstrata, no interior da cultura, a partir de pressupostos universais geralmente implícitos, mas de qualquer modo naturalmente constituídos na atividade social. Somente o aparecimento histórico do jornalismo implica uma modalidade de conhecimento social que, a partir de um movimento lógico oposto ao movimento que anima a ciência, constrói-se deliberada e conscientemente na direção do singular.¹⁵⁸

Destaca-se aqui a ideia de “imediaticidade compartilhada” e “experiência vivida de modo mais ou menos direto”. Genro Filho define o jornalismo como uma forma de conhecimento cristalizada na dimensão do singular que é produto desta imediaticidade compartilhada. Daí que ele está em perspectiva distinta do “particular”, produto de uma subjetividade abstrata e, portanto, presente na expressão artística; e do “universal”, típico do discurso científico em que as singularidades são sintetizadas nas grandes narrativas.

As teorias críticas do jornalismo se centram na forma que tal imediaticidade compartilhada é apropriada pelo jornalismo. Entretanto, a sociedade contemporânea aponta para algo além disto: *qual imediaticidade é compartilhada atualmente?* Diante disto, tem-se as seguintes premissas ou hipóteses:

1º.) A sociedade líquido-moderna de que fala Bauman¹⁵⁹ individualizou ao extremo os sujeitos a ponto das relações sociais se liquefazerem e se transformarem meramente em conexões voláteis, descomprometidas e construídas apenas e tão somente para expressar o desejo de usufruir o prazer máximo. Com isto, reduzem-se e ficam extremamente superficiais as experiências coletivas compartilhadas.

Bauman fala da “guetificação voluntária” e da destruição do espaço público, Chauí fala da destruição da esfera pública política por meio da substituição dos debates racionais pelas sensações captadas.

Com esta atomização constante da sociedade capitalista, impulsionada pelas mudanças nos paradigmas de produção, não há uma percepção de coletividade por parte dos sujeitos. É a tal multidão solitária que muito fala mas pouco compartilha em termos de experiências coletivas.

2º.) A redução das imediaticidades compartilhadas propicia um ganho de espaço significativo no discurso jornalístico da “particularidade”, isto é, as apreensões

¹⁵⁸ (GENRO FILHO, 1989: p.160)

¹⁵⁹ BAUMAN, 2007

particulares dos sujeitos que falam e narram passam a ser a referência do discurso jornalístico. É a transfiguração da opinião para o opinionismo.

Esta situação é favorecida pelo fortalecimento da cultura imagética e do simulacro, onde a verossimilhança ocupa o lugar da veracidade. O que importa é quem fala e como fala e não o que fala.

O conceito de simulacro vem de Baudrillard¹⁶⁰ (1991) que aponta que as representações passam a ter autonomia perante as suas referências, a medida que direcionam a forma de captação destas mesmas.

Hoje a abstração já não é a do mapa, do duplo, do espelho ou do conceito. A simulação já não é a simulação de um território, de um ser referencial, de uma substância. É a geração pelos modelos de um real sem origem nem realidade: hiper-real. O território já não precede o mapa, nem lhe sobrevive. É agora o mapa que precede o território – precessão dos simulacros – é ele que engendra os territórios cujos fragmentos apodrecem sobre a extensão do mapa. É o real, e não o mapa, cujos vestígios subsistem aqui e ali, nos desertos que já não são os do império, mas o nosso. O deserto do próprio real.¹⁶¹

A ideia de simulacro parte do pressuposto, primeiro, de que as representações são construções sobre uma referência e não um reflexo da mesma (lembrando o conto de Jorge Luis Borges da inutilidade de um mapa da mesma escala do território mapeado¹⁶²); e segundo, que tais representações constroem uma legitimidade pela verossimilhança. Com isto, cria-se uma autonomia relativa do universo das representações que direciona a forma de olhar e atuar sobre a realidade percebida. Perspectiva semelhante à proposta pelo pensador Walter Lippmann, do “pseudoambiente” na qual ele afirma que os seres humanos atuam, tomam posições e pensam a partir de um ambiente construído por um universo de representações que deve ser gerenciado por uma classe de especialistas. A diferença de Lippmann, um “neoplatônico” como ele se autodenomina, está em que ele acredita na possibilidade de existir uma classe de “especialistas” que gerenciaria este processo.¹⁶³

Para Genro Filho, o jornalismo potencialmente tem a possibilidade de ser um instrumento revelador de um conhecimento cristalizado na singularidade dos fenômenos, situação esta que abre uma dimensão contraditória na própria atividade.

¹⁶⁰ BAUDRILLARD, 1991

¹⁶¹ (BAUDRILLARD, 1991, p. 8)

¹⁶² Jorge Luis Borges, *História Universal da Infância*, 1935.

¹⁶³ (LIPPMANN, op cit)

... pode-se pensar a cultura em geral e o jornalismo em particular como *práxis*, não apenas como manipulação e controle. De um lado, em virtude da propriedade privada dos meios de comunicação e da hegemonia ideológica da burguesia, o jornalismo reforça a cosmovisão dominante. De outro, a apreensão e reprodução do fato jornalístico podem estar alicerçadas na *perspectiva* de uma cosmovisão oposta e de uma ideologia revolucionária.¹⁶⁴

Mais adiante, o autor aponta referências desta potencialidade transformadora do jornalismo, ao citar Trótski que, no livro *Questões do modo de vida* recomenda aos jornalistas soviéticos no período pós-revolucionário que os leitores não querem lições ou sermões e que um jornal não tem o direito de não se interessar pelo que interessa às massas e que os chamados “fait-divers” sensibilizam grandemente as massas porque são exemplos expressivos do que a vida faz.¹⁶⁵

O que está implícito na proposta de Genro Filho é que a interação social do cotidiano, fazer o ser humano sentir-se agente do fazer história abre possibilidades de conscientização revolucionária tanto quanto a colonização ideológica.

A afirmação do autor tem sentido, porém há limites. O principal deles é que esta imediaticidade compartilhada socialmente é reproduzida simbolicamente de uma forma tal que as suas representações em simulacros constroem uma forma de ver esta própria imediaticidade. Isto ocorre não apenas por conta dos simulacros, mas principalmente pela sua espetacularização. Conforme afirma Guy Debord,

O espetáculo apresenta-se, ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade e como instrumento de unificação. Como parte da sociedade, ele é expressamente o setor que concentra todo olhar e toda consciência. Pelo fato desse setor estar separado, ele é o lugar do olhar iludido e da falsa consciência; a unificação que realiza é tão somente a linguagem oficial da separação generalizada.¹⁶⁶

4.3 – Da autoridade à celebridade

A espetacularização do simulacro transforma o processo mediático em encenações. Daí que há um enfraquecimento do critério de “objetividade” no jornalismo na perspectiva metodológica, de se centrar nos fenômenos verificáveis como ponto de partida de construção da notícia. Principalmente porque há uma forte colonização midiática da vida cotidiana, reforçada pela fragilização dos laços humanos, conforme mostra

¹⁶⁴ (GENRO FILHO, op cit, p, 212)

¹⁶⁵ (idem, p. 219)

¹⁶⁶ (DEBORD, 1997: p. 14)

Bauman, que aponta para um olhar sobre a realidade cada vez mais pautada pelas simulações e pelos espetáculos midiáticos.

Graças a esta situação, observa-se cada vez mais uma tendência ao discurso “assertivo” do jornalismo hegemônico, no fornecimento de opiniões nem sempre pautada em dados objetivamente verificáveis e sim em tomadas de posições que confortam sujeitos isolados e em busca de um discurso com uma narrativa diretiva e pretensamente “objetiva” para lhe dar sentido e conforto. É desta forma que esta narrativa do jornalismo hegemônico contribui para resolver o mal estar da civilização freudiana, dando segurança discursiva para uma liberdade de ser dissociada da interação com o outro.

O agente principal desta narrativa jornalística hegemônica contemporânea também se modifica. Não é mais a autoridade e sim a celebridade.

Autoridade não é a mesma coisa que poder, embora estas duas instâncias se confluem. Autoridade é a instância discursiva que confere *legitimidade* a determinadas práticas sociais; o poder, no sentido foucaultiano, configura-se por dispositivos que produzem determinadas tipologias de comportamento.

Para Arendt¹⁶⁷, não existe um conceito absoluto de autoridade, mas sim um histórico. Segundo a pensadora, a autoridade que se estabeleceu nas sociedades modernas se baseia na articulação dela com a tradição e religião. A autoridade é, então, uma narrativa que busca manter certa estabilidade e previsibilidade das práticas sociais evocando sempre a tradição (um passado que se repete no presente) e a religião (enquanto espaço de reconexão com este passado).¹⁶⁸

As sociedades autoritárias têm rígidas hierarquias sociais, quase como estratificações. A figura que representa melhor esta tipologia de sociedade é a pirâmide, onde a desigualdade é o tom. O discurso autoritário *justifica* a desigualdade e não atua no sentido de reduzi-la. É um discurso de manutenção de privilégios sempre se legitimando

¹⁶⁷ ARENDT, 2009

¹⁶⁸ No texto “O que é autoridade” desta coletânea, Arendt faz um histórico das autoridades desde a Grécia antiga até as revoluções modernas. Segundo ela, a origem conceitual das ideias de autoridade remetem ao pensamento de Platão, em especial em *A República*. A partir deste pensamento platônico, desenvolvem-se as ideias de como articular o isolamento como condição de construção da percepção da essência (Filosofia, fora da caverna) com as ações práticas no coletivo (Política, dentro da caverna).

enquanto espaço de preservação de determinadas tradições (que podem ser de cunho religioso ou não).

Retomando o conceito de Genro Filho de jornalismo como uma forma de apropriação de conhecimento cristalizada na singularidade dos fenômenos, como uma forma de compartilhamento das imediatezidades, é evidente que a sua lógica de conexão permanente com a transformação, com o fazer o mundo humano, é, por si só, *anti-autoritária*.

O jornalismo dissolve toda a estrutura tradicional na máquina de moer processos, de permanente construção/desconstrução do novo, daí que esta atividade se confronta fortemente com estruturas de autoridade tradicional. É disto que resultam os incômodos de cientistas, artistas, educadores e outras personalidades vindas de instituições tradicionais com o jornalismo, manifestados por críticas apocalípticas, rejeição a qualquer forma de interação com os profissionais do jornalismo ou mesmo uma avaliação negativa quanto à legitimidade da atividade no sentido propedêutico.¹⁶⁹

O crescimento da atividade da comunicação de massa, mesmo com estas resistências, ocorre *pari passu* com a crise da autoridade. Arendt¹⁷⁰ (op cit) chama a atenção de que esta crise da autoridade nas sociedades capitalistas decorre da crise da articulação entre ela e a religião e a tradição. E é por isto, inclusive, que a pensadora afirma que a violência passa costumeiramente a ser uma prática do poder.

Visto que a autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida como alguma forma de poder ou violência. Contudo, a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou.¹⁷¹

O capitalismo na fase contemporânea – a sociedade de consumidores ou líquido-moderna para empregar os conceitos de Bauman – tem como características um aumento da velocidade da produção/descarte e a edificação de uma concepção de tempo não linear, mas pontilhista, isto é, fragmentária.¹⁷²

Esta configuração societária não dá margens para a existência de autoridades no sentido tradicional dado por Arendt. Não há passado para ser preservado, não há tradição para

¹⁶⁹ Disso vem, inclusive, os questionamentos quanto ao jornalismo ser um campo de conhecimento acadêmico.

¹⁷⁰ Arendt, op cit

¹⁷¹ (ARENDT, op cit, p. 129)

¹⁷² (BAUMAN, 2008)

ser evocada como elemento legitimador do discurso. A crise da autoridade é produto do próprio capitalismo na sua fase atual. A *civilização capitalista* de que fala Comparato é anti-autoridade na sua lógica. No lugar da autoridade, o que entra são as “falas autorizadas” que transitam entre espaços institucionalizados. Não é quem fala o que importa, mas de que lugar se fala. Os lugares de fala é quem dão a autorização da mesma.

Os meios de comunicação de massa, o jornalismo inclusive, ganham espaço a ponto de se transformarem na nova arena pública. Com isto, passam a ser as instituições de autorizações de falas – daí surgem as *celebridades*.

Disto, resultam duas situações que se complementam:

a-) Os meios de comunicação de massa se transformam em um novo *espaço de legitimidade*, em um poder “de facto”, colonizados pelo capital e guiados pela lógica mercantil-privada.

b-) A lógica presente neste espaço midiático não é a da *autoridade* e sim da *celebridade*, isto é, tem força quem tem visibilidade neste espaço. O discurso da celebridade se guia não por uma referência às tradições que buscam sua perenidade mas principalmente por estilos de vida espetacularizados que se transformam em padrões de comportamento.¹⁷³

Os padrões de comportamento produzem lógicas de consumo que se adequam as novas configurações produtivas do capitalismo. Conforme afirma Marx, a produção é consumo, pois toda forma de produção cria e organiza determinados padrões de consumo. O discurso midiático das celebridades tem esta funcionalidade no capitalismo contemporâneo.

Este discurso “soft” das vidas privadas das celebridades que colonizam cada vez mais o espaço jornalístico tem consequências no debate político reverberado pela mídia. Esvaziado o debate público no sentido da racionalidade, mesmo da razão instrumental, com as relações sociais permeadas pela instantaneidade e um passado descartável pela concepção pontilhista de temporalidade, resta para tal espaço o discurso assertivo e

¹⁷³ Importante notar que mesmo as religiões contemporâneas buscam se adequar a esta lógica do espetáculo midiático, construindo suas legitimidades perante a sociedade não pela defesa rígida de determinadas tradições mas fundamentalmente pela dimensão espetacular dos seus atos litúrgicos, boa parte deles intermediado pelos meios de comunicação de massa.

esvaziado de argumentações, virulento. Não se trata de um discurso autoritário, mas sim violento pois se legitima única e exclusivamente pela desqualificação do outro. Violento por que a palavra violência vem do latim *violentia* que significa ato de força com objetivo de destruir o outro.

É aqui que se confluem os discursos das revistas segmentadas analisadas em que se percebem os estereótipos racistas e machistas mascarados pelo discurso “soft” de matérias comportamentais com o discurso violento na cobertura de campanhas eleitorais. Apesar de atingir públicos diferentes, serem produtos midiáticos diferentes e até serem produzidos por profissionais e empresas distintas, há uma lógica que permeia e unifica estes dois tipos de discursos: ambos fazem parte de uma configuração societária que, ao mesmo tempo em que possibilita a visibilidade de múltiplas oportunidades de consumo e de estilos de vida é extremamente violenta no aspecto político, da esfera pública, condenando práticas sociopolíticas que desagradem as elites no poder. Sintetizando, por trás do grande espetáculo há uma violência sistêmica.

5 – Jornalismo como ação cultural pela emancipação: por uma práxis jornalística alternativa

5.1 – As ideias freireanas de libertação

O educador brasileiro Paulo Freire afirma que sistemas de opressão desumanizam tanto o opressor como o oprimido. Por isto, entende ele que a ação dos oprimidos liberta tanto eles como os seus próprios opressores. Isto porque, segundo Freire, uma relação de dominação implica necessariamente em uma desumanização.¹⁷⁴

Esta afirmação de Paulo Freire vai de encontro da concepção aristotélica de que a servidão de outros é condição *sine qua non* para a liberdade dos “homens livres”. Segundo Arendt, expondo esta concepção de Aristóteles:

O domínio sobre as necessidades tem então como alvo controlar as necessidades da vida que coagem os homens e os mantém sob seu poder. Mas tal domínio só pode ser alcançado controlando a outros e exercendo violência sobre eles que, como escravos, aliviam o homem livre de ser ele próprio coagido pelas necessidades. O homem livre, o cidadão da polis, não é coagido pelas necessidades físicas da vida nem tampouco sujeito à dominação artificial de outros.¹⁷⁵

Esta ideia de que a liberdade de uns depende fundamentalmente da opressão de outros tem origem, segundo a mesma Arendt, na contradição exposta pelo mito da caverna de Platão, entre o isolamento do filósofo na busca da essência e a dificuldade de interação com os demais membros da caverna presos à aparência. Por isto que a ideia de liberdade nesta tradição de pensamento vai no sentido do isolamento e de uma pretensa autonomia perante a outro ou outros.

A grande inovação exposta no pensamento de Freire é pensar que os processos emancipatórios são construídos coletivamente. Para Freire, “ninguém se conscientiza separadamente dos demais. A consciência se constitui como consciência do mundo.”¹⁷⁶ Isto porque para o pensador brasileiro um sistema de opressão objetifica o oprimido e desumaniza o opressor, a medida que constrói uma relação não entre seres humanos mas sim entre um ser que se pretende vivo e outro que se considera objeto. Para fundamentar este pensamento, Freire lembra a ideia de necrofilia fundamentada por Erich From que diz o seguinte:

¹⁷⁴ (FREIRE, 1987)

¹⁷⁵ (ARENDT, op cit, p. 159)

¹⁷⁶ FREIRE, 1987, P. 8

Enquanto a vida se caracteriza pelo crescimento de uma maneira estruturada, funcional, o indivíduo necrófilo ama tudo que não cresce, tudo que é mecânico. A pessoa necrófila é movida pelo desejo de converter o orgânico em inorgânico, de olhar a vida mecanicamente e como se todas as pessoas viventes fossem coisas. Todos os processos, sentimentos e pensamentos da vida se transformam em coisas. A memória e não a experiência, ter e não ser, é o que conta. O indivíduo necrófilo pode realizar-se com um objeto - uma flor ou uma pessoa - unicamente se o possuir; em consequência uma ameaça a sua posse é uma ameaça a si mesmo; se perde a posse, perde o contato com o mundo. Ama o controle e o ato de controlar, mata a vida.¹⁷⁷

Assim, é na perspectiva do *diálogo* que Freire constrói sua ideia de emancipação. “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão”, afirma Freire. A libertação é, assim, uma *práxis coletiva*.

O raciocínio de Freire segue a seguinte lógica: os mecanismos de opressão se expressam, simbolicamente, pela naturalização das condições de hierarquia existentes. É em função desta naturalização das hierarquias que emerge o conceito freireano de *cultura do silêncio*.

Na citação a seguir, Freire aprofunda mais o seu conceito de cultura do silêncio articulando-o com o passado de colonização.

Só é possível compreender a cultura do silêncio se a tomarmos como uma totalidade que é, ela própria, parte de um todo maior. Neste todo maior devemos reconhecer também a cultura ou culturas que determinam a voz da cultura do silêncio. (...) A compreensão da cultura do silêncio pressupõe uma análise da dependência enquanto fenômeno relacional que acarreta diversas formas de ser, de pensar, de expressão, tanto da cultura do silêncio quanto da cultura que tem voz. A sociedade dependente é, por definição, uma sociedade silenciosa. Sua voz não é autêntica, mas apenas um eco da voz da metrópole – em todos os aspectos, a metrópole fala, a sociedade dependente ouve. O silêncio da sociedade-objeto face à sociedade metropolitana se reproduz nas relações desenvolvidas no interior da primeira. Suas elites, silenciosas frente à metrópole, silenciam, por sua vez, seu próprio povo. Apenas quando o povo da sociedade dependente rompe as amarras da cultura do silêncio e conquista o seu direito de falar – quer dizer, apenas quando mudanças estruturais radicais transformam a sociedade dependente – é que esta sociedade como um todo pode deixar de ser silenciosa face a sociedade metropolitana.¹⁷⁸

Os escritos de Freire foram produzidos como reflexões das suas atividades como educador entre camponeses de países da América Latina, daí a sua constante articulação com a colonização. Diante disto, é importante salientar que os mecanismos de opressão expressos na cultura do silêncio na sociedade brasileira ocorrem como produto de um

¹⁷⁷ (FROM apud FREIRE, op cit, p. 29)

¹⁷⁸ (FREIRE, 1976: pp. 70-71)

passado colonial, como uma perenidade de uma tradição marcada pelo patrimonialismo, colonialismo e escravismo.

Outro pensador latino-americano, Martin Baró aponta os obstáculos de natureza objetiva e subjetiva para a democracia no continente latino-americano. Entre os obstáculos de natureza objetiva, Martin Baró cita a concentração do poder econômico nas mãos de uma elite oligárquica, a ação imperialista dos Estados Unidos legitimada ideologicamente pela doutrina de segurança nacional e o poder militar constituído de forma a conter as reivindicações populares.¹⁷⁹

Já quanto os aspectos subjetivos, Martin Baró afirma que

Desde un punto de vista psicosocial, el terreno privilegiado de la ideología dominante en un orden social es el del "sentido común" o, como dice Garfinkel, la "cultura común". El sentido común está constituido por todos aquellos presupuestos que hacen posible la vida cotidiana, la interacción "norma:l" entre las personas, aquellos elementos que se asumen como obvios y por ello mismo nunca o rara vez e someten a cuestionamiento y revisión. Todo lo que em una sociedad se estima como "de sentido común" ES identificado con "lo natural", situándolo de esta manera por encima de las vicisitudes históricas. Cuando las exigencias objetivas de un sistema social logran articiilame como exigencias subjetivas de sentido común que se traducen en hábitos, rutinas y roles estereotipado:s, puede afirmarse que ese sistema ha echado raíces.¹⁸⁰

Esta naturalização dos processos sociais de que falam Freire e Martin Baró apontam para um “fatalismo” no qual a pobreza, os problemas sociais, as precariedades são produtos da própria forma de ser.

La cultura de los pueblos latinoamericanos no constituye la raíz básica de su subdesarrollo, como parecen afirmar ciertos enfoques psicologistas. Sin embargo, sí es cierto que esa cultura logra cerrar el universo de sentido en el que los grupos y las personas se mueven, disorsionando la percepción de la realidad e inhibiendo así los procesos de cambio. Es claro que el fatalismo latinoamericano, ya sea referido a un presunto orden natural o a la voluntad de Dios, ha bloqueado importantes dinamismos históricos.¹⁸¹

Esta vontade divina que sustenta uma cultura de opressão, como demonstra esta afirmação de Martín Baró hoje é expressa pelo poder do espetáculo midiático, das celebridades midiaticizadas que transformam a sua vida em *sonhos de consumo*.

¹⁷⁹ (MARTIN BARO, 1985)

¹⁸⁰ (idem, p. 105)

¹⁸¹ (idem, p. 105)

Daí então é que os aspectos opulentos da vida de tais celebridades espetacularizadas pela mídia ganham notoriedade e audiência, transfigurando o chamado *interesse público*, no sentido da relevância pública, isto é, dos impactos que determinados fenômenos tem no conjunto ou na maioria da sociedade, em *interesse DO público* que se legitima única e exclusivamente pela curiosidade e preferências individuais.

O *interesse do público* é a principal busca das empresas de comunicação pois isto significa maior audiência, mais leitores, mais consumidores.

Estruturalmente, a cultura da opressão é produto da Ação Direta do Capital, esta que na busca pela desintermediação política das relações sociais transfigura tudo em relações mercantis de consumo. As celebridades são produtos de consumo, as suas narrativas (explícitas ou não) são discursos publicitários de incentivo ao consumo.

Freire fala da sujeição construída na relação de trabalho, a naturalização segundo ele se dá na medida em que os trabalhadores não percebem que o mundo vivido é produto do trabalho coletivo, do qual *eles são sujeitos*. O conceito de Freire é muito próximo da ideia de “fetichização da mercadoria” de Marx dado, segundo ele, pela alienação por parte dos produtores (a classe trabalhadora) em relação aos produtos transformados em mercadorias e submetidos a uma relação de valores de troca.

A perspectiva de Genro Filho¹⁸² de uma possibilidade emancipatória no jornalismo em função das imediaticidades compartilhadas é interdita, aqui, não apenas pelo “controle” dos meios de comunicação, seja por conta do poder político ou econômico, como ele afirma em sua obra, mas por outra intermediação simbólica existente neste compartilhamento de imediaticidades feito pelas mercadorias fetichizadas.

Paulo Freire contrapõe à cultura do silêncio, o conceito antropológico de cultura. Segundo Lima

Freire era coordenador do Projeto de Educação de Adultos do Movimento de Cultura Popular do Recife quando lançou o círculo de cultura, mais tarde denominado contexto teórico. (...) Utilizando recursos visuais para debater temas levantados pelos próprios participantes, Freire e seus companheiros tentavam ‘ou clarificar situações ou buscar a ação derivada dessa clarificação’. Inúmeros aspectos da realidade brasileira da primeira metade dos anos 1960 foram discutidos nos círculos de cultura. (...) A experiência do círculo de cultura foi a origem imediata do famoso método de Freire para educação de adultos. Mas a discussão fecunda dos diversos aspectos da realidade brasileira também deu

¹⁸² GENRO FILHO, op cit

origem àquilo que Freire chamaria mais tarde de ‘temas dobradiça’. Trata-se de temas não sugeridos pelos analfabetos e são apresentados pelo professor-aluno. O conceito antropológico de cultura foi o primeiro desses temas dobradiça utilizados por Freire antecedendo ao início do processo de alfabetização propriamente dito.¹⁸³

O conceito antropológico de cultura foi elaborado a partir da discussão de situações existenciais em que é explicitada a relação de transformação da natureza operada pelos seres humanos, independente da sua condição social. Toda a realidade que cerca o ser humano é produto do trabalho humano no qual todos participam de uma forma ou de outra, ainda que muitas vezes não tem consciência disto.

Nos círculos de cultura, Freire mostrava imagens de seres humanos tirando água do poço, caçando, pescando, plantando, enfim, *intervindo* na natureza para construir suas condições de existência. Isto ocorre desde processos mais simples, como exemplificados nos círculos de cultura até os mais complexos, como por exemplo, as cadeias produtivas globais do capitalismo contemporâneo que articulam desde trabalhos científicos complexos com extração de matérias primas em condições precárias – tudo para produção de produtos com alto valor tecnológico agregado.

Ao descobrir-se como ser produtor e, mais que isto, que a condição humana é dada pela ação social sobre a natureza, o conceito antropológico de cultura estabelece-se como a antítese da cultura do silêncio (em que há uma naturalização das condições e de um *mutismo* perante a uma realidade que se apresenta como acima – e não como produto – da ação humana).

É desta contradição que surge a proposta de Freire de entender a educação como *ação cultural*.

Não há nenhum outro contexto em que o conceito de cultura se revele tão claramente em Freire como no de ação cultural. A ação cultural é equiparada a educação, não podendo ser adequadamente compreendida sem um conhecimento prévio tanto do conceito de cultura do silêncio como do conceito antropológico de cultura. Pode-se dizer ainda que a ação cultural é o conceito mais dialético da linguagem relacional de Freire, cuja explicação é tão difícil quanto sua apreensão.¹⁸⁴

O pensamento de Paulo Freire aponta para uma ruptura com uma tradição epistêmica de se considerar o ser humano em uma dimensão autocentrada, de forma que os problemas

¹⁸³ (LIMA, 2011, pp. 114-115)

¹⁸⁴ (LIMA, op cit, p. 130)

ontológicos residem na relação com o outro – o outro sempre visto como potencial adversário ou como um limitador da sua liberdade (expresso, por exemplo, na propensão à agressividade no pensamento freudiano).

Por isto, pensamentos construídos com base nesta tradição epistêmica, mesmo aqueles de natureza crítica, oscilam entre as possibilidades e as interdições funcionais da humanidade. No limite, apontam para uma emancipação com base em uma perspectiva de práxis intelectual (reapropriando-se da ideia hegeliana de *espírito absoluto*).

É neste sentido que Paulo Freire critica, além dos mecanismos educacionais que reproduzem a lógica da opressão, as tentativas de “emancipação” construídas sem o diálogo com os oprimidos. Este é o sentido da frase contida na obra *Pedagogia do Oprimido*: “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão”.

O diálogo crítico e libertador, por isto mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a sua luta por libertação. Não um diálogo às escâncaras, que provoca a fúria e a repressão maior do opressor. O que pode e deve-se variar, em função das condições históricas, em função do nível de percepção da realidade que tenham os oprimidos é o **conteúdo** do diálogo. Substituí-lo pelo anti-diálogo, pela sloganização, pelos comunicados, pela verticalidade é pretender a libertação dos oprimidos com instrumentos de domesticação. Pretender a libertação destes sem a sua reflexão no ato desta libertação é transformá-los em objeto que se devesse salvar de um incêndio. É fazê-los cair em um engodo populista e transformá-los em massa de manobra.¹⁸⁵

A dialogia é, então, mais que um mero procedimento metodológico, mas sim um componente fundamental em uma *ação cultural emancipatória* ou ação cultural para a liberdade como Freire denomina a sua proposta educativa.

Esta ideia da dialogicidade em Freire é fundamental para, a partir das considerações das potencialidades do jornalismo expostas por Genro Filho, construir um conceito de jornalismo alternativo como uma *ação cultural emancipatória* ou uma práxis jornalística emancipatória.

5.2 – Jornalismo como ação cultural emancipatória

¹⁸⁵ FREIRE, 1994: p. 29)

A construção de uma proposta de jornalismo como práxis emancipatória parte dos seguintes pressupostos:

1º.) Há uma potencialidade no jornalismo expresso na teoria de Genro Filho de ser um momento de compartilhamento das imediatidades que proporciona ao ser humano ver-se como partícipe do processo histórico. Ainda que haja uma limitação no sentido de que o fato do jornalismo ser uma forma de conhecimento da realidade cristalizada na singularidade dos fenômenos, é evidente que conectar-se com o fazer cotidiano do mundo é um passo importante para a (re)construção do ser humano como agente da história.

2º.) O grande problema limitador do jornalismo como é praticado atualmente nas mídias hegemônicas é o fato dele se afastar dos princípios originários e entrar na dimensão da espetacularização dos simulacros. Com isto, os critérios de veracidade e de objetividade metodológica (não no sentido da pretensa “neutralidade”, mas sim de se alavancar em fatos e dados verificáveis empiricamente) são transfigurados para verossimilhança e espetacularização. O direito da liberdade de expressão é, assim, modulado para “direito da liberdade de opinião” ainda que tal opinião seja falsa ou manche a imagem de outro. A liberdade de opinião como direito absoluto *conferido aos aparelhos midiáticos* constitui uma distorção à medida que protege um direito que se expressa a partir de uma lógica patrimonial.

3º) A sociedade capitalista contemporânea, na fase das cadeias produtivas globais, se caracteriza pela desregulação das relações produtivas possibilitando a *ação direta do capital*. Com isto, o poder se dissocia da esfera política e se concentra em mãos privadas, particularmente no tripé dos monopólios do dinheiro, das armas e da indústria da comunicação e da cultura. As sociedades deixam de ser reguladas por pactos, contratos e normas para se colocarem no fluxo dinâmico do consumo – não há mais cidadãos, mas sim indivíduos consumidores. Este universo do sonho do consumismo é o cenário para atuação do jornalismo-espetáculo em que a verossimilhança passa a ser o critério norteador. Desta forma, não é possível o compartilhar de imediatidades, ainda que dentro de uma perspectiva ideológica burguesa por conta da inexistência de uma esfera pública no sentido clássico do termo, como um espaço para o debate mediado

pela razão (ainda que instrumentalizada pelo capital). O que existe é um lugar-simulacro, espetacularizado com a presença de indivíduos (e não cidadãos).

Estes processos amplificam de forma geométrica a fetichização da mercadoria, transformando os próprios seres humanos em objetos de consumo. Tudo em uma perspectiva mais radical do que a citada por Freire e Fromm citada anteriormente.

Os mecanismos opressivos se intensificam e o lugar da política vira lugar da polícia. Vários dos autores citados aqui demonstram a crise deste modelo à medida que os seus próprios valores originários (liberdade, direitos, democracia, igualdade) não são apenas distanciados, mas até *questionados* como instrumentos adequados a esta nova lógica do capital. Como disse o pensador Ernest Mandel¹⁸⁶, há um esgotamento das possibilidades civilizatórias do capitalismo.

Por isto, a proposta de Freire de uma emancipação a partir da ação dos oprimidos ganha corpo neste contexto. Inclusive a própria recuperação do jornalismo.

Todos os processos sócio-políticos mencionados acima não acontecem sem resistência. E esta resistência vai ao sentido, primeiro, de se reivindicar como seres humanos viventes na sociedade e, segundo, de criar espaços de construção de sociabilidades alternativas pontuais, assistemáticas ou mais estruturadas.

Para Milton Santos, a ideia de cidadania no Brasil parte, principalmente, das classes subalternas. Em entrevista concedida à revista *Caros Amigos*, edição de agosto de 1998, Santos afirma que:

A política é feita pelas grandes empresas. Os políticos não fazem política, o aparelho de Estado não faz política, são porta-vozes. O povo faz política, os pobres é que fazem política. Porque conversam, porque conversando eles defrontam o mundo, e buscam interpretar o mundo. E agem, quando podem, em função do mundo. Creio que essa é a questão do MST. O outro aspecto é que a organização é importante, e a desorganização também. A organização conduz obrigatoriamente a palavra de ordem, a certa necessidade imposta. Tem de ter as duas coisas. E, para voltar ao que o Sérgio sugeriu, o que as periferias revelam é um pouco isso. Só que não estamos preparados para entender.¹⁸⁷

Mais adiante, Santos afirma que:

A gente quer repetir a interpretação do Brasil através do que aprendeu na Europa e nos Estados Unidos com a classe média, porque pobres não havia. Na Europa em que essa geração estudou quase não tinha pobre, e a classe média era

¹⁸⁶ MANDEL, (1985)

¹⁸⁷ (Revista Caros Amigos, agosto de 1998, p. 27)

defensora da democracia e do seu aperfeiçoamento. Tanto que houve a expansão da social-democracia, que era uma forma de aperfeiçoamento da democracia. E os pobres são tratados por nós, que aprendemos a epistemologia européia na universidade, como o chantilly no bolo. A gente faz a construção, depois coloca o pobre em cima. Partidos de esquerda também fazem isso. Quer dizer, a construção toda é de classe média, e depois os pobres são colados lá em cima, porque resta aquela idéia de que a classe média queria defender os princípios fundamentais da humanidade e que os pobres, coitados, não têm nenhuma possibilidade de ser visionários, porque estão no dia-a-dia, "vivendo da mão para a boca". O dia-a-dia era considerado pela antropologia e sociologia oficiais como algo que impedia qualquer vocação para o futuro. Quando é o contrário, porque quando tenho todos os dias que renovar o meu estoque de impressões, de conhecimentos, de luta, que é o que o povo faz, sou obrigado a renovar também a minha filosófica, vamos dizer assim. Quer dizer todos os dias o povo se renova, e num país como o Brasil, essa urbanização tão galopante, tão rápida, essa mudança de lugar (reivindico o assunto para a minha área) tem um papel extraordinário na produção desse outro homem, já não tão seguro, ainda que ao mesmo tempo lhe ensinem que o consumo é bom, e o façam crer que ele vai poder consumir.¹⁸⁸

Há, assim, uma tentativa de recuperação da política no espaço ocupado pelas classes subalternas (os “pobres” na afirmação de Santos) tanto de forma organizada e institucionalizada pelos movimentos sociais, como também por fora desta “organização”, nas periferias. O movimento de reconstrução, de ressignificação operado pelas classes subalternas como forma de resistência e até sobrevivência aos mecanismos de opressão é o elemento fundante da construção deste novo espaço da política, segundo Santos.

Sendo assim, são nestes espaços vividos que residem as possibilidades de constituição de um jornalismo como forma de apropriação do conhecimento cristalizada nas singularidades. Aqui, o compartilhamento das imediatricidades vividas pode atuar no sentido da emancipação, desde que construída na perspectiva da dialogia freireana, rompendo com a cultura do silêncio, contrapondo com o conceito antropológico de cultura e se constituindo em uma ação cultural para emancipação.

A prática deste jornalismo emancipatório tem seus fundamentos próximos a ideia de “sistematização de experiências” de Oscar Jara¹⁸⁹. Este educador elaborou esta proposta metodológica como uma forma de realizar procedimentos de avaliação processual de experiências de movimentos sociais no sentido de instrumentalizar suas formas de renovação e readequação. Embora os objetivos de uma prática jornalística

¹⁸⁸ (idem, p. 27)

¹⁸⁹ JARA, O,

emancipatória não sejam necessariamente os mesmos propostos por Jara, entende-se que a sua preocupação em constituir um procedimento metodológico que parta da análise de “experiências vividas” pelas classes subalternas é um denominador comum.

Em um texto de 1994, Jara apresenta as seguintes justificativas para propor o seu método de sistematização:

... el nuevo escenario de este fin de siglo há puesto em cuestión las prácticas y las concepciones teóricas de los movimientos sociales y las ciencias sociales latinoamericanas. Nos enfrentamos a nuevas preguntas y a desavíos inéditos. Es um momento histórico privilegiado para la creación, pero las respuestas a las nuevas preguntas no van a surgir de ningún otro lugar sino de la propia experiencia histórica acumulada. Lamentablemente no hemos acumulado aún los aprendizajes necesarios contenidos en esas experiencias. La sistematización, como ejercicio riguroso de aprendizaje e interpretación crítica de los procesos vividos, sigue siendo una tarea pendiente y hoy – más que nunca – puede contribuir de forma decisiva a recrear las prácticas de los movimientos sociales y a renovar la producción teórica de las ciencias sociales, desde la experiencia cotidiana de los pueblos de América Latina, em particular, de aquellas comprometidas com procesos de educación y organización popular.¹⁹⁰

Mais tarde, Jara afirma que “la sistematización de las experiencias está comenzando a dejar de ser tarea pendiente”¹⁹¹ pois várias iniciativas de instituições de educação popular e acadêmicas têm contribuído para gerar novos elementos para aprofundar o método e as reflexões teóricas advindas dele.

Extraíndo reflexões a partir de um estudo realizado com camponeses deslocados na Guatemala por conta da violência e da repressão política, Jara propõe que as interpretações das experiências sistematizadas devem ser “integrais e dialéticas” levando em consideração os seguintes elementos:

- Entender as experiências com todas nossas capacidades humanas (mentais, sensíveis, emotivas, intuitivas)
- Entender as diferentes etapas, as mudanças mais importantes, as razões dessas mudanças e seus efeitos. A lógica de todo o processo
- Entender como os momentos de mais dificuldades contribuíram para que se tenha maior criatividade para buscar soluções
- Entender a relação entre o pequeno e o grande, entre o particular e o geral.

¹⁹⁰ JARA, 1994)

¹⁹¹ (JARA, 1998)

- Entender a particularidade das experiências dentro da estrutura econômica, social, política e ideológica do país.
- Entender como se localiza nossa experiência no transcurso da história
- Entender como os elementos culturais e que marcam nossa identidade estão presentes em cada experiência
- Entender, a partir de várias experiências particulares, fatores que podem sinalizar para certas generalizações e reflexões teóricas.¹⁹²

A proposta de Jara compreende uma observação densa de processos cotidianos e a sua reflexão constante, articulando dialeticamente com elementos conceituais. É, utilizando as categorias lucacksianas usadas por Genro Filho, um trânsito constante entre o singular e o universal. É por esta razão que

La sistematización crea nuevos conocimientos a partir de la experiencia concreta, pero, en especial – en la medida en que su objeto de conocimiento son los procesos sociales y su dinamica – permite aportar a la teoria algo que le es propio: explicaciones sobre el cambio en los procesos.¹⁹³

O método de Jara traz uma outra novidade que é a substituição do tradicional “marco teórico” por “contexto teórico”. Para ele, contexto teórico se define como um conjunto de categorias de análise que nos serve de referência para iniciar a sistematização, todos os conceitos e conhecimentos com os quais fundamentamos a prática, o que fazemos, os objetivos, prioridades e procedimentos. Ou, como ele mesmo diz, “nuestra apuesta institucional, nuestra vision del contexto y la coyuntura, nuestras afirmaciones sobre el sentido del trabajo que realizamos”.¹⁹⁴

A distinção de contexto teórico para marco teórico está em que as categorias conceituais em um caráter mais claro de definição de posição e visão de mundo que necessariamente em repertórios de autores ou erudição.

É com base nisto que Jara entende o processo de sistematização como uma interpretação crítica, vista esta como um reordenamento ou reconstrução do processo vivido e a suas interconexões.

¹⁹² Idem

¹⁹³ (JARA, 1998)

¹⁹⁴ (JARA, 1998).

O principal problema da aplicação deste método em uma proposta de jornalismo é o confronto com a objetividade, um dos cânones da atividade. Entendendo a ideia de contexto teórico muito mais como uma tomada de posição, pode-se cair na armadilha de considerar o jornalismo meramente como um exercício da subjetividade e, portanto, cristalizado na dimensão da particularidade.

Jara afirma que a sua proposta de sistematização não aspira olhar as experiências com objetividade mas sim **objetivar a experiência vivida**.

Se trata de describir, ordenar, clasificar, los hechos, situaciones, pensamientos, intuiciones com los que hemos actuado em la pratica, para tomar distancia de ellos, para sacarlos de nosotros mismos y proyectarlos fuera, objetivando sus características y condiciones.¹⁹⁵ (idem)

As perguntas que devem ser respondidas são “por que passou isto que passou” e “por que não passaram outras coisas”. Em outras palavras, de forma “rigorosa intelectualmente” como afirma Jara, pode-se desvendar componentes e os seus trajetos a partir de uma perspectiva processual.

Qual é a relação desta proposta metodológica de Jara a um projeto de jornalismo emancipatório?

O primeiro é que ele parte do pressuposto de uma tomada de posição (visão de mundo) assumida claramente na construção do “contexto teórico” no qual serão interpretadas as experiências vividas. Nota-se que o chamado “contexto teórico” é também produto de uma reflexão sobre posições assumidas em práticas cotidianas, em perspectivas societárias. Um jornalismo emancipatório se faz, necessariamente, por um ponto de partida de criticidade do contexto vivido – só se pretende ser emancipatório se considerar o contexto vivido como opressor. E há uma posição tomada, que é a do oprimido.

O segundo é que ele vai ao encontro da perspectiva freireana de libertação em comunhão, isto é, que a emancipação é um projeto construído coletivamente. Ao propor que as perspectivas teóricas, de posição política se articulem dialeticamente com experiências vividas, o método de Jara foge tanto de um dogmatismo teórico subjetivista como de um objetivismo raso e acrítico. É justamente isto que tem pautado o dilema do jornalismo hegemônico que oscila entre em um empirismo cético e até

¹⁹⁵ idem

cínico (“as coisas são assim mesmo”) com um opinionismo que se legitima pelo subjetivismo marcado pela superficialidade dos argumentos e pelo “direito de opinião”.

O terceiro é que esta proposta metodológica vai ao encontro também da perspectiva freireana de um mundo em construção, de um ser humano que se faz permanentemente e que a sua cotidianidade é um fazer-se constante. É neste aspecto que a proposta de Genro Filho, da potencialidade transformadora do jornalismo se complementa. Não se trata apenas de compartilhar experiências cotidianas, mas mediá-las pela interpretação crítica e mediadas pela perspectiva da emancipação.

5.3 – Alguns exemplos de práticas jornalísticas emancipatórias

A realização de uma prática jornalística emancipatória na proposta elaborada no item anterior é dificultada por uma visão ainda estreita tanto pela perspectiva liberal como também doutrinária do jornalismo. Entretanto, os dois exemplos destacados abaixo, demonstram que há possibilidades de exercê-la desde que a postura do jornalista transcenda meramente a visão funcional de “expor os fatos” ou ainda querer “propagandar uma ideologia”.

Desta forma, os dois exemplos que serão expostos e analisados a seguir vem de dois periódicos diferentes em vários aspectos. Um é uma reportagem publicada no jornal “Folha de S. Paulo” em 18 de julho de 2004 sobre trabalho escravo, de autoria da jornalista Elvira Lobato. O segundo exemplo é uma pequena matéria sobre beleza feminina que saiu na edição de novembro de 2013 do jornal comunitário Notícias do Jardim São Remo.

Os dois exemplos são interessantes porque vem de modelos jornalísticos distintos (um empresarial e outro comunitário e laboratorial), tratam de assuntos de natureza diversa – um de caráter sócio-político (trabalho escravo) e outro de comportamento (estética e beleza feminina) e, propositalmente, fez-se uma inversão de expectativas, pois a matéria de caráter sócio-político, mais comum em um jornal comunitário, veio de um jornal da mídia hegemônica; e outro, de comportamento, que seria mais esperado de um jornal comercial, de um veículo comunitário.

5.3.1 – A reportagem de Elvira Lobato e colaboradores

Em 18 de julho de 2004, a Folha de S. Paulo publicou uma extensa reportagem que ocupou cinco páginas na sua edição dominical, sobre o trabalho escravo no Brasil, com o título de “Lavoura arcaica”. Assinada pela jornalista Elvira Lobato, esta reportagem foi subdividida nos seguintes blocos informativos:

- O uso do trabalho escravo por agronegócio e pecuária de ponta
- Posicionamentos de órgãos oficiais: denúncias do Ministério do Trabalho, contestações de prefeituras dos municípios onde foram constatados a existência de trabalho escravo, críticas da OIT (Organização Internacional do Trabalho)
- Depoimentos de pessoas diretamente envolvidas no fenômeno: os empreiteiros de trabalho escravo (chamados de “gatos”), famílias que foram escravizadas e fugiram
- Informações técnicas sobre a legislação a respeito
- Posição da Pastoral (como representação de movimento social)

Além da diversidade de fontes consultadas, a reportagem da Folha de S. Paulo combina descrição de cotidianos de pessoas envolvidas (em uma das partes da reportagem, narra a saga de um trabalhador piauiense escravizado que foi resgatado diversas vezes e sempre retorna a mesma situação por conta da falta de oportunidades), ambiência (com descrição pormenorizada de aspectos do ambiente e as relações sociais decorrentes disto), personagens e consegue fazer pontes com elementos institucionais (legislação, ação de órgãos governamentais, ativistas da Pastoral, prefeituras, OIT).

O resultado desta reportagem é uma narrativa *densa* do fenômeno, articulando elementos singulares (presentes no cotidiano, personagens e ambiência) com universalidades (elementos institucionais e dados socioeconômicos) e particularidades (situações específicas e visões de mundo de personagens diretamente envolvidos no fenômeno). Com isto, a reportagem da Folha de S. Paulo saiu do mero registro do acontecimento e tenta responder as perguntas formuladas por Oscar Jara na sua proposta de sistematização de experiências: “*por que passou isto que passou*” e “*por que não passaram outras coisas*”, inclusive demonstrando os vários elementos singulares que dificultam que as medidas institucionais e governamentais tenham êxito, por melhores que sejam.

Além disto, ao iniciar a reportagem articulando a dimensão do trabalho escravo com a economia agrícola mais desenvolvida economicamente (o agronegócio e a pecuária de ponta), há neste texto jornalístico a preocupação com a *totalidade*, a inter-relação de fenômenos aparentemente distintos (a “modernidade” do agronegócio com o “atraso” das relações de trabalho escravo).

Com isto, é possível se superar a aparente “distância” que um tema destes poderia suscitar ao universo de leitores do jornal, formado na sua maioria por uma classe média e média-alta das grandes metrópoles, permeada por relações sociais “modernas”.

A ideia de “totalidade” aproxima-se da noção freireana de que a emancipação humana é uma ação coletiva, “os homens libertam-se em comunhão”.

E é evidente que esta reportagem não é *neutra* e tem uma posição nítida de ser contra o trabalho escravo. Toma uma posição e logo de cara aponta para a estrutura econômica do agronegócio como uma das responsáveis pela sua existência. O texto da reportagem nesta passagem é extremamente opinativo e usa de adjetivos, o que é incomum em matérias informativas: “[o trabalho escravo] é a face obscura de parcela do agronegócio, uma cicatriz escondida em meio à riqueza.”

Isto significa que a prática de jornalismo emancipatório tem posição explícita. Por mais que as diversas vozes – inclusive as divergentes desta posição inicial – sejam registradas, elas veem como elementos de explicação ou justificação para dialogar com a posição inicial tomada.

5.3.2 – A estética feminina vista com olhar crítico

Em outubro de 2013, a estudante de jornalismo Amanda Manara escreveu uma pequena reportagem para o jornal laboratório “Notícias do Jardim São Remo”¹⁹⁶ intitulada *Beleza são-remana vai além dos padrões* na seção “Mulheres” do jornal.

¹⁹⁶ O jornal Notícias do Jardim São Remo é um periódico laboratorial comunitário realizado pelos alunos do 1º. Ano de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da USP. Trata-se de um jornal tabloide com dezesseis páginas (incluindo um suplemento infantil com quatro páginas), de periodicidade mensal e distribuído gratuitamente aos moradores do Jardim São Remo, uma favela urbanizada que fica atrás do campus Butantã da Universidade de São Paulo. Diversos moradores do Jardim São Remo trabalham na USP na maioria em funções operacionais desenvolvidas por empresas terceirizadas. Até 2013, nos últimos oito anos, apenas um morador do Jardim São Remo estudou na universidade evidenciando a distância simbólica apesar da proximidade física.

A reportagem começa com uma frase de Clarice Lispector sobre beleza feminina, registra algumas declarações de mulheres entrevistadas que relacionam estética com oportunidades de emprego:

“É muito importante você se manter arrumada, é uma questão maior que a beleza. Se você for fazer uma entrevista, dependendo do lugar, você pode até ser reprovada por causa do cabelo”, afirma a comerciante Jaqueline Araújo Dantas. Esse caso aconteceu com sua irmã, que não foi aceita em uma entrevista por não ter cabelo liso. “O cara ainda falou pra ela: da próxima vez, vai num cabeleireiro, faz uma escova, arruma o cabelo. Para mim isso foi puro preconceito”.¹⁹⁷

Da última fala do entrevistado que foi preconceito, a matéria faz uma inteligente articulação que permite universalizar a singularidade do fato:

Essa é uma questão que vai além dos cuidados com a beleza e a aparência, tem a ver com os padrões estabelecidos pela sociedade. Por causa dessa influência das mídias, de revistas e novelas, as mulheres se sentem cada vez mais pressionadas a se manter dentro de determinados padrões. Um cabelo cacheado, bem cuidado, é tão bonito quanto um cabelo liso, mas pode causar essa impressão de não estar arrumado, por não ser tão comum e pelo fato de a maioria das mulheres quererem manter sempre o cabelo liso.¹⁹⁸

Outras preocupações com a estética, como ter um corpo bonito, uso de maquiagem, tipos de roupas são rapidamente abordados pela matéria a partir de falas de entrevistadas. O fio condutor da matéria é discutir se tais comportamentos são produto de buscas pessoais ou de pressões externas a partir de determinados padrões de beleza impostos socialmente. Para tanto, a matéria recorre à dimensão poética de Clarice Lispector novamente quando a escritora diz: “Bonita é a mulher que é feliz”.

E, no final, coloca as preocupações com a saúde e os alertas para os exageros no uso de determinados produtos químicos e regimes sem orientação médica.

Esta matéria aproxima-se também da perspectiva de prática de jornalismo emancipatório porque busca responder às perguntas “*por que passou isto que passou*” e “*por que não passaram outras coisas*”.

Por que passou isto que passou? No caso, as pressões, em particular em entrevistas de empregos nas quais os padrões estéticos consolidados viram mecanismos de seleção, forçam as mulheres a terem determinadas preocupações estéticas. A crueldade deste

¹⁹⁷ (NJSR n. 07, outubro/2013, p. 10)

¹⁹⁸ Idem

fenômeno está exposta, pois a sobrevivência destas pessoas depende, muitas vezes, da obtenção de uma vaga de emprego.

A gravidade deste mecanismo de pressão ajuda a responder à outra pergunta – *por que não passaram outras coisas*. Inclusive as respostas das próprias mulheres entrevistadas que demonstram o aspecto “funcional” da busca desta estética e até a consciência que este comportamento seletivo de emprego é produto de preconceitos afasta a ideia de que a preocupação com estética é “futilidade” e, portanto “menos importante”.

Terry Eagleton¹⁹⁹ considera que o poder do capitalismo não se assenta apenas nos mecanismos ideológicos – vistos estes como “visões de mundo inculcadas” ou “falsa consciência” ou ainda “mascaramento da realidade”. Decorrem, em boa parte, por técnicas de controle social.

No caso específico abordado por esta matéria, está nítido para os entrevistados que se trata de preconceito, de uma exigência do mercado de trabalho. Entretanto, a *necessidade* de trabalhar, de obter aquela vaga de trabalho os *obriga* a ceder ante a esta pressão por um padrão estético. O que a matéria faz é tornar explícito este aspecto e ampliar o universo pela busca da beleza para além destas exigências e padrões.

5.4 – Os limites da prática do jornalismo emancipatório

Os dois exemplos analisados nos tópicos anteriores ao mesmo tempo em que apontam as potencialidades de uma prática de jornalismo emancipatório também expõem os seus limites.

O mais nítido deles é o fato de tais textos não apontarem para uma solução. Entretanto, na proposta de sistematização de experiências de Oscar Jara é nítida a preocupação de que esta metodologia, ao cotejar contextos teóricos com experiências analisadas, tem como resultado *problematizações* novas que devem ser refletidas pelos seus agentes. Com isto, Jara quer fugir de soluções pré-concebidas que apontariam para uma elite vanguardista, “libertadora” do outro, bem distante da proposta freireana de construção coletiva do projeto emancipatório.

¹⁹⁹ EAGLETON, 1997

O jornalismo emancipatório que aqui se propõe vai na mesma linha. Não se trata de um jornalismo para propagandear palavras de ordem ou para disseminar determinados textos ideológicos, mas sim de assumir um posicionamento em um processo de construção coletiva de emancipação.

A dimensão *relacional* é o elemento central desta proposta. Dimensão esta que também transversaliza os pensamentos de Paulo Freire, Martin Baró e Oscar Jara. Isto porque estes autores identificam que a opressão é produto de uma *tipologia de relações* e os indivíduos se sujeitam a elas. Quando Paulo Freire propõe que a libertação é um projeto coletivo é porque ele enxerga que a emancipação só virá se houver uma *mudança qualitativa* nas dimensões relacionais entre seres humanos e entre seres humanos e a natureza. Esta é a ação cultural emancipatória que o grande educador brasileiro fala.

As duas matérias analisadas, guardadas as suas diferenças de enfoque, de natureza dos periódicos e de assuntos abordados tem em comum o foco nas dimensões relacionais. As “fontes” consultadas não são apenas pessoas que falam, mas seres sociais, inseridos em determinados contextos e lugares que sinalizam para certas falas e atitudes. Por esta razão, os aspectos estruturais macros não podem ser desprezados em práticas jornalísticas como esta – seja o preconceito nas seleções para vagas de emprego ou a estrutura econômica do agronegócio.

E aí é evidente que uma prática jornalística emancipatória tem uma posição explícita: ser contra as estruturas institucionais e não institucionais de opressão. Mas não se trata apenas de um jornalismo de denúncia, pois procura registrar como os seres humanos submetidos a este processo de opressão atuam em fenômenos singulares.

Por isto, é uma prática jornalística que constrói um olhar crítico de *personagens, cotidiano e ambiente* buscando deslocá-los da sua funcionalidade e reposicioná-los dentro de uma perspectiva estrutural.

Os limites para tal prática decorrem de uma série de elementos estruturais do jornalismo.

1º.) O fato do próprio jornalismo, como instituição, estar inserido dentro deste sistema social que é opressivo. Assim, não há como desconsiderar que o objetivo ideológico do jornalismo, enquanto instituição, é a manutenção da ordem vigente. Entretanto, esta

ação ideológica do jornalismo é realizada no processo de interpelação do indivíduo como um ser isolado das relações sociais. O senso comum jornalístico trata a sociedade como um conjunto de pessoas, indivíduos, anódinos, com opiniões pessoais próprias e livres e as instituições como elementos potencialmente perigosos para tal liberdade e que precisam, então, ser “controlados” ou “vigilados”. Em momentos de construção de democracias institucionais, tal preocupação de vigilância é de extrema importância, porém com o deslocamento do poder para fora do universo da política em função da “ação direta do capital”, tal vigilância restrita ao elemento institucional pouco pode esclarecer ou até ajuda a ocultar. Por isto, a dificuldade de se discutir engajamento em jornalismo. E uma prática jornalística emancipatória é, necessariamente, um jornalismo engajado. Por esta razão que práticas de jornalismo emancipatório nas mídias hegemônicas serão sempre de caráter “episódico” pois contrastam com os objetivos ideológicos do veículo. Entretanto, são uma possibilidade de se resgatar a autonomia intelectual do jornalista de que fala Bernardo Kucinsky²⁰⁰ e que foi perdida durante o acomodamento dos veículos impressos à transição política pós-ditadura, conforme se discutiu no capítulo anterior.

2º.) O fato da maioria dos projetos de jornalismo alternativo ou contra-hegemônico se preocuparem, principalmente, na disseminação das ideologias de contraposição, de desmascarar o sistema, de criticar por criticar e de propagandear as ações e posições dos grupos e segmentos subalternizados, em particular as suas entidades representativas. Com isto, o jornalismo contra-hegemônico se aproxima de um discurso de propaganda ideológica. Evidente que tal prática jornalística se explica quando é realizada dentro de órgãos de comunicação de entidades e partidos políticos, porém não se esgotam aí as possibilidades do jornalismo.

Estes limites apenas sinalizam que o jornalismo não é a solução para todos os problemas da opressão, assim como também não é ele a fonte disto. Apenas que ele tanto pode ser um elemento auxiliar na construção dos sistemas de opressão e também, dialeticamente, pode ser um espaço para se construir um pensamento crítico e de superação. Ressalta-se que se trata de um *espaço* e não um *instrumento*: isto porque a visão instrumental do jornalismo é uma armadilha que pode levar tanto a uma visão apocalíptica do jornalismo hegemônico (apenas como instrumento ideológico das

²⁰⁰ KUCINSKY, 1999

classes dominantes) ou salvacionista do jornalismo contra-hegemônico (apenas como instrumento de ação ideológica revolucionária). Nem a opressão e nem a superação dela é feita única e exclusivamente pelo jornalismo.

6 – Considerações finais

Em uma entrevista concedida para a revista *Cult* em 2010, Zygmunt Bauman fala que em uma sociedade de “caçadores”, portanto, de usufruir o momento e não se planejar o futuro é difícil se pensar em projetos utópicos. Utopia é definida por Bauman como um lugar distante (*out-topos*) e lugar “bom” (*eu-topos*). Por isto, ele considera que a utopia é produto tanto do pensamento crítico, da insatisfação com o mundo vivido e o desejo de mudança e também na crença de que é possível o ser humano construir este mundo novo.

Assim, não basta a crítica ao mundo vivido, mas que esta crítica parta do pressuposto que este mundo existente é uma construção social e que, portanto, pode socialmente ser superado. A crítica ao mundo vivido não pode ser produto de uma *descrença humana*.

Milton Santos, na obra *Por uma outra globalização*, fala da globalização como farsa, perversidade e possibilidade. Como farsa, o pensador brasileiro desmonta o discurso ideológico que sustenta a globalização no formato atual, evidenciando os elementos opressivos, ou a sua *perversidade*. Entretanto, esta crítica de Milton Santos abre as possibilidades para uma outra globalização, demonstrando que as interconexões mundiais criadas pelo modelo da globalização permitem que as perversidades sejam expostas publicamente, a farsa desmontada e se criem as possibilidades alternativas.²⁰¹

Na mesma entrevista à revista *Cult*, Bauman diz que utopia possível na sociedade contemporânea é a que ele chama de “iconoclasta” e não a de “projeto” – uma utopia construída a partir de desmontes e criticidades constantes. Bauman fala que acredita não em uma “sociedade boa” mas em uma “boa sociedade”, isto é, uma sociedade em que há amplos espaços para questionamentos constantes de todos os processos políticos e sociais.

Estas perspectivas utopistas são a resposta do resultado da Guerra Fria do final dos anos 1980: a derrota do modelo de socialismo do leste europeu significou também um questionamento do modelo de superação do capitalismo edificado por este projeto político. Um modelo de superação em que se vislumbra uma tipologia de sociedade aparentemente definida (*o fim*) e que direciona todas as ações políticas (*os meios*) para

²⁰¹ SANTOS, M., 2000

se atingir este objetivo. O que importa são os fins e não os meios; o produto e não o processo.

O processo civilizatório capitalista implantado em todo o mundo, impondo os seus valores societários, políticos, culturais, ideológicos, pouca margem deu para se pensar em alternativas. Por isto, muitos descreditaram na possibilidade de mudança do mundo e passaram a considerar os modelos implementados como algo dado, “natural” e que as ações políticas deveriam se direcionar, no limite, para uma adaptação mais adequada a estes procedimentos.

As perversidades do mundo globalizado mesmo se tornando mais visíveis passam a ser tratadas como anomalias de um sistema que não é possível ser modificado. Os dispositivos de poder, deslocados totalmente da esfera política e cada vez mais assentados na dimensão da economia privada do capital, se petrificam de tal forma que os lugares nos quais os sujeitos são acondicionados tornam-se perenes.

É por isto que há uma pressão sobre os movimentos sociais para a transformação de luta por direitos em busca de auxílios. Compromisso se reduz meramente à solidariedade, respeito em tolerância. Categorias que minimizam, mas não questionam as hierarquias constituídas.

Porém, nesta crise do pensamento crítico há um espaço para a emergência de outras perspectivas, algumas delas não tão novas assim. Voltando ao pensador Milton Santos, quando ele fala das possibilidades de uma outra globalização, ele cita como exemplos as iniciativas de grupos de jovens de periferia que criam conexões globais para expressarem suas mensagens que são distintas da fala “oficial”. As várias articulações globais cidadãos são citadas como exemplos da possibilidade de um outro mundo, não tão definido assim, sem um projeto político determinado.

No caso do jornalismo, observa-se que a indústria da comunicação está não só monopolizada, mas articulada com outros dois eixos do poder global, o monopólio da indústria de armamentos e do mercado financeiro. Além disto, cumpre um papel de construção da hegemonia da Ação Direta do Capital, esta mesma configuração de poder que transfigura cidadãos em consumidores e sociedades em mercados.

A mediação que o jornalismo faz dos fatos singulares é realizada pela dimensão do espetáculo em que a verossimilhança ocupa o lugar de valor da veracidade. Por isto, por mais que o jornalismo cresça em termos de alcance, que desenvolva as tecnologias de disseminação da informação, o compartilhamento do cotidiano singularizado insere os indivíduos numa dimensão espetacular da realidade, afastando de vez as possibilidades de constituição de um conhecimento dos processos nos quais os eventos se desenvolvem.

É neste contexto que as teorias de Paulo Freire e dois intelectuais próximos às suas ideias, Martin Baro e Oscar Jara, apresentam uma perspectiva alternativa para o jornalismo nos dias de hoje: um jornalismo como ação cultural para a emancipação.

Emancipação no sentido freireano de projeto coletivo. Aqui entra o aspecto mais importante da recuperação da tradição do pensamento freireano: a centralidade na dimensão relacional.

Os autores citados no primeiro capítulo deste ensaio, de formas diferentes, enfocam o aspecto relacional. Freud situa um dos incômodos do ser humano na relação com o seu semelhante (“naturalmente” com pendoros agressivos, daí a necessidade da regulação civilizatória); Foucault trata o poder como dimensão relacional entre os seres humanos à medida que controla os lugares e os movimentos dos corpos; Marx define o ser humano como produto de relações concretas de produção material e Bauman aponta para as inquietudes nas relações entre seres humanos no capitalismo contemporâneo na era das incertezas.

Por isto, o pensamento de Paulo Freire é extremamente perspicaz ao se preocupar com a dimensão relacional no campo da educação como ação pela liberdade. A opressão é produto de uma tipologia de relações e a sua superação passa pela mudança desta tipologia de relações – trata-se, assim, de uma repactuação e por isto é um projeto coletivo.

Como é possível pensar um jornalismo diferente articulado com tudo isso? Primeiro, considerar que as experiências humanas não se resumem apenas e tão somente aos aspectos funcionais do cotidiano que merecem registros ou avaliação crítica. Tais experiências vão muito além da sua aparente funcionalidade e esta percepção é possível

desde que se adote uma metodologia de observação que parta de uma perspectiva crítica dos fenômenos sociais e busque cotejá-la com as experiências manifestas.

O jornalismo emancipatório assim não se limita ao clássico lide informativo (quem, o que, quando, onde, como), mas sim em procurar sistematizar a experiência a partir das duas perguntas propostas por Jara: *“por que passou isto que passou”* e *“por que não passaram outras coisas”*.

Os resultados desta prática de jornalismo emancipatório podem ser – e serão na sua maioria – mais dúvidas e incertezas. Isto pode proporcionar um fortalecimento ainda maior da sociedade “líquida” de que fala Bauman, à medida que tais incertezas favorecem uma fragilidade nos laços humanos e uma descrença no futuro. Entretanto, tais resultados podem também proporcionar exercícios de reflexão coletivos mais densos à medida que desafiam para a busca de outras soluções e evidenciam que os fenômenos são produtos de ações humanas.

As dificuldades são produto, enfim, não da incerteza resultante do jornalismo emancipatório, mas do fato de que mudanças qualitativas nas dimensões relacionais implicam em deslocamentos de posições de fala de todos os envolvidos e não apenas dos *oprimidos*. E é esta também a grande contribuição do pensamento freireano: a sua proposta de uma educação libertadora implica uma mudança de postura do educador.

No caso do jornalista, qual postura seria exigida? Primeiro, uma posição contra todas as formas de opressão estabelecidas, o que significa tomar o lado dos segmentos sociais oprimidos (trabalhadores, negros, mulheres, homossexuais, etc). Esta tomada de “partido” não significa empunhar bandeiras na redação, mas procurar entender os fenômenos sociais dentro da perspectiva de que há esta relação de opressão e que é necessário superá-la.

Segundo, procurar entender as experiências cotidianas singulares dentro desta dimensão das relações de opressão expressas sistemicamente ou não, como dispositivos no sentido foucaultiano. As personagens envolvidas nos fenômenos, o cotidiano expresso e a ambiência narrada são permeadas por estes elementos de poder. Saber detectá-los possibilita a narrativa “densa” do fenômeno e afasta ou reduz a mediação do mesmo por dispositivos do espetáculo.

A prática do jornalismo emancipatório é um modelo de jornalismo engajado? Ciro Marcondes Filho na sua obra “A saga dos cães perdidos” afirma que a aventura do jornalismo é a aventura da modernidade, que se confunde com o espírito revolucionário do burguês. O jornalismo nasce como uma tarefa engajada – aliás, difícil é encontrar uma tarefa que não seja engajada em alguma coisa. Cumpriu um papel importante durante a edificação da sociedade liberal, na consolidação da esfera pública política, na ideia de cidadania, etc.

Entretanto, tais valores liberais perdem sentido não por culpa do jornalismo, mas pela transformação da forma de poder da civilização capitalista. A sociedade da Ação Direta do Capital não deixa espaço para a esfera pública política – ela se metamorfoseia em esfera do espetáculo.

Esta metamorfose decorre também de um problema de ordem ontológica: a ideia de que a autonomia do ser humano é construída pelo seu autocentrimento. Aristóteles afirma que um homem é livre quando se liberta das necessidades básicas e da proximidade com a natureza, por isto a sua libertação está associada diretamente à escravização de outro para que tais tarefas sejam exercidas.

Uma ideia como esta nunca poderá vislumbrar uma liberdade em comunhão. O opressor também não é livre porque está preso a um sistema de opressão que lhe dá sentido. Sem ele, a sua forma de ser perde sentido, daí a dificuldade de partir dele os processos de emancipação. Todo projeto emancipatório implica em *deslocamentos* de posição e quem mais se incomoda com isto é quem é o opressor.

Ao sistematizar as experiências cotidianas dos seres humanos com diversas formas em que o sistema opressivo se manifesta direta ou indiretamente – seja na busca da beleza, nas relações de trabalho escravo, no lazer, na política, entre outros – e verificar como tais mecanismos se manifestam e as pessoas reagem, sucumbem ou dialogam com os mesmos, o jornalismo emancipatório contribui para que o cotidiano seja politizado e discutido publicamente, para além das esferas políticas tradicionais contaminadas com a *realpolitik* e próximas do que Adorno chamava de “sociedade administrada”.

Para tanto, é necessário uma sólida formação humanística do jornalista que o possibilite compreender tais fenômenos. Mas, além disto, o mais importante é o compromisso com a transformação. O jornalismo emancipatório não é quem vai mudar o mundo, mas

contribui para “pensar o mundo e a sua transformação”. Contra a Ação Direta do Capital que mercantiliza seres humanos, re-humaniza-os como sujeitos dos fenômenos. Contra a esfera pública do espetáculo, reconstrói a esfera pública da política. E contra a política da *realpolitik* da sociedade administrada, politiza (no sentido de trazer para a *pólis*) o cotidiano e suas expressões.

A ruptura desta proposta está na consideração do ser humano como categoria coletiva. A existência do ser humano não é dada por si própria, mas pelo reconhecimento do outro – uma ideia presente em algumas tradições africanas chamada de “ubuntu” que é definida no provérbio zulu “*umuntu ngumuntu ngabantu*” (“uma pessoa é uma pessoa por meio de outras pessoas”).

Bibliografia

- ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. S. Paulo: Perseu Abramo, 2003
- ADORNO, Th; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984
- ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 2001
- ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. S. Paulo: Perspectiva, 2009
- ASHKENAZI, M. *O Programa Nacional de Direitos Humanos 3 e a cobertura dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo*. (dissertação de mestrado) S. Paulo: Fac. Direito/USP, 2013
- BARTHES, R. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989
- BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'água, 1991.
- BAUMAN, Z. *A cultura no mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013
- BAUMAN, Z. *Vidas para o consumo*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 2008
- BAUMAN, Z. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007
- BAUMAN, Z. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006
- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003
- BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BORGES, J. L. *História Universal da Infância*. São Paulo: Cia das Letras, 2012
- BURSH, S; LEON, O.; TAMAYO, E.G. *Se cayo el sistema*. Quito: Alai, 2003
- CHAUÍ, M. *Simulacro e poder: uma análise da mídia* São Paulo: Perseu Abramo, , 2006
- CHOMSKY, N. *O controle da mídia: os espetaculares feitos da propaganda*. S. Paulo: Graphia, 2000
- CHOMSKY, N *Novas e velhas ordens mundiais*. S. Paulo: Scritta, 1996
- COMPARATO, F.K. *A civilização capitalista*. S. Paulo: Saraiva, 2013
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*, RJ: Contraponto, 1997
- EAGLETON, T. *Ideologia*. S. Paulo: Boitempo, 1997
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. S. Paulo: Loyola, 2009

- FOUCAULT, *Microfísica do poder*. S. Paulo: Graal, 1984
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- FREIRE, P. *Ação cultural para liberdade e outros escritos*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976
- FREUD, S. *O mal estar da civilização*. S. Paulo: Penguin, 2011
- GENRO FILHO, A. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Ortiz, 1989
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, volumes II e V (Tradução Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002
- HABERMAS, J. *A mudança estrutural da esfera pública*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984
- HERMAN, E.; CHOMSKY, N. *A manipulação do público*. S. Paulo: Futura, 2003
- HOBBSBAWN, E. *Tempos Fraturados*. S. Paulo: Cia das Letras, 2013
- HOBBSBAWN, E. *A era dos extremos*. SP: Cia das Letras, 1995
- HORKHEIMER, M. *Eclipse da razão*. S. Paulo: Centauro, 2002
- HUTTINGTON, S. *O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- IANNI, O. *Enigmas da modernidade mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- JARA, O. *El aporte de la sistematización a la renovación teórico-prática de los movimientos sociales*. São José: Alforja, 1998
- JARA, O. *Para sistematizar experiências*, São José: Alforja, 1994
- KUCINSKY, B. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. S. Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999
- LASCH, C. *A cultura do narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1983
- LIMA, V. A. *Comunicação e cultura: as ideias de Paulo freire* – Brasília: Ed. UnB e Fund Perseu Abramo, 2011
- LIMA, V. A. *Liberdade de expressão x liberdade de imprensa*. S. Paulo: Publisher, 2010
- LIPPMANN, W. *Opinião Pública*. Petrópolis: Vozes, 2008
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. SP Nova cultural, 1985
- MARCONDES FILHO, Ciro. *A saga dos cães perdidos*. SP: Hacker, 200

- MARTIN BARO, I. "Acción e ideologia" in: *Boletín de AVEPSO*, vol. w11. num. 3, El Salvador, diciembre de 1985,
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. S. Paulo: Expressão Popular, 2001
- MCLAREN, P. *Multiculturalismo critico*. SP: Instituto Paulo Freire, 2000
- MELLOR, W *Direct Action*. NY: Paperback, 1970
- OLIVEIRA, Dennis. "Mídia, cultura e mecanismos de opressão étnica e tolerância opressiva" in: PRUDENTE, C. (org) *Cinema negro: algumas contribuições reflexivas para a compreensão da questão do afrodescendente na dinâmica sociocultural da imagem*. S. Paulo: Fiuza, 2008
- OLIVEIRA, D; MAIA, M. "Revista Veja: o temor como mecanismo conservador na esfera pública midiaticizada" in: *Revista Comunicação e Cultura da Unimep*. Piracicaba: Unimep, 2006
- PARKS, Lisa. *Coverage*. NY: Paperback, 2011
- PATEMAN, C; MILLS, C. *Contract and domination*. NY: Paperback, 2007
- QUIJANO, Aníbal. *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina*. In: Revista de Estudos Avançados da USP. São Paulo , v. 19, n. 55, Dec. 2005 .
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. SP: Cia das Letras, 2006
- RUBIM, A. A. C., "Comunicação, espaço público e eleições presidenciais", in: *Comunicação & Política*, Vol. 9, (2-3-4), pp. 7-21, Rio de Janeiro: Cebela, 1989
- RUDIGER, F. *As teorias da comunicação*. S. Paulo: Artmed, 2011
- SANTOS, Boaventura de Souza. "Uma concepção multicultural de direitos humanos" in: *Lua Nova*, São Paulo , n. 39, 1997 .
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000
- SCHUDSON, M. *Watergate In American Memory: How We Remember, Forget, And Reconstruct The Past*. NY: Paperback, 1993
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. SP: Cia das letras, 2012
- SODRÉ, M. *Antropológica do espelho* Petrópolis: Vozes, 2006
- THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 2009
- THOMPSON, J. *Escandalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002

THOMPSON, J. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998

Artigos de revistas e sites consultados:

VILELLA, H. “Herdeiros do WalMart mais ricos que os 30% mais pobres” no portal “Vioomundo”

(<http://www.viomundo.com.br/denuncias/heloisa-villela-wal-mart-e-mais-rico-que-os-30-mais-pobres.html>, acessado em 18/10/2012)

CERQUEIRA, L; Proer, a cesta básica dos banqueiros, no site “Carta Maior” disponível em <http://www.cartamaior.com.br/?/Opinioao/Proer-a-cesta-basica-dos-banqueiros/26663>

“Playboy sai em defesa dos homens acuados” – disponível em

http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2013/12/02/Playboy-sai-em-defesa-dos-homens-acuados.html?utm_campaign=playboy_homens&utm_source=facebook&utm_medium=facebook acessado em 02/12/2013.

The Economist, 2011

<http://www.libermaneventos.com.br/clientes/forum/> no dia 02/02/2011 as 14h39)

FILHO, Laurindo Leal. “A imprensa livre e os eventos no memorial” disponível em

http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4603 acessado em 02/01/11 as 15h10

Revista Caros Amigos, agosto de 1998, (entrevista com Milton Santos)

